1 2 9 0

UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Fabrice da Costa

Marcas do passado

Percursos de vida de jovens institucionalizados em centro educativo

Monografia de Estágio no âmbito do Mestrado em Serviço Social orientada pela Professora Doutora Jacqueline Ferreira Marques e apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

Março de 2020

Fabrice da Costa

Marcas do Passado

Percursos de vida de jovens institucionalizados em centro educativo

Monografia de Estágio no âmbito do Mestrado em Serviço Social orientada pela Professora Doutora Jacqueline Ferreira Marques e apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

Março, 2020

Agradecimentos

Antes de mais, estou grato à Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais e à Diretora Drª Ângela Portugal pela oportunidade que me deram em realizar o meu estágio curricular no Centro Educativo dos Olivais e aplicar a minha investigação.

A todos os funcionários do CEO com quem tive o prazer de me cruzar e trabalhar e aos Técnicos Dr. Nuno, Dr. Carlos e Drª Marta pela ajuda e disponibilidade.

A si, Drª Mané. A si que me acompanhou e além de orientadora foi uma amiga sempre disponível para ajudar e para uma conversa. Sei que foi pouco mas deu para perceber a pessoa especial que é. Por isso, do fundo do coração um enorme OBRIGADO. Um beijinho enorme.

À Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação e às professoras do Mestrado em Serviço Social, pois continuaram a acompanhar de perto e sempre se mostraram disponíveis em ajudar e aconselhar.

À minha supervisora, Professora Doutora Jacqueline, pela paciência que teve comigo. Mas finalmente conseguimos terminar.

Aos meus amigos e família que sempre me apoiaram ao longo deste tempo todo e me chamaram à atenção.

Obrigado a todos!

"Quando somos crianças, ensinam-nos de que há o bem e o mal.

E que os bons são heróis e os maus vão para a prisão.

Mas na realidade não é assim tão simples.

Nem todos os condenados são maus.

Quando visitamos uma prisão percebemos que os criminosos são pessoas que sofreram muito.

E, para muitos deles, é a única segunda oportunidade que alguma vez tiveram.

Mesmo as pessoas mais condenadas pela nossa sociedade podem mudar.

Só precisam de ser ajudadas.

Quando não se dá às pessoas a oportunidade de melhorarem,

está-se-lhes a roubar a família, o futuro e qualquer esperança.

E quando se perde a esperança, perde-se a vontade de viver.

E estas oportunidades não são só para os presos.

São também para as famílias, mulheres, maridos e filhos,

Que sofrem horrivelmente quando um ente querido é preso.

Pensem em todas as crianças que nunca fizeram nada de mal

e perdem um pai devido a um sistema de justiça injusto.

E não só é provável que desçam aquém da linha de pobreza,

mas também o trauma que sofreram e os irá marcar.

Reunir as famílias é o primeiro passo

para construirmos uma sociedade melhor.

O problema é que a maioria das pessoas

não acredita que estes criminosos mereçam ajuda

Pensam: 'Vais para a cadeia, pagas a tua dívida e começas de novo.'

Mas não há como começar de novo depois de entrar no sistema.

É como areia movediça. Suga-nos.

Que todos nos esforcemos por ver o melhor e não o pior nas pessoas.

E que todos nós, independentemente dos erros que cometemos,

possamos ser e tornar-nos cada vez melhores."

Adaptação de "Second Chances" de Peter Nowalk

Resumo

O presente relatório tem como ponto de partida a questão: "Quais os percursos de vida dos jovens institucionalizados nos centros educativos?" e como objetivo geral, a compreensão dos percursos de vida dos jovens e as expectativas que possuem para o seu futuro a nível pessoal e profissional após o término da medida de internamento. Como objetivos específicos pretende-se analisar e compreender a história de vida de cada jovem, perceber as dificuldades e os problemas que surgiram ao longo da sua infância, perceber as expectativas de vida destes jovens após a sua saída do Centro Educativo e os seus planos profissionais e, por fim, percecionar a consciência que os jovens têm acerca do crime que cometeram.

A investigação foi descritiva e explicativa, através de técnicas de recolha de dados como a observação estruturada, a consulta dos processos e relatórios da população-alvo e a entrevista semi-estruturada. Para além disso, construímos um biograma de cada jovem com base nos dados recolhidos. A fase metodológica utilizada foi de natureza qualitativa e quantitativa, uma vez que terá uma vertente descritiva e de interpretação de opiniões.

Com este estudo concluiu-se que os percursos de vida dos jovens institucionalizados no centro educativo são pautados de vários problemas que influenciaram os seus comportamentos. São jovens que apresentam problemas com consumos de substâncias e convívio com pares pouco convencionais. Apresentam práticas educativas pouco consistentes, como a fraca supervisão parental e familiares ou referências com antecedentes de consumos de substâncias e/ou comportamentos antissociais. A nível escolar prevalece o fraco rendimento, por vezes originando em retenções e abandono. A nível pessoal, não apresentam uma responsabilização pelos delitos cometidos nem uma descentração, prevalecendo o egoísmo.

Palavras-chave: Centro Educativo; Delinquência Juvenil; Expectativas; Percursos de vida.

Abstract

The present report has as starting point the question: “What are the life paths of young people institutionalized in educational centers?” and as a general goal, the understanding of the life paths of young people and the expectations they have for their future at a personal and professional level after the end of the internment measure. As specific goals it is intended to analyze and understand the life story of each young person, the difficulties and problems that arose during their childhood, the life expectations of these young people after leaving the Educational Center and their professional plans and, finally, to perceive the awareness that young people have about the crime they committed.

The investigation was descriptive and explanatory, using data collection techniques such as structured observation, consultation of the target population's processes and reports and semi-structured interviews. In addition, it was created a biogram of each young person, based on the data previously collected. The methodological phase used was of a qualitative and quantitative nature, since it will have a descriptive view and interpretation of opinions.

With this study it can be reckoned that the life trajectories of the young people institutionalized in the Educational Center are lined by several problems that influenced their behavior. They are young people who have problems with substance use and who are living with unconventional peers. They have poorly consistent educational practices, such as poor parental supervision and family members or references with a history of substance use and/or antisocial behavior. In a scholar level a poor performance prevails, sometimes resulting in failing the year and abandonment of school. On a personal level, they do not have a sense of responsibility for the crimes committed or a decentralization, prevailing the selfishness.

Key-words: Educational Center; Juvenile Delinquency; Expectations; Life paths.

Índice de Figuras

Figura 1- Biograma Jovem 1

Figura 2- Biograma Jovem 2

Figura 3- Biograma Jovem 3

Figura 4- Biograma Jovem 4

Figura 5- Biograma Jovem 5

Figura 6- Biograma Jovem 6

Figura 7- Biograma Jovem 7

Figura 8- Biograma Jovem 8

Figura 9- Biograma Jovem 9

Figura 10- Biograma Jovem 10

Figura 11- Biograma Jovem 11

Figura 12- Biograma Jovem 12

Figura 13- Biograma Jovem 13

Figura 14- Biograma Jovem 14

Figura 15- Biograma Jovem 15

Figura 16- Biograma Jovem 16

Figura 17- Biograma Jovem 17

Figura 18- Biograma Jovem 18

Figura 19- Biograma Jovem 19

Figura 20- Biograma Jovem 20

Figura 21- Biograma Jovem 21

Figura 22- Biograma Jovem 22

Figura 23- Biograma Jovem 23

Figura 24- Biograma Jovem 24

Figura 25- Biograma Jovem 25

Figura 26- Biograma Jovem 26

Figura 27- Biograma Jovem 27

Figura 28- Biograma Jovem 28

Figura 29- Biograma Jovem 29

Figura 30- Biograma Jovem 30

Índices de tabelas

Tabela 1- Identificação da instituição

Tabela 2- Caracterização dos jovens do Centro Educativo dos Olivais

Tabela 3- Modelo de análise da investigação

Tabela 4- Idade dos jovens do CEO

Tabela 5- Média das idades dos jovens do CEO

Tabela 6- Habilitações literárias dos jovens do CEO

Tabela 7- Delitos cometidos pelos jovens do CEO

Tabela 8- Tipos de famílias dos jovens do CEO

Tabela 9- Práticas educativas dos jovens do CEO

Tabela 10- Antecedentes familiares dos jovens do CEO

Tabela 11- Figuras de referência dos jovens do CEO

Tabela 12- Consumo de substâncias e/ou álcool dos jovens do CEO

Tabela 13- Perturbação psicológica dos jovens do CEO

Tabela 14- Convívio com grupo de pares dos jovens

Tabela 15- Atividade estruturada dos jovens do CEO

Tabela 16- Retenções na escola dos jovens do CEO

Tabela 17- Processos e medidas disciplinares dos jovens do CEO

Tabela 18- Percurso escolar dos jovens do CEO

Lista de abreviaturas e siglas

Artº- Artigo

CE- Centro Educativo

CEO- Centro Educativo dos Olivais

LTE- Lei Tutelar Educativa

PEP- Projeto Educativo Pessoal

RI- Regulamento Interno

TSRS- Técnico Superior de Reinserção Social

Índice de Apêndices

Apêndice 1- Entrevistas aplicadas aos jovens do CEO

Apêndice 2- Guião da Entrevista

Apêndice 3- Grelha de análise de conteúdo das entrevistas

Apêndice 4- Autorização para aplicação das entrevistas

Índice

Introdução 13
Parte I – O Centro Educativo dos Olivais 15
Capítulo 1. Lei Tutelar Educativa 15
Capítulo 2. Centro Educativo dos Olivais 20
Enquadramento legal 20
Origem, evolução, história 22
Organização e funcionamento 23
Capítulo 3. Serviço Social nos Centros Educativos 24
Serviço Social no Centro Educativo dos Olivais 24
Atividades em contexto de estágio 27
Parte II- A Delinquência e o Centro Educativo 28
Capítulo 1. Nota introdutória 28
Capítulo 2. Delinquência 35
Família 35
Grupo de pares 39
Capítulo 3. Metodologia 42
Problema do Estudo 42
Objeto e Objetivo 42
População-alvo 44
Procedimentos Metodológicos 44
Modelo de Análise 48
Parte III – Investigação Empírica 49
Capítulo 4. Apresentação dos dados 49
Caracterização dos percursos de vida dos jovens do CEO 49
Percursos de vida 59
Assunção da responsabilidade e perspetiva de futuro 89
Marcas do Passado: conclusão 92
Bibliografia 100
Anexos 105

Introdução

A presente Monografia de Estágio insere-se no plano de estudos do Mestrado em Serviço Social, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. O estágio que acompanha este relatório ocorreu no Centro Educativo dos Olivais (CEO) com a orientação da Drª Maria Manuel Pessoa e sob supervisão da Professora Doutora Jacqueline Marques, entre o dia 15 de outubro de 2018 a 14 de janeiro de 2019. A escolha do estágio prendeu-se com a pesquisa prévia da instituição e o interesse pela área de intervenção, nomeadamente a reinserção social de jovens delinquentes.

A delinquência juvenil é um problema que tem vindo a crescer gradualmente ao longo dos anos e, neste sentido, a investigação surge das várias teorias em torno do crescimento deste problema e dos fatores de risco. Os jovens institucionalizados são muitas vezes marginalizados e postos de parte em relação ao *centro* da sociedade. A família (composição, relações familiares e práticas educativas), o nível socioeconómico, a qualidade de vida, a estabilidade de residência, vícios, rede de suporte (in)formal, entre outros fatores, têm um peso relevante no desenvolvimento social e cognitivo da criança, podendo-se constituir como fatores de risco para o jovem.

Quando um jovem é institucionalizado, por delitos que cometeu ao longo da sua vida, é necessário olhar para o indivíduo como um todo, com um percurso de vida que o caracteriza na atualidade. Com esta visão holística pode-se trabalhar a reintegração social do jovem a todos os níveis para quando sair do centro educativo possuir as condições necessárias para uma vida dita normativa socialmente.

Foi por não haver grande levantamento dos problemas para trabalhar as necessidades que surgiu este estudo, que pretende caracterizar e perceber quais os fatores familiares, sociais e pessoais que influenciaram o comportamento dos jovens institucionalizados no CEO, elaborar o biograma de cada jovem, de modo a aprofundar os fatores de risco e proteção percecionados por eles mesmos e, por fim, percecionar o sentido crítico que os jovens têm perante a sua situação e compreender a perspetiva que os próprios sujeitos têm acerca do seu futuro.

A metodologia utilizada na parte empírica, centrada no paradigma interpretativo ou qualitativo, será a observação estruturada dos processos individuais dos jovens para a caracterização dos seus percursos de vida, que posteriormente os dados recolhidos serão analisados em SPSS. Para perceber os significados que os jovens dão às suas

experiências serão aplicadas entrevistas narrativas, permitindo assim elaborar os biogramas. Por fim, a entrevista semiestruturada permitirá realizar uma análise de conteúdo acerca da consciência e responsabilização dos próprios atos e a autoperceção do futuro.

A população em foco são os jovens institucionalizados em centro educativo no período de 15 de outubro de 2018 a 14 de janeiro de 2019 com um universo de 33 jovens.

A estrutura da monografia divide-se em três partes. A primeira integra dois capítulos, o primeiro começa por explicar e apresentar a lei que abriga o problema, a Lei Tutelar Educativa, a sua evolução ao longo dos anos desde o século XIX, bem como os objetivos de intervenção. Este mesmo primeiro capítulo segue com o enquadramento do local em que foi realizado o estágio curricular e o meio onde foram recolhidas os dados para o estudo. Como já referido anteriormente, o local escolhido foi o Centro Educativo dos Olivais e serão apresentados os seus objetivos e funcionamento. Será também abordado o papel que o Serviço Social tem nestas instituições e as atividades desenvolvidas em contexto de estágio ao longo do semestre.

Na segunda parte será desenvolvida o tema da delinquência juvenil com as diversas teorias, perspetivas e os fatores de risco que influenciam o caminho dos jovens para a propensão de adoptarem comportamentos desviantes. Será também apresentada os objetivos gerais e específicos, a população-alvo, a metodologia a ser utilizada na investigação empírica para a recolha e análise de dados.

Por fim, a terceira parte será constituída pelos dados recolhidos, os principais resultados e conclusões fundamentados com a teoria científica existente.

O título da monografia, “Marcas do Passado”, remete para as consequências que o jovem sofre ao longo da sua vida devido a más escolhas que fizeram. Uma vez institucionalizados, estes jovens sofrem, no seu futuro, um preconceito pelo seu passado e ficam desacreditados do sistema. Vários autores, como Becker (1963, 1964), Kitsuse (1962) e Erikson (1966), confirmam este pensamento através do “interacionismo simbólico” ou seja, o percurso de um indivíduo é percebido à medida dos seus comportamentos ao longo da sua vida. A partir do momento em que um indivíduo comete um erro que vá contra às normas sociais, este fica automaticamente rotulado como desviante e futuramente quando acontecer algo de mal o foco das pessoas será o indivíduo que já cometeu algum delito. E isto poderá ser prejudicial na sua reinserção social, pois o jovem será sempre alvo de desconfiança pelos seus empregadores ou até

diretores de escolas. Contudo, isto não quer dizer que estes não tenham planos, tanto no domínio pessoal como profissional.

Parte I – O Centro Educativo dos Olivais

Capítulo 1. Lei Tutelar Educativa

Até ao Código Penal Português de 1852 Portugal posicionava-se de forma indiferente perante um menor com comportamentos desviantes, mesmo após a aplicação de penas, já que não oferecia instituições para estes jovens com programas de reabilitação e reeducação.

Com o aparecimento do primeiro código penal português em 1852, é definido o princípio da irresponsabilidade absoluta para crianças até aos 7 anos e desta idade até aos 14 anos o fundamento do discernimento, ou seja, a capacidade de distinguir o bem do mal e, consequentemente, no caso de se considerar que eram responsáveis seria então aplicada uma pena até ao máximo dez anos (com ou sem trabalho) ou uma pena correcional. Nas situações em que eram consideradas irresponsáveis previa-se a possibilidade de serem internadas ou colocadas em casa de correção, apesar de apenas em 1871 surgir a primeira casa em Lisboa, destinada a rapazes menores de 18 anos com penas correcionais ou preventivas e a menores de 14 anos considerados indisciplinados ou incorrigíveis. Esta Casa de Detenção e Correção de Lisboa passou a designar-se, com o Decreto de 1911, Escola Central de Reforma de Lisboa, onde se substituiu a punição pelo trabalho e educação, olhando, assim, para a criança com um maior cuidado (Ferreira & Lima, 2004).

Mais tarde, o Código de 1886 alterou a idade de irresponsabilidade absoluta para os 10 anos, contudo não mostrou alterações ao tratamento repressivo.

O discernimento e a idade de (ir)responsabilidade absoluta dos crimes têm sido o maior foco ao longo dos anos para as decisões das penas, sanções ou isenções. Só a partir de 1910 com a implantação da República em Portugal é que se mudou o foco para a reeducação destas crianças e as penas para um carácter mais educativo. Sentiu-se a necessidade da criação de um tribunal próprio para os menores e um direito penal em estabelecimentos que não castigassem apenas pelos seus delitos mas também que reeducassem a nível literário, moral, religioso e profissional (Oliveira, 1935, Santos,

1926 & Serra, 1961, cit. por Ferreira & Lima, 2004). Neste sentido, criaram-se as Tutorias de Infância que tinham a preocupação de valorizar a educação e o trabalho e colocar de lado o tribunal totalitário e intimidante que se conhecia até então.

Apesar desta evolução na matéria da infância, o país mantinha uma postura desatualizada, uma visão protecionista e um sistema insatisfatório nesta matéria. Portugal adotou um modelo de proteção em que se preocupava em reeducar o jovem em situação de desvio. Contudo começou a sofrer críticas, pois o Estado intervinha de forma indiferenciada e extensiva dos problemas que afetam os menores, isto é, não fazia qualquer distinção entre o jovem em situação de vulnerabilidade social e o jovem com comportamentos antissociais. Desta forma, esta intervenção mostrava-se ineficaz e ultrapassada até que entrou em contradição com os acordos jurídicos internacionais, originando a Reforma do Direito de Menores (Ministério da Justiça e Ministério do Trabalho e Solidariedade, 1999).

Iniciada a reforma, é originado um debate entre o "modelo de justiça" e o "modelo de proteção". O modelo de justiça defende a sociedade e o respeito pelas liberdades, direitos e garantias dos menores e o modelo de proteção afirma que o Estado deve estar na base da intervenção e defender os interesses da criança, sem o reconhecimento do seu estatuto de sujeito processual (Epifânio, 2001).

Em consequência da Proposta de Lei nº265/VII, aprovou-se a Lei nº 166/99, de 14 de Setembro (Lei Tutelar Educativa). Desta forma, foi dividida a intervenção tutelar de proteção – com a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) - que visa a promoção dos direitos e proteção das crianças em perigo para o seu bem-estar e desenvolvimento e a intervenção tutelar educativa – com a LTE - recorrida quando se manifesta uma situação desviante e o Estado assume a educação do jovem, para que este interiorize as normas e os valores jurídicos.

A Lei Tutelar Educativa pressupõe que o Estado possua "o direito e o dever de intervir corretivamente sempre que o menor, ao ofender valores essenciais da comunidade e regras mínimas de convivência social, revele uma personalidade hostil ao dever-ser jurídico básico traduzindo nas normas criminais" (Rodrigues & Duarte-Fonseca, 2003, p.36). O Estado deve proteger o direito à liberdade e autodeterminação e autonomia individual, ou seja, deve recorrer à mínima intervenção, excepto quando há necessidade de corrigir a personalidade. A idade mínima determinada para o jovem ser alvo de intervenção tutelar é os 12 anos, pois considera-se ser o início da puberdade e, com esta, uma maior maturidade para a compreensão da finalidade da intervenção.

A finalidade desta lei passa por socializar o menor para as normas legais e as regras básicas de vivência e comunidade, responsabilizando-o pelo dano causado através da educação para o direito. Esta educação é aplicada perante uma prática de facto qualificado pela lei como crime. A intervenção do Estado faz-se através de medidas tutelares, como reparação ao ofendido (como apresentar desculpas ao ofendido, compensar economicamente os danos causados), tarefas a favor da comunidade vulgarmente chamadas de "trabalho comunitário", imposição de obrigações (tais como frequência de estabelecimento de ensino, de centros de formação profissional ou programas de tratamento médico), a frequência de programas formativos (de ocupação de tempos livres, educação sexual, desportivos), acompanhamento educativo, o internamento em centro educativo, entre outros. As medidas têm uma natureza educativa, por isso visam a reparação dos danos resultantes dos delitos e a resolução do conflito social.

A medida de internamento é uma medida institucional que "visa proporcionar ao menor, por via do afastamento temporário do seu meio habitual e da utilização de programas e métodos pedagógicos, a interiorização de valores conformes ao direito e a aquisição de recursos que lhe permitam, no futuro, conduzir a sua vida de modo social e juridicamente responsável" (Artº 17, LTE), ou seja, o jovem é afastado do seu local de residência e é internado em centro educativo para trabalhar assim a sua responsabilidade e postura social juridicamente aceite através de um projeto educativo pessoal (PEP) adequados à sua problemática, para assim ganhar ferramentas e estratégias que lhe vão permitir ter uma vida futura mais responsável e digna.

A medida executada em centro educativo pode ter três regimes de execução, nomeadamente o regime fechado, semiaberto e aberto e é aplicada a jovens com crimes graves. O internamento deverá ser feito não muito afastado da sua localidade para facilitar as visitas dos familiares e contacto com o exterior e, assim, evitar a frustração com o tratamento e o cumprimento do seu PEP (artº 171, nº3 da LTE). O regime aberto pressupõe que o menor resida (pernoita e tomada das refeições) e seja educado dentro de CE, contudo frequenta as atividades escolares, formativas, laborais e desportivas no exterior. Pode também sair sem acompanhamento e passar férias e fins-de-semana na casa dos pais, dos representantes legais ou pessoas que detenham a sua guarda (artº 167 da LTE). O regime semiaberto difere do aberto no número de atividades que o menor pode frequentar no exterior que é mais reduzido e tem se ser acompanhado pelo pessoal de intervenção educativa, excepto em algumas atividades, nos fins-de-semana e nas

férias. Por fim, o regime fechado é o mais restrito, pois o menor reside, é educado e frequenta todas as atividades dentro do estabelecimento. Só poderá sair por razões judiciais, de saúde e outras excepções (artº 167, 168 e 169 da LTE). É aplicado a menores com mais de 14 anos e tem a duração mínima de 3 meses e máxima de 2 anos. Caso o crime praticado seja muito grave, como por exemplo homicídio, ofensa à integridade da pessoa, abuso sexual, rapto, entre outros, a medida pode ser até os 3 anos.

A LTE é bastante clara em relação aos direitos e deveres que os menores possuem durante o seu internamento. Neste sentido, o artº 159 refere que o jovem internado em centro educativo sofre uma ruptura com a sua vida social e a sua família e, desta forma, é necessário assegurar-lhe os direitos para facilitar a sua integração na instituição. Esses direitos passam pelo "respeito pela sua personalidade, liberdade ideológica e religiosa e pelos seus direitos e interesses legítimos não afetados pelo conteúdo da decisão de internamento" (artº 171, nº1 da LTE). Os menores têm igualmente direito a um projeto educativo pessoal, frequência da escolaridade obrigatória de doze anos, que para além de direito, constitui-se também como dever até completar 18 anos de idade. Este direito vai ao encontro dos objetivos da medida tutelar educativa que é o da educação. E uma vez que a maior parte dos jovens delinquentes apresentados a tribunal mostram um abandono e interrupção precoce escolar, faz mais sentido o de retomar ou continuar a frequência escolar do jovem. Outros dos seus direitos é o direito à sua dignidade e intimidade, ao exercício dos seus direitos civis, políticos, sociais, económicos e culturais, a usar artigos próprios como roupa, documentos e dinheiro, direito ao contacto com o exterior que se torna fundamental no sentido de manter e reforçar os laços com a sua família e meio social, preparando assim a sua reintegração. Para usufruírem dos seus direitos, é necessário que aprendam que existem deveres a serem cumpridos, tais como o dever de respeitar todas as pessoas e os bens do estabelecimento, dever da permanência no estabelecimento, obediência pelas atividades e orientações dos responsáveis do estabelecimento, dever de correção, de colaboração, assiduidade e pontualidade às atividades previstas. Quando não cumpridos estes deveres, os menores são sujeitos a medidas disciplinares.

A medida de internamento institucional é sempre acompanhada por um Projeto Educativo Pessoal. Este projeto é um plano de intervenção educativa a realizar durante o internamento do jovem, para lhe fornecer ferramentas adequadas para viver a sua vida de forma digna e deve "especificar os objetivos a alcançar durante o internamento, sua

duração, fases, prazos e meios de realização, nomeadamente os necessários ao acompanhamento psicológico, para que o menor possa facilmente aperceber-se da sua evolução e que o centro possa avaliá-lo" (artº 164, nº2 da LTE). Este plano deve ser construído juntamente com o menor, de acordo com as suas aptidões e motivações e também o regime de execução da medida aplicada. Serão discutidas as atividades escolares, formativas, laborais, desportivas e de tempos livres de acordo com as suas necessidades de educação. É importante que o jovem participe na realização do seu projeto pessoal para se envolver na escolha das atividades que mais capacidade e interesse tem e acompanhe a sua evolução e avaliação.

É necessária a criação de metas exequíveis e possíveis, para não colocar o jovem numa frustração, sentimento de incapacidade e desmotivação. O PEP deve basear-se na informação recolhida dos relatórios sociais, perícias de personalidade, exame psiquiátrico e não deve ser estático. Isto é, deve estar sempre recetivo a alterações à medida que surjam (ou não) resultados, adequando às características do menor e do seu percurso. Normalmente as reformulações correspondem aos prazos e recursos para atingir os resultados.

Uma vez que os fatores de risco diferem entre os jovens, é primordial conhecê-los para assim criar uma intervenção e prevenir a delinquência. O jovem quando sair em liberdade irá ser reintegrado no mesmo ambiente de que saiu, por isso além de se trabalhar as características individuais através da formação e atividades, é necessário a intervenção com as respetivas famílias e com o mercado de trabalho.

Capítulo 2. Centro Educativo dos Olivais

Tabela 1
Identificação da Instituição

Nome: Centro Educativo dos Olivais

Endereço: Rua Brigadeiro Correia Cardoso, nº73
3001-086- Coimbra

Telefone: 239797607 **Fax:** 239 797624

Endereço electrónico: correioceolivais@dgrs.mj.pt

Natureza da instituição: Pública

2.1- Enquadramento legal

O Centro Educativo dos Olivais insere-se no Ministério da Justiça e é controlado pela Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), desde 2011. Esta entidade tem como diretor o Dr. Celso Manata. A atual diretora do CEO é a Drª Ângela Paula Ferrão Portugal competindo-lhe as funções de coordenar o centro, bem como todas as atividades desenvolvidas e relacionadas com o apoio, acompanhar e manter os educandos através de contacto direto, certificar a execução do projeto de intervenção educativa, o projeto educativo individual e o regulamento interno, aprovar informações, relatórios e perícias elaborados pelos técnicos e assegurar todo o funcionamento técnico, das instalações e do equipamento eletrónico do centro (art.º 127, nº1 do Decreto-Lei nº 323-D/2000 de 20 de dezembro).

A nível internacional, a proteção total da criança iniciou-se com a Declaração de Genebra de 1924, onde o Conselho da União Internacional de Proteção à Infância proporciona proteção especial à criança e responsabiliza o Estado a criar uma legislação própria para benefício das crianças e dos jovens.

Em 1948, o art.º 25, nº2 da Declaração Universal dos Direitos do Homem estipula que a maternidade e a infância detêm de assistência especial e toda a criança tem direito à proteção social. A Declaração dos Direitos das Crianças, de 1959, vem dar

uma imagem da criança como um ser detentor de direitos e não apenas um ser carente de proteção. Assim sendo, foram-lhe atribuídos direitos como a proteção social de saúde, o direito a crescer num seio familiar com amor e compreensão para um crescimento e desenvolvimento harmonioso da sua personalidade. Mais tarde, as Convenções direccionadas para as crianças vieram conquistar uma proteção alargada através de direitos plenos na área civil, política, económica, social e cultural, assentando na não discriminação, no interesse superior da criança, na sua sobrevivência e desenvolvimento e na sua opinião. Neste sentido, foi declarada uma idade mínima para a inserção no mercado de trabalho que correspondia à idade da obrigação escolar, ou seja, 15 anos. Foram estipuladas também interdições de trabalho infantil e a sua eliminação imediata, como a escravidão, a procura, utilização e oferta da criança para fins de prostituição, tráfico infantil, entre outras formas de exploração, prejudicando a sua saúde, segurança e moral.

Em Portugal, o Estado assumiu comprometimento a partir da Constituição da República Portuguesa (1976), contudo a proteção das crianças e jovens no panorama português remonta a 1911 com a promulgação da Lei de Proteção à Infância. Esta lei cria a Federação Nacional dos Amigos e Defensores das Crianças, o Depósito de Menores e os primeiros tribunais com matéria em infância e juventude, as Tutorias da Infância. Mais tarde, em 1944, estas tutorias passam a ser designadas de Tribunais de Família e Menores.

Em 1962, surge a primeira Organização Tutelar de Menores onde a função de representante do menor e defensor dos seus interesses foi atribuída ao Ministério Público.

Os direitos das crianças ganham ênfase e reconhecimento na Constituição da República Portuguesa, onde estipula que "as crianças têm direito à proteção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral" (art.º 69). Posteriormente, a Convenção dos Direitos da Criança, assinada em 1989 e retificada em Portugal em 1990, define que criança é todo o humano menor de 18 anos e vem dar uma visão quase universal de que as crianças são sujeitos portadores de direitos, seguindo os princípios do direito à vida, à identidade, à participação e ao interesse da criança.

Uma vez que ainda existiam algumas lacunas na proteção da criança e do jovem, nomeadamente acolher indivíduos necessitados de proteção no mesmo local que os indivíduos menores que cometeram infrações e a existência de uma barreira para a participação ativa destas crianças no seu processo de mudança, foi criada em 1995 uma

Comissão Interministerial para o estudo da articulação entre os Ministérios da Justiça e da Solidariedade e Segurança Social. Esta comissão estava responsável por avaliar a situação atual e, de acordo com os problemas encontrados, apresentar propostas de natureza legislativa e institucional para instituir um sistema de intervenção para crianças e jovens em situações de risco e perigo.

Segundo a Proposta de Lei nº265/VII, a intervenção estadual é ineficaz e não pode existir uma mesma intervenção para os menores infractores e para os menores em risco. Neste sentido, assiste-se a uma reforma legislativa em Portugal com a criação de duas leis distintas nas suas áreas de intervenção: a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (Lei nº147/99) e a Lei Tutelar Educativa (Lei nº166/99), aprofundada anteriormente.

2.2- Origem, evolução, história

A Tutoria Central de Coimbra foi criada em 1925, com o artigo 4º da Lei de Proteção à Infância de 27 de maio de 1911, juntamente com a Tutoria Central de Lisboa (1911) e do Porto (1912). Neste mesmo ano, são criadas também Tutorias Centrais de Infância, nestas mesmas cidades. Mais tarde, em 1925, esta tutoria passa a ser regulada pelo Decreto-Lei nº10767 de 15 de maio, alargando ao país inteiro. Em 1927, a Tutoria Central da Infância de Coimbra e o Refúgio Anexo (funcionando como Casa Central de Observação de Menores até à data) começam a operar para rapazes. Um ano mais tarde opera também para raparigas.

Em 1962, a Organização Tutelar de Menores e o Centro de Observação vêm substituir a Lei de Proteção à Infância e o Refúgio, respetivamente. Este Centro de Observação passa a designar-se Centro de Observação e Ação Social, em 1978, que por sua vez é nomeado Colégios de Acolhimento, Educação e Formação (CAEF). Posteriormente, sofreu outra alteração com a Portaria dos Ministros da Justiça e das Finanças nº689/95 de 30 de junho passando a Colégio dos Olivais, acolhendo jovens do sexo masculino e feminino.

Por fim, passa a, que atualmente se designa, Centro Educativo dos Olivais (CEO) com a criação da Lei Tutelar Educativa e com a entrada em vigor da Portaria nº1200-B/2000 de 20 de dezembro funcionando em regime fechado e semi-aberto apenas para jovens do sexo masculino. Funcionou como regime aberto e semiaberto em

2007, contudo três anos mais tarde regressou ao regime fechado e semiaberto, até aos dias de hoje.

2.3- Organização e funcionamento

O sistema organizativo é composto pela área de apoio (piso 0 e 1) constituída pela cozinha, lavandaria, arrecadação, garagem, receção do edifício principal e a portaria no exterior das instalações. Pela área formativa, detendo a sala de formação e dos formadores, a biblioteca e ludoteca, o gabinete de acolhimento escolar/gabinete de apoio psicológico, gabinete dos Técnicos Superiores de Reinserção Social (TSRS) – Equipas de Programas. A área administrativa (piso 2 ao nível térreo) inclui a direção, os setores administrativos, o setor técnico pedagógico com os gabinetes dos coordenadores e o apoio administrativos a estes. No piso 3, encontra-se a área clínica e terapêutica com os gabinetes médicos/enfermaria, espaços autónomos e adaptados para realização de sessões terapêuticas (sala de terapia de grupo e gabinete de apoio psicológico). A área residencial inclui duas unidades de regime semiaberto (piso 3) com lotação e cada uma de 12 camas, num total de 38 camas e a unidade residencial de regime fechado (piso 4) com lotação de 14 camas. As Unidades Residenciais de Regime Semiaberto organizam-se em unidades destinadas ao Acolhimento e Progressão, de acordo com o sistema de faseamento e progressividade estabelecidos. As instalações contíguas englobam um ginásio, um recinto desportivo ao ar livre e um pequeno imóvel ligado à área formativa. Por fim, a área circundante que corresponde a todos os acessos, a zona de jardinagem e lúdico desportiva enquadrada dentro da vedação.

No que se refere aos objetivos, de acordo com a Lei Tutelar Educativa, os Centros Educativos são "*estabelecimentos orgânica e hierarquicamente dependentes dos serviços de reinserção social e destinam-se, exclusivamente, à execução da medida tutelar de internamento, à execução da medida cautelar de guarda em centro educativo, ao internamento para realização de perícia sobre a personalidade quando incumba aos serviços de reinserção social, ao cumprimento da detenção e ao internamento em fins-de-semana.*" (Portaria nº 1200-B/2000 de 20 de dezembro).

Através de valores como a dimensão social, o espírito de equipa, a responsabilidade e a orientação para os resultados, esta instituição pretende facultar aos jovens, sujeitos a medida tutelar de internamento, a aquisição de conhecimentos e competências para facilitar a sua reintegração social e profissional. Destina-se, então, a

acolher jovens do género masculino em regime fechado e semi-aberto, após a aplicação da medida pelos tribunais (Centro Educativo dos Olivais, 2018).

Com a criação da Lei Tutelar Educativa, o Centro Educativo (CE) passa a albergar a população masculina dos 12 aos 16 anos de idade.

O CEO conta com:

Tabela 2.
Caracterização dos jovens do Centro Educativo dos Olivais, Coimbra.

35 jovens	Idade	Delitos
Sexo masculino	Entre os 14 e os 20 anos	Roubo
8 em Regime Fechado		Furto
25 em Regime Semi-aberto		Ofensa à integridade física
2 em Regime aberto		Tráfico de Estupefacientes

Fonte: elaboração própria

Capítulo 3. Serviço Social nos Centros Educativos

3.1- Serviço Social no Centro Educativo dos Olivais

A intervenção nos CE, segundo o Regulamento Geral e Disciplinar dos Centros Educativos, passa por "*proporcionar ao educando, por via do afastamento temporário do seu meio habitual e da utilização de programas e métodos pedagógicos, a interiorização de valores conformes ao direito e a aquisição de recursos que lhe permitam, no futuro, conduzir a sua vida de modo social e juridicamente responsável*", bem como a ordem e paz social (aprovado pelo Decreto-Lei nº323-D/2000, de 20 de dezembro). Neste sentido é necessária uma equipa composta por vários profissionais de diferentes áreas.

Entre esta equipa multidisciplinar existente nos CE, está presente o Serviço Social, representado pelo Assistente Social, denominado de Técnico Superior de Reinserção Social (TSRS). Este profissional assume principalmente funções de supervisão, organização e planeamento da dinâmica da instituição, bem como o contacto com o exterior, isto é, a ponte de ligação com os familiares dos jovens.

Os CE possuem duas equipas de intervenção pertencentes ao setor técnico-pedagógico, nomeadamente a Equipa Técnica e Residencial e a Equipa de Programas. A este setor compete gerir todas as atividades respeitantes à intervenção pedagógica e

reinserção social dos educandos. Segundo o artigo 29.º, do Regulamento Interno do CEO (2018), o TSRS enquadra-se na Equipa Técnica e Residencial, tendo como funções o acompanhamento dos educandos e do funcionamento das Unidades Residenciais, nomeadamente:

- *Elaborar documentos de assessoria pré-sentencial aos Tribunais, designadamente, Informações Sociais e Relatórios Sociais;*
- *Assumir a função de técnico-tutor dos jovens, designado pelo Diretor do CE, acompanhando-os ao longo de todo o seu internamento;*
- *Elaborar os Projetos Educativos Pessoais e os Relatórios de Execução e Finais da medida de internamento, assim como de todos os documentos a enviar para os tribunais;*
- *Prestar apoio psicossocial aos jovens através da realização de tutorias e aconselhamento;*
- *Efetuar articulação com a família, ligação com o meio social e com os serviços e entidades intervenientes no processo de reinserção social;*
- *Acompanhar a execução do Projeto Educativo Pessoal dos jovens de que é técnico-tutor, nomeadamente ao nível da evolução do comportamento, passagem de fase do sistema de progressividade, cumprimento dos objetivos formativos, escolares e profissionais, frequência dos programas de tratamento do comportamento delinquente e de aquisição de competências pessoais e sociais, de saúde, de animação sociocultural, desportivo e outros;*
- *Colaborar com a equipa de programas na realização de sessões de programas e atividades estruturadas dirigidas aos jovens do CE;*
- *Planear e supervisionar a organização e gestão diária da unidade residencial de que é responsável, zelar pela ordem e disciplina interna, pelo cumprimento das normas vigentes e procedimentos de segurança;*
- *Orientar e supervisionar, em articulação com o Supervisor, o trabalho dos TPRS, sob orientação do Diretor e Coordenador e em estreita articulação com a restante equipa Técnico-Pedagógica.*

Desta forma, está associada ao papel do Técnico Superior de Reinserção Social uma importância elevada desta profissão, pois é da responsabilidade deste profissional delinear o futuro do jovem. O trabalho deste técnico passa por orientar o jovem e trabalhar a sua reeducação dentro do centro educativo, nomeadamente atender às suas necessidades formativas e profissionais e, igualmente delinear a reintegração do jovem na sociedade através de um plano discutido com este, de acordo com as suas competências e motivações. Neste sentido, o jovem possui linhas orientadoras ao longo dos atendimentos com o seu técnico responsável que permite ter um plano definido a cumprir quando sair do centro educativo.

Assim sendo, é necessária uma elevada articulação interinstitucional com os vários serviços que irão acompanhar o jovem e a articulação com a rede de suporte do jovem para que a sua reinserção seja mais eficaz e lhe possibilite um futuro promissor com oportunidades que não tinham sido facultadas anteriormente. A orientação deste profissional permite que o jovem saiba no futuro utilizar as ferramentas que lhe foram dadas, e, assim, combater a reinserção no mundo da criminalidade e remar contra o aumento da delinquência juvenil. Este trabalho é feito através da prevenção terciária do crime ou seja, o TSRS aplica um conjunto de atividades com o objetivo de recuperar e reintegrar o jovem na sociedade, para que este cumpra as regras sociais e a lei e não reincidir no comportamento desviante. O modelo de prevenção de Brantingham & Faust (2012, cit. por Amaro, 2019) divide a prevenção do crime em três grupos: prevenção primária mais focada em prevenir as ações criminosas, através do conhecimento das principais causas do crime para atuar de forma eficaz. Por sua vez, a prevenção secundária encarrega-se pelos criminosos identificados e as medidas a tomar. E, por fim, a prevenção terciária descrita acima.

Contudo, também existem várias dificuldades e obstáculos que aparecem no dia-a-dia do TSRS. O obstáculo mais frequente, e que terá de enfrentar quase sempre nas tentativas de reinserção profissional e/ou escolar, é o da discriminação, pois, existe uma intolerância social e "o rótulo de delinquente produz situações de exclusão que complexificam o processo de reintegração" (Torres, 2009, cit. por Rodrigues, 2016, p.58). Esta rotulagem é perigosa, no sentido em que o indivíduo detentor de rótulo de desviante comportar-se-á no futuro como tal, pois identifica-se e acaba por reforçar ainda mais (Lemert, 1951, cit. por Amaro, 2019; Prates, 2001). A discriminação que estes jovens sofrem por parte da sociedade irá acompanhá-los ao longo da sua vida, principalmente quando inseridos no meio rural de origem, pois em meios pequenos há

sempre o conhecimento do seu passado. Aquando a sua medida de internamento o profissional estabelece contactos com escolas e é bastante frequente os dirigentes questionarem acerca do passado destes jovens, ficando reticentes na decisão de aceitar a matrícula do jovem, desconfiando sempre se este será um elemento desestabilizador da escola e futura fonte de problemas.

3.2- Atividades em contexto de estágio

O Técnico Superior de Reinserção Social acompanha o percurso do jovem desde a entrada até à sua saída. Neste sentido, é atribuído ao jovem um gestor de caso que ficará responsável pela sua integração, intervenção e reintegração e, para isso, é necessário proceder a atendimentos, registar a informação, contactar a família, realizar o PEP, articular com instituições para a ressocialização do jovem, entre outras atividades acima já mencionadas.

O estagiário teve a possibilidade de assistir a algumas das funções da TSRS e realizar atendimentos. Os atendimentos são primordiais na intervenção, porque têm como principal objetivo acompanhar o estado emocional, social e escolar do jovem e, assim, é necessária a criação de uma relação de confiança, permitindo uma maior ligação e eficácia na intervenção. Estes atendimentos permitem também levantar as necessidades do jovem para realizar um diagnóstico de intervenção social, acompanhar o quotidiano do jovem e do seu comportamento ao longo da medida. O estagiário realizou atendimentos no sentido de aplicar as entrevistas. Foi possível realizar as perguntas, notando uma postura reticente por parte dos jovens, pois não conheciam o entrevistador e mostravam-se desconfiados e fechados. Contudo, alguns jovens ao longo da entrevista libertavam-se mais e sentiam-se gradualmente mais à vontade. Estes atendimentos tiveram como base o princípio do respeito, não julgamento, empatia e confiança, princípios éticos necessários na intervenção do Serviço Social, pois o jovem é um ser detentor de direitos humanos. Esta confiança e empatia são primordiais para o jovem estabelecer uma relação com o assistente social. Esta relação na intervenção é abordada por Florence Hills (1972), em que dá ênfase à compreensão dos problemas sociais do utente (Pena, 2013). A empatia é, portanto, um dos pilares da intervenção do serviço social, uma vez que, é uma profissão que garante o bem-estar do outro e, para isso, é necessário o profissional ter a capacidade de se colocar no lugar do outro sem

julgar e compreender o que está a vivenciar (Jordan, 1999; Stein, 1917, cit. por Godinho, 2015).

Na Semana da Saúde, foi possível participar nas atividades físicas, nomeadamente num jogo de vólei com os jovens, o professor de educação física e restantes estagiários. O estagiário ajudou também na organização e preparação da Festa de Natal que iria decorrer no Centro Educativo. Estas atividades permitiram uma postura mais informal com os jovens, sentindo um à vontade por partes destes, e o convívio com os familiares. Estas atividades são importantes para o desenvolvimento de competências interpessoais, sentido de responsabilidade, manutenção de laços com a família, entre outras, na medida em que assumem responsabilidades para com os profissionais e o sentido de compromisso para o sucesso das atividades. A vinda dos familiares torna-se igualmente importante, pois relacionam-se num contexto diferente, senão as visitas, e num ambiente descontraído onde partilham histórias e criam momentos em família. Os familiares conseguem também notar o envolvimento e o empenho dos jovens nas atividades, observando um outro comportamento que talvez no meio social não assistiam há algum tempo.

Parte II- A Delinquência e o Centro Educativo

Capítulo 1. Nota introdutória

A criança durante muitos anos foi vista e tratada como um adulto, alvo de trabalhos forçados e tratada com indiferença. A partir do século XX, o Ocidente começou a olhar a criança como um ser frágil e detentor de direitos e, desta forma, havia uma necessidade de a proteger até à sua idade adulta contra os perigos existentes. Esta proteção assenta numa lógica de direitos e deveres em que a criança é protegida, contudo deve respeitar as regras e cumprir com algumas obrigações, nomeadamente responsabilidades, honestidade, educação e boas práticas morais (Ferreira, 1997).

Nos novos tempos em que existem outras oportunidades, outros acessos à informação e ao conhecimento, crescem também os problemas sociais. Este desenvolvimento tecnológico torna os jovens mais vulneráveis às situações de risco, isto é, perante as situações de risco como o baixo nível económico, baixa escolaridade, famílias numerosas e/ou ausência de um dos pais há uma resposta ao stress que depende

da capacidade do indivíduo para superar estes desafios (Carneiro & Veiga, 2004, Repold et al., 2002 cit. por Janczura, 2012). Numa visão mais sociológica, Oliveira (1995, cit. por Janczura, 2012) afirma que os indivíduos em situação de vulnerabilidade são os que se encontram no limiar da pobreza.

Com a evolução da legislação em Portugal, cresceu também a proteção de crianças e jovens em risco, através de leis, planos, programas de prevenção, protocolos e cooperações. Contudo as instituições (família e escola) e os sistemas alternativos (segurança social, autoridades, CPCJ's, autarquias, entre outros) não conseguem dar respostas de forma eficaz aos sinais precoces da delinquência.

A delinquência é influenciada por vários fatores de risco e possui diversas abordagens e perspetivas, por isso não apresenta uma definição única e objetiva à luz das áreas do saber, como a sociologia e o direito.

A delinquência emerge quando as instituições primárias (família, escola e comunidade) da criança não cumpriram com o seu papel de promover o seu desenvolvimento. Um delinquente é um indivíduo que praticou comportamentos ilícitos, resultando em condenação pelo tribunal. Socialmente, é um indivíduo que se afasta da normatividade e daquilo que é expectável pela sociedade, isto é, cumprir as normas sociais. A delinquência juvenil é um conjunto de comportamentos e infrações criminais adotados por menores considerados graves (crimes quando cometidos por adultos), que necessitam de intervenção legal (Matos, 2002; Negreiros, 2008) e "envolve (posteriormente) o conjunto de respostas e de intervenções institucionais e legais em relação a menores que cometem infrações criminais ou que se encontram em situações ou exibem comportamentos potencialmente delinquentes" (Ferreira, 1997, p.916)

Negreiros (2001) defende que a manifestação dos atos antissociais é a definição mais ampla para a delinquência, mas sendo "uma violação de normas ou de expectativas socialmente estabelecidas" (p.12), varia de sociedade para sociedade, originando um desacordo de noções. Kazdin e BuelaCasal (2001, cit. por Pais, 2012, p. 6) partilham igualmente desta perspetiva interacionista, pois defendem que a delinquência juvenil é um conceito bastante vasto que se "estende não só ao contexto legal, mas também ao contexto social, uma vez que a sociedade, tendo em conta as normas pelas quais se rege, define os comportamentos que são considerados antissociais e que violam as expectativas sociais". Os vários pontos de vista destas áreas profissionais também vêm a confirmar a multiplicidade de noções que se tem acerca de "desvio" e "delinquência". O ponto de vista do direito vê a delinquência como o ato do crime, ou de delito se

cometido por crianças ou jovens. Já a área clínica olha para o indivíduo como um todo, sujeito detentor de comportamentos e consequências que sofre na sequência desses mesmos comportamentos.

Podemos encontrar diversas perspetivas do crime, tendo mais ênfase para esta monografia a perspetiva sociológica, psicossocial e a desenvolvimental, cada uma com as suas características e visões.

Numa perspetiva sociológica, a coesão social é muitas das vezes fraca devido a vários fatores que influenciam a (não) adesão dos valores, normas e laços sociais, causando assim uma anomia da sociedade. Entende-se por anomia "um estado de instabilidade e desorganização social" (Gonçalves, 2000, p. 104) que, segundo a Teoria da Anomia reconstruída por Merton (1938, cit. por Gonçalves, 2000), induzia os indivíduos a cometerem crimes. Esta conceção de anomia de Merton desvia-se do conceito original de Durkheim em que este último autor considerava o crime e o criminoso como um regulador da sociedade, pois esta desenvolverá mecanismos de defesa para eliminar os atos transgressivos. Durkheim (1858-1917, cit. por Amaro, 2019) entende que a anomia acontece quando as normas sociais estão em transição e, neste caso, há um ponto de fraqueza criador de desorientação dos cidadãos e ansiedade propensos ao crime. Contudo, considera uma prática necessária para a sociedade evoluir e se tornar mais complexa. Por sua vez, Merton estabelece uma relação entre o conceito de estrutura social e estrutura cultural. A estrutura cultural corresponde ao conjunto de valores e objetivos que determinada sociedade implementa para o ser humano atingir e que normalmente passa pelo sucesso económico e, com isso, a ascensão na sociedade. A estrutura social é o conjunto de meios que essa sociedade oferece para alcançar os objetivos pré-estabelecidos, tais como oportunidades de emprego, condições salariais e educação. Quando estas duas estruturas não são proporcionais, os comportamentos desviantes surgem, contribuindo assim para uma sociedade instável.

São vários os pontos em que esta reconstrução de Merton difere de Durkheim. Um deles é o facto de Durkheim aceitar que a ambição humana é natural, enquanto Merton defende que é a sociedade que a impõe de modo a evoluir e evitar assim a estagnação. Outro ponto divergente corresponde aos atores vulneráveis a adotar comportamentos desviantes, já que Durkheim refere que são os mais ricos, pois têm mais poder de subordinação, enquanto Merton refere que a classe baixa não tem meios financeiros nem educação para atingirem os objetivos, adotando assim meios ilegítimos para o fazer através da criação de subculturas (Merton, 1949, cit. por Pinto, 2017).

Os fatores influenciadores da coesão social passam pela heterogeneidade cultural, étnica e religiosa da sociedade, a diversidade de famílias, a diversidade das idades e a desorganização social causada pela industrialização, imigração, urbanização, depressões económicas, progressos de sociedades e guerras (Born, 2003). Com o aumento da anomia social, diminui então o controlo social, entendido como uma forma de restringir o crime. Este controlo social é influenciado pelo nível de integração social em que a qualidade da relação dos membros de uma sociedade dita a organização social, isto é, quando existe uma ausência de laços entre o indivíduo e a ordem social existe também uma ausência de relações entre esse indivíduo e as instituições convencionais e a ordem legal, evitando a criação de meios para impedir o crime numa sociedade. Esta falta de controlo externo e interno propende ao aparecimento da delinquência e do chamado delinquente sub-socializado. Outros fatores passam pelo nível da circulação da informação em que a falta desta acelera o processo da delinquência, o nível de aceitação da autoridade em que os agentes da autoridade necessitam de legitimar o seu poder e controlo e serem reconhecidos pelos membros, e por fim, o nível de elaboração da reação social em que tem de existir um equilíbrio entre a transgressão cometida e a medida imposta (Cusson, 1990b, cit. por Born, 2003; Ferreira, 1997).

Ainda na linha da socialização do sujeito, surge o termo "associação diferencial" na obra de Sutherland (1939) acerca dos princípios da criminologia onde refere que "a associação diferencial é o processo causal específico no desenvolvimento do comportamento criminoso sistemático" (cit. por Cressey, 1964, p.7), isto é, o processo de associação é semelhante no comportamento criminal e no comportamento legal, apenas os conteúdos dos padrões presentes é que diferem. No comportamento criminoso, a associação é realizada com pessoas que enveredaram pelos mesmos valores e práticas criminais e a frequência do contacto com estes padrões de comportamento aumenta a probabilidade de adotar um comportamento criminal. Uma pessoa que só interage com pessoas com comportamentos lícitos vai inevitavelmente ser cumpridor da lei. Aliás, é o que se espera, à partida, das pessoas uma vez que a cultura dominante é a lícita e não a criminosa. Outro fator impulsionador da associação diferencial é a multiculturalidade da sociedade em que estes grupos de culturas diferentes entram em conflito. A cultura criminal está tão presente como a cultura lícita, só que por vezes está disfarçada pelos profissionais de negócios manipuladores e não são condenados como outros criminosos profissionais (Cressey, 1964).

A desorganização social está na base do desenvolvimento do comportamento criminoso, pois a cultura dominante, como já foi referido anteriormente, é a lícita. Neste sentido, esta poderia se organizar e acabar com a cultura criminal, porém existem outros interesses egoístas e não há espaço para as pessoas cumpridoras da lei se preocuparem com o bem-estar social e a justiça, já que na História do mundo existem tantos casos de sucesso da união das pessoas. Prova assim que a sociedade se se mantiver organizada e criar estruturas para acabar ou diminuir o crime, este não é proliferado por associações, mas sim colmatado por reações da sociedade (Cressey, 1964).

Por sua vez, a perspetiva psicossocial defende que os atos de delinquência baseiam-se em comportamentos de ligação entre as pessoas, como os comportamentos associais e comportamentos antissociais. Os comportamentos associais referem-se a um dano causado a outra pessoa, mas sem uma intencionalidade de fazer mal enquanto nos comportamentos antissociais já existe uma intenção negativa. Para tratar de um caso de delinquência é necessário olhar de forma holística o seu desenvolvimento, isto é, o delito varia de país para país, de cultura para cultura. É necessário olhar o contexto social e legal em que decorreu o ato doloso e assim avaliar a gravidade desse mesmo ato. Esta avaliação será sempre condicionada pelos grupos sociais, culturais, religiosos, étnicos, económicos (Born, 2003).

Por fim, numa perspetiva desenvolvimental, a criminalidade juvenil surge de uma rede complexa de variáveis que resulta da interação de características pessoais com circunstâncias específicas ao longo da vida do indivíduo. Essas variáveis são: a história de vida do jovem; a situação pessoal e familiar do jovem; as suas características cognitivas, de personalidade e do comportamento; experiências em contexto laboral ou escolar, ou seja, acontecimentos que ocorreram no trabalho ou na escola que o levaram a enveredar pelo comportamento anti-social; o grupo de pertença como o grupo de pares com quem se relaciona e se identifica; e, por fim, as crenças e atitudes em relação a atividades antissociais (Andrew & Bonta, 1998, cit. por Born, 2003).

Esta perspetiva foca-se na evolução da pessoa como ser detentor de socialização, de uma história de vida e de acontecimentos que influenciaram o seu comportamento. Neste sentido, existem a macrogénese, que estuda o indivíduo a longo prazo antes do ato doloso, e a microgénese que aborda o momento do ato delinquente. A macrogénese terá que se focar no processo de socialização do indivíduo ao longo da sua vida, ou seja, a nível familiar, social, económico, escolar e o convívio com o grupo de

pares, para posteriormente detetar os mecanismos de socialização-associalização, sendo que esta associalização provoca processos de marginalização e exclusão (Born, 2003).

A criança começa desde cedo, a partir dos seus 3 anos, a raciocinar e distinguir o bem do mal e assim a violar ou respeitar as normas sociais. Contudo, a história da infância é um dos principais preditores da propensão para comportamentos delinquentes e anti-sociais que a criança terá futuramente. Num dos casos, a socialização não foi realizada de forma eficaz que resultou numa pouca tolerância à frustração a situações negativas na vida da criança e com isto a criança desenvolve hostilidade para com os outros ou a sociedade e possui baixo auto controlo para o comportamento antissocial. Pode também acontecer a criança ser um elemento de um grupo de pares com comportamentos pouco convencionais e, para se mostrar leal e sentir uma vinculação de proteção ou auto-valorização, adota comportamentos delinquentes (Kagan, 1984, cit. por Fonseca, 2004).

Assim, comparados os três pontos de vista existentes acerca deste tema, é igualmente importante tentar perceber e explicar o que pode causar este desvio das normas socialmente esperadas. As abordagens causais servem, neste sentido, para entender o que desencadeou um determinado comportamento ou delito. Dentro destas abordagens podemos encontrar as biológicas, psicológicas e as situacionais.

Durante vários anos acreditava-se que o ser humano com algumas especificidades a nível físico e anatómico (como o crânio, as orelhas, o nariz, os lábios, entre outros) era criminoso e antissocial. Contudo com a evolução dos tempos tornou-se difícil provar a veracidade dessas teorias e foram introduzidas nas explicações do crime as causas genéticas e as causas orgânicas. Nas causas genéticas vários estudos concluem que os filhos adotados com pais e mães biológicos com antecedentes criminais enveredam pelo mundo do crime (Cadoret, 1978; Crowe, 1972; Kety, Rosenthal, Wender, & Schulsinger, 1968, cit. por Gonçalves, 2000) e as causas orgânicas dão ênfase ao sistema nervoso do indivíduo e na sua capacidade de se auto regular e à influência de substâncias presentes na corrente sanguínea nos comportamentos antissociais (tais como o açúcar, o colesterol, hormonas, álcool e drogas).

Na abordagem psicológica pode-se encontrar diversas teorias de autores a contribuir para a desmistificação e compreensão da delinquência e do que pode ou onde surgir. Eysenck (1977, cit. por Gonçalves, 2000) tentou provar com a sua teoria que havia correlação entre introversão e extroversão e a tendência para a criminalidade, porém com pouco valor científico. Posteriormente, a psicanálise aparece através de

Aichorn (1935, cit. por Gonçalves, 2000) e sucedido de vários outros autores, com a introdução dos conceitos de ego e socialização. Os principais resultados mostram que um indivíduo com um ego mal estruturado sente dificuldade na socialização e para não passar vergonha (variância da auto-estima) exterioriza a sua agressividade.

Agnew (1985, cit. por Fonseca, 2001) defende, com a Teoria da Tensão Geral, que os indivíduos estão constantemente expostos a tensões e *stress* durante a sua vida, aumentando a probabilidade de cometerem um ato delinquente. Estas tensões e *stress* podem ser exemplificados com a incapacidade para se alcançar objetivos traçados, condições de vida desfavoráveis, rejeição dos pais, entre outras. Este autor explica algumas das razões da tensão aumentar a probabilidade de crime. Começa por afirmar que as tensões originam emoções negativas, por exemplo a raiva, a inveja, a frustração e a depressão. Estas tensões podem ser reduzidas através do crime, ou seja, cometer um crime é um caminho para aliviar estas emoções negativas. Desta forma, o crime está associado ao autocontrolo das pessoas, em que o baixo autocontrolo origina o incentivo para o crime.

Por fim, a abordagem situacional, resultado dos estudos da Escola de Chicago, aborda o espaço físico em que o indivíduo está inserido e as respetivas características que podem resultar no cometimento de um delito. Com a urbanização, as cidades começam a aumentar e a formar áreas naturais. Estas áreas naturais, por sua vez, são habitadas por grupos naturais, ou seja, são grupos que partilham entre os membros formas de vida específicas. Estas áreas naturais são denominadas de bairros, portanto a cidade é um conjunto de bairros. Como têm modos de vida e perspetivas próprias, é difícil a vinda de pessoas de etnias diferentes ou até mesmo agentes de autoridade, pois são vistos como uma ameaça. Assim sendo, começam a interiorizar práticas de vida que se afastam da normatividade societal e frequentemente antissociais. Sendo a heterogeneidade um fator que influencia a desorganização social, assiste-se a uma propagação de problemas sociais, como por exemplo a delinquência (Born, 2003; Gonçalves, 2000)

Clinard (1970, cit. por Gonçalves, 2000) também faz uma análise dos bairros em que explica que são contextos sociais fechados com normas, valores e costumes próprios, correspondente a uma subcultura delinquente. Kingston et al. (2009) concorda igualmente que existe uma desvantagem social que está centralizada em certos espaços urbanos, os chamados “bairros”. Esta elevada e permanente exposição a problemas sociais e atos criminais no seu quotidiano acaba por influenciar o envolvimento dos

adolescentes com o grupo de pares delinquentes, pois não têm ferramentas nem recursos sociais para se associarem a estilos de vida ou redes sociais lícitos.

Capítulo 2. Delinquência

A perspetiva desenvolvimental elenca um conjunto de variáveis que podem constituir fatores de risco para o adolescente adotar comportamentos delinquentes. Entenda-se por fatores de risco, elementos que "aumentam a probabilidade de ocorrência dos comportamentos antissociais e delinquentes" (Cunha, 2014, p.5). Estes elementos passam pelas circunstâncias problemáticas ao nível familiar, escolar ou laboral, lazer e atividades recreativas e o abuso de substâncias (Andrews & Bonta, 2006, cit. por Neves, 2019).

2.1- Família

O conceito e a constituição da família são dinâmicos, uma vez que, têm sofrido várias alterações desde os tempos da Grécia Antiga. Desde famílias patriarcais às famílias democráticas, das famílias tradicionais às famílias modernas, as mudanças sociais influenciaram bastante esta entidade.

Assim sendo, existem várias definições de família, sendo que pode ser "um conjunto de elementos ligados por um conjunto de relações, em contínua relação com o exterior, que mantém o seu equilíbrio ao longo de um processo de desenvolvimento percorrido através de estádios de evolução diversificados" (Sampaio & Gameiro, 1985, cit. por Alarcão, 2006, p.39), um "sistema de interação que supera e articula dentro dela os vários componentes individuais" (Andolfi, 1981, cit por Alarcão, 2006, p.40) e até um "sistema entre sistemas e que é essencial a exploração das relações interpessoais, e das normas que regulam a vida dos grupos significativos a que o indivíduo pertence, para uma compreensão do comportamento dos membros e para a formulação de intervenções eficazes" (Andolfi, 1981, cit por Alarcão, 2006, p.40). Ou seja, é um sistema que constitui os alicerces na identidade da pessoa através de aprendizagens, comunicação e relações afetivas (Milheiriço & Oliveira, 2012).

O conceito de família não está contemplado na Constituição da República Portuguesa o que deixa inconclusivo o que poderá ser família, contudo está presente que

todos têm direito à família e que "os pais têm o direito e o dever de educação e manutenção dos filhos" (art. 36º, CRP).

A família é a principal responsável pela primeira socialização da criança, é onde são criados os primeiros laços afetivos, as primeiras aprendizagens para a vida da criança e, assim, a formação da sua personalidade. Desta forma, é necessário que este sistema primário seja capaz de desempenhar um papel correto na aprendizagem social da criança. Os jovens que apresentam um comportamento delinquente, em regra, ao longo da sua socialização experimentam algumas das seguintes práticas parentais, nomeadamente, o distanciamento que dificulta o desenvolvimento da empatia na criança e a criação de relações com os outros, a negligência, onde não existe qualquer supervisão, dando uma maior liberdade para a escolha de decisões erradas e, por fim, a inconsistência, com punições e recompensas sem que a criança perceba a razão de ter recebido tal castigo ou tal presente e consequentemente não distingue o certo do errado. Estas práticas vão contribuir para que a criança não estabeleça relações de confiança com os outros, tendo por base sempre a manipulação e a mentira (Meyer, 1992).

Gottfredson e Hirschi (1990) estudam o conceito do autocontrolo, procurando explicar todas as formas de comportamento antissocial. Para eles, o autocontrolo é um fator importante no ato do crime. Existem pessoas com baixo autocontrolo devido a vivências que tiveram com o papel da família, entre elas a negligência por parte dos pais, abandono, pais conflituosos e abusivos, que mais tarde serão pessoas insensíveis aos sentimentos dos outros e impulsivas, envolvendo-se mais facilmente em relações instáveis com os outros e mais aptas à aprendizagem da delinquência.

Ainda acerca do papel da família na delinquência, Sheldon Glueck e Eleanor Glueck (1950, cit. por Fonseca, 2001) relacionaram a delinquência com a estabilidade da residência, a qualidade do *habitat*, a situação económica, a composição da família, as características comportamentais, a qualidade da vida familiar, relações familiares e a disciplina. O mesmo autor considera, em suma, que as famílias dos jovens delinquentes em regra não têm nenhuma estabilidade na sua residência, esta contém menos instalações sanitárias e são menos limpas, a sua situação económica é muito desfavorável, uma vez que normalmente estão dependentes de assistência financeira e possuem um rendimento *per capita* muito reduzido. Quanto à composição da família de origem, encontramos histórias de delinquência, alcoolismo, atraso no desenvolvimento cognitivo e perturbações afetivas e por vezes também é visível a ausência do pai. Existe também pouca gestão do dinheiro o que contribui para uma baixa qualidade de vida

familiar, um estilo de vida desordenado, pouca coesão familiar e menos solidariedade. As relações familiares são fracas e a disciplina por parte dos pais é errático, uma vez que, utilizam o castigo físico na maioria das vezes (Fonseca, 2001).

As famílias contribuem, segundo McCord (s.d) para a criminalidade de três formas, nomeadamente através da transmissão genética, dos contextos físicos e socioeconómicos em que os filhos são colocados e das práticas educativas (cit. por Fonseca, 2001).

A transmissão genética explica que os pais com cadastro têm uma probabilidade de terem filhos criminosos devido à semelhança de comportamentos mesmo que a criminalidade dos pais tenha ocorrido antes do nascimento do filho. Estas famílias normalmente vivem em zonas excluídas e utilizam estratégias de socialização dos filhos de forma inadequada.

Segundo este autor, o meio físico e socioeconómico, a educação, o emprego dos pais e o meio onde vivem têm consequências para as crianças. As taxas de violência refletem-se com os salários desiguais, o desemprego masculino, o elevado número de famílias monoparentais, a presença de colegas delinquentes, a ausência de supervisão das atividades de adolescentes e a desordem da vizinhança. O nível socioeconómico influencia fortemente o risco de delinquência. As famílias pobres são obrigadas a viver em bairros, onde se assiste a uma taxa de criminalidade elevada, pois não têm oportunidades. Esta falta de oportunidades resulta numa frustração que obrigará à procura de meios alternativos, não legais, para obter sucesso.

Por fim, a prática educativa dos filhos é outro fator que influencia a criminalidade no futuro, ou seja, o modo como os pais educam os filhos determinará o desenvolvimento destes. McCord (s.d) apresenta três formas de os pais moldarem criminosos através da educação que dão aos filhos, nomeadamente transmitindo valores de acordo com os seus atos e as escolhas que fazem, não desenvolvendo vínculos com os familiares e com a comunidade e, por último, estabelecendo a legitimidade por meio de métodos adotados para impor os seus desejos aos filhos (cit. por Fonseca, 2001).

A transmissão de valores acontece com a interação entre pais e filhos, isto é, são carinhosos ou são agressivos de acordo com o que observam das figuras paternais. Se os pais são agressivos, os jovens vão interiorizar este modelo de prática parental. Os vínculos que os filhos ganham com os seus pais é uma fonte para um crescimento saudável destes, ou seja, a negligência por parte dos pais pode ser uma forte causa de criminalidade uma vez que os filhos vão procurar atenção a outras fontes de afeto, como

por exemplo, a grupo de pares pouco convencional. Esta ligação entre pais e filhos é uma das bases da Teoria do Controlo (Carrillo, 2000; Hirschi, 1969).

Vários estudos foram direcionados para a dinâmica familiar e as características das famílias de jovens delinquentes, para assim tentar perceber a razão do jovem ter iniciado uma vida no mundo do crime. West e Farrington foram dois autores com estudos bastante relevantes, nomeadamente o "Cambridge Study in Delinquent Development" em que os principais resultados mostram que os preditores para a delinquência são as práticas familiares inconsistentes e inadequadas (severas e/ou permissivas), fraca supervisão parental, divórcios e separações dos pais. Henry, Moffit, Robins, Earls, e Silva (1993, cit. por Gonçalves, 2000) mostram que as crianças antissociais provêm de famílias de baixo estatuto socioeconómico, com relacionamentos conflituosos, instáveis e laços pobres, vítimas de violência familiar e abusos e antipatia dos progenitores. Autores nacionais como Sani e Gonçalves (1999, cit. por Gonçalves, 2000) também defendem os fatores mencionados atrás e acrescentam ainda a baixa coesão familiar, a presença de problemas de saúde na família como o alcoolismo e drogas.

2.2- Escola

A educação estará presente ao longo de toda a vida do indivíduo pois estamos em constante aprendizagem. Este conceito detém mais de uma centena de significados, pois é necessário ter em atenção o tempo, idade, o espaço e lugar, os conteúdos e os métodos. Oliveira (2005) define como uma "ação intencional ou voluntária, de um adulto (educador) sobre uma criança (educando), usando métodos mais ou menos autoritários ou dialogantes, tradicionais ou modernos, em ordem de levar a criança ou ajudá-la (conforme se acentue mais a hétero ou a auto-educação) a desenvolver todas as suas potencialidades (educação integral ou holística), a fim que possa atingir o fim do ser humano" (p.18).

A escola "enquanto instituição de ensino, tem um enorme poder não só na educação e formação profissional, como também no desenvolvimento cultural, intelectual, emocional da criança, bem como na formação da estrutura da personalidade de criança e/ou jovem" (Andrews & Bonta, 2006, cit. por Espírito Santo, 2014, p.22). E

o seu objetivo passa por obter dos alunos as melhores competências que lhes permitam participar ativamente na vida social, económica e política do país.

Contudo, Cohen (1955, cit. por Gonçalves, 2000) defende que a escola não fornece ferramentas nem oportunidades aos jovens com baixo estatuto socioeconómico para atingir o patamar dos jovens de classe média e alta. Possíveis explicações para isso são os factos de na escola serem seguidos os valores das classes mais altas e os professores que adotam estas práticas educativas são também da classe média. Esta frustração em não conseguir acompanhar a classe média resulta em alternativas menos legítimas para atingirem o sucesso e a riqueza, juntam-se a grupo de pares que esteja na mesma situação e adotam comportamentos de oposição (Walgrave, 1992). A corroborar esta teoria, Walgrave (1992) apresenta o termo "vulnerabilidade da posição social" em que a posição inferior das classes operárias é um obstáculo para usufruírem dos valores positivos oferecidos pelas instituições públicas, entre elas a escola. Os filhos de casais de baixa posição socioeonómica têm uma maior dificuldade a nível escolar, mesmo pelas exigências que esta instituição mantém. São indivíduos com pouca escolarização, com casas pouco espaçosas, ocupados a trabalhar. São características que se opõem às exigências colocadas como a necessidade de haver um espaço isolado para a criança estudar e fazer os trabalhos de casa, ajuda dos pais no percurso escolar e a formação cultural.

A maioria dos jovens com comportamentos delinquentes foram assinalados na escola como problemáticos, perturbadores e/ou desonestos (Farrington, 1992c, cit. por Fonseca, 2004). Também um estudo de Robins (1978, cit. por Gonçalves, 2000) refere que a escola pode ser um local propício às relações problemáticas entre o jovem e o grupo de pares e o jovem e as figuras de autoridade e, também, ao aparecimento das primeiras dificuldades de aprendizagem escolar e/ou social, como normas e regras.

2.3- Grupo de pares

Tal como a família, o grupo de pares é um contexto importante para o desenvolvimento das características pessoais e sociais de um indivíduo. A criança toda a vida irá (con)viver em grupo e é na socialização e nas interações sociais que está o desenvolvimento do ser humano. Um grupo não é apenas um aglomerado de pessoas, por isso a identidade de cada um terá influência num grupo e o grupo, por sua vez, terá influência no indivíduo (Shaw, 1981, cit. por Levine & Moreland, 2006). Vários autores

referem um conjunto de características de um grupo, como a partilha de valores e normas, o desempenho de papéis e a partilha dessa identidade por parte dos indivíduos com o grupo, objetivos para atingir, a interdependência, a comunicação (Brown, 2000; Cartwright & Zander, 1968; Hare, 2003; Sherif & Sherif, 1956 cit. por Levine & Moreland, 2006). Tendo em conta estes autores e a perspetiva de cada um, conclui-se que não existe definição consensual, pois cada um coloca maior ênfase em características diferentes.

O conceito de grupo já vem a ser explicado há alguns séculos por vários autores que perspetivam, não apenas como um aglomerado de pessoas, mas também o indivíduo como um ser grupal que se reúne de acordo com os seus gostos e opiniões, ou a base dos fenómenos e interações sociais mais que a soma das partes que o constituem. Também é perspetivado como a interação entre pessoas que se podem influenciar entre si ou a criação de laços afetivos e vínculos que ajudam a equilibrar a personalidade do indivíduo e ainda como impulsionador da rentabilização das potencialidades do indivíduo. Moreno (1970, cit. por Rodrigues, 2004) defende que só existe grupo quando existem reciprocidades positivas formando um conjunto de relações intencionalmente organizadas.

Hare (1976, cit. por González, 1997) enumera quatro características de um grupo, nomeadamente a partilha dos mesmos valores que guiam a sua atividade, desenvolvimento de competências para essa mesma atividade, a aceitação de um conjunto de normas definindo papéis e contribuindo para a coesão e os objetivos a alcançar.

Um adolescente passa a maior parte do seu tempo com os colegas ou até sozinhos, ao contrário do que acontecia quando era criança que convivia mais com adultos. Desta forma, há mudanças de comportamentos e hábitos para o adolescente ser aceite socialmente. Esta aceitação social passa essencialmente pela atração física ou pelos comportamentos de amizade, sociabilidade, competências e pela compreensão interpessoal. Contudo, nem sempre o indivíduo é aceite e esta rejeição social pode dever-se a atitudes desviantes e comportamentos negativos. Curiosamente, o nível socioeconómico ou até a inteligência não são garantias de sucesso social (Hartup, 1983, cit. por Sprinthall & Collins, 2003).

A prática da delinquência juvenil é frequentemente em grupo, apesar de que à medida que o indivíduo cresce e a delinquência persistir na sua vida, este começa a atuar sozinho.

A ideia da delinquência em grupo foi alvo de variadas explicações como a aprendizagem e a identificação. Sutherland e Cressey (1970), já explicados anteriormente, aprofundaram o conceito de associações diferenciais em que o indivíduo, integrado em determinado ambiente, aprende os valores criminais através da socialização e identificação com grupos pouco convencionais. Esta partilha de atitudes e normas faz com que os delinquentes aprendam e imitem os comportamentos criminais e formem uma subcultura desviante. Desta forma, assistimos a uma pressão que o grupo exerce no indivíduo para o aceitarem em troca de comportamentos delituosos e consumo de substâncias (Born, 2003; Trillo, 2011).

Esta ideia de desenvolvimento de subculturas não convencionais é também apresentada por Lander (1954) e Shaw e McKay (1969) onde acreditam que quando numa determinada zona estão formados bandos, a subcultura presente encoraja e defende os comportamentos criminais como normais, resultado de uma desorganização social (cit. por Born, 2003). Importante será explicar que subcultura é "uma configuração de comportamentos adquiridos que se transmite no interior de um dado grupo. Esta configuração inclui simultaneamente normas, conhecimentos, modos de comportamento e valores" (Born, 2003, p. 182) e insere-se dentro de uma cultura, que de um modo geral é "o conjunto de costumes, códigos morais e jurídicos de conduta, crenças, preconceitos, etc, que as pessoas de uma comunidade compartilham e aprendem no convívio social" (Anitua, 2008, p. 498) ou seja, uma subcultura não significa ser inferior a outras culturas, apenas significa que partilham os mesmos padrões e valores (Amaro 2019).

Voltando novamente à questão da frustração e do fracasso, estes resultam em comportamentos alternativos não socialmente aceites por parte de indivíduos de classes baixas para atingirem o sucesso, a riqueza ou algo que desejam, criando esta subcultura em que as pessoas que se encontram na mesma situação de desfavorecimento tendem a aproximar-se entre si (Cloward & Ohlin, 1960; Cohen, 1955, cit. por Born, 2003).

Miller (1958) defende que, para além dos jovens procurarem provar a sua masculinidade, uma vez que existe falta do modelo masculino por parte do progenitor, como foi referido anteriormente, estes jovens possuem o desejo de pertença e de estatuto dentro de um grupo, ou seja, procuram ser aceites por um grupo de pares e posteriormente pretendem ser respeitados e/ou temidos. E para que tal aconteça, o caminho a percorrer é o da delinquência, o do desrespeito pelas normas sociais e a socialização através de relações sociais agressivas e violentas.

Segundo Moffit (1993), esta aproximação a pares delinquentes associa-se na maior parte das vezes à delinquência limitada à adolescência em que os adolescentes a partir dos seus 11-12 anos procuram um prestígio, estatuto ou protagonismo, assistindo, assim, a uma delinquência regressiva. Contudo, pode-se estender após a saída da adolescência com atos criminais sucessivos, a chamada delinquência persistente durante a vida ou delinquência extensiva.

Capítulo 3. Metodologia

A delinquência é o resultado da soma de um conjunto de variáveis da vida do jovem, expostos anteriormente, como a fraca socialização, famílias problemáticas e o convívio com grupos de pares pouco convencionais. Contudo após atravessar por um processo de reeducação e reintegração é possível o jovem planear um futuro mais promissor a nível pessoal, familiar, laboral e profissional para se reintegrar na sociedade.

Neste capítulo será apresentado o processo da investigação, a metodologia utilizada, os principais resultados e a sua análise.

3.1- Problema do Estudo

A escolha deste tema de investigação surgiu do interesse pela área da criminalidade e delinquência. O problema de uma investigação tem como objetivo centrar a investigação numa área específica de acordo com a questão central, delimitando as fronteiras para o estudo e seguir de forma coerente. Foca, também, a análise do objeto de estudo com os dados pretendidos (Coutinho, 2014). Assim, o estudo tem como problema central: *quais os acontecimentos relevantes que influenciaram os comportamentos dos jovens e quais as suas expectativas futuras?*

3.2- Objeto e Objetivo

O objeto de estudo passa pelos percursos de vida dos jovens institucionalizados em centro educativo e as suas expectativas de vida.

É necessário especificar com pormenor os objetivos para que seja mais fácil realizar a análise da investigação. Os objetivos gerais, tendo em conta o problema da investigação são:

- Compreender quais os fatores familiares, sociais e pessoais que influenciaram o comportamento dos jovens institucionalizados no CEO;
- Compreender quais as expectativas que os jovens possuem em relação ao futuro.

Os objetivos específicos serão exploratórios e analíticos, pois irão permitir quantificar a frequência do fenómeno social em causa, identificar o problema para a investigação, confirmar relações entre variáveis, compreender causas e fatores, entre outros (Coutinho, 2014). Os objetivos específicos passam por:

- Caracterizar os jovens institucionalizados nos CEO quanto à idade, sexo e habilitações literárias;
- Enunciar e analisar quais as variáveis mais relevantes do percurso de vida dos jovens que influenciaram o seu comportamento;
- Elaborar o biograma de cada jovem, de modo a aprofundar os fatores de risco e proteção percecionados por eles mesmos;
- Percecionar o sentido crítico que os jovens têm perante a sua situação e da sua medida de internamento como a assunção da responsabilidade pelo ato, as motivações, a descentração perante a vítima, a posição face aos atos cometidos, a motivação para o cumprimento da medida e o pensamento consequencial;
- Perceber o planeamento de estratégias de mudança através das expectativas de vida após a sua saída do centro em relação ao seu futuro do percurso profissional/escolar e pessoal.

A variável, ao contrário de uma constante, é um conceito que assume um ou mais significados (Coutinho, 2014). Desta forma, a escolha das variáveis prende-se com o facto de serem os fatores de risco para a criminalidade juvenil (contexto familiar/práticas parentais, educação, relação com pares, consumo de substâncias e os tempos livres).

3.3- População-alvo

O próximo passo é a escolha dos indivíduos que irão participar no estudo. No caso do presente estudo, foi utilizado a totalidade do universo, ou seja, os jovens institucionalizados por medida de internamento em centro educativo no período de 15 de outubro de 2018 a 14 de janeiro de 2019.

Na primeira fase do estudo em que se investiga os percursos de vida dos jovens, através da análise documental dos processos foram considerados a totalidade dos sujeitos do centro educativo da cidade de Coimbra, no período descrito que correspondiam a 33 jovens. Na fase das entrevistas, apenas surgem 30 jovens, uma vez que dois jovens saíram em liberdade durante o período de investigação e um sujeito não concordou em responder às questões.

3.4- Procedimentos Metodológicos

O paradigma da investigação é um conjunto de valores, regras, critérios, metodologias, linguagem, metas, normas e crenças dentro de um conjunto de cientistas de acordo com o universo a estudar (Coutinho, 2014). Esta pesquisa é qualitativa, orientada para um paradigma interpretativo ou qualitativo, uma vez que, tem como objetivo "entrar" no mundo pessoal dos jovens, com o intuito de compreender e interpretar os significados construídos da perspetiva de quem os vive, tal como defende Latorre et al. (1996, cit. por Coutinho, 2014).

Assim sendo, a realidade será também compreendida e interpretada com base nos significados construídos, ou seja, os significados que os jovens dão ao seu percurso até ao momento da institucionalização. Para isso, o método de pesquisa é o estudo fenomenológico, ou seja, um estudo que pretende descrever as experiências vividas da perspetiva do indivíduo, dando ênfase na subjetividade dos participantes (Goméz et al, 1996, cit. por Coutinho, 2014).

Para começar a colocar em prática a investigação, é necessária uma contextualização do objeto de estudo através da revisão da literatura e teoria já conhecida acerca do fenómeno a estudar e do enquadramento teórico. A revisão da literatura passa por procurar, ler e analisar a informação relacionada com o tema, permitindo contextualizar o estudo e fazer a ponte com a teoria. A revisão bibliográfica permite também atualizar o investigador do que já existe acerca do tema, aprofundar o conhecimento para posteriormente aplicar a investigação e formar hipóteses com base

na teoria. A teoria é um corpo de conhecimento que explica relações entre fenómenos e conceitos. O enquadramento teórico, por sua vez, é fundamental para orientar o processo de resposta, dar consistência e suporte ao trabalho e à investigação que será colocada em prática e, por sua vez, fundamentar os dados recolhidos e resultados chegados (Araújo, 2012; Cardoso, Alarcão & Celorico, 2010, cit. por Coutinho, 2014).

O passo seguinte é decidir a forma como irão ser recolhidos os dados para ligar a teoria aos resultados. A recolha de dados é a pesquisa de uma realidade social para analisar e medir o fenómeno social através de um processo organizado para obter informações junto de várias fontes para elevar o grau de conhecimento acerca de determinada matéria ou representação desta (Ketele & Roegiers, 1993; Punch, 1999, cit. por Costa, 2012). Para a recolha de dados se concretizar de forma planeada e bem-sucedida é necessária uma escolha de técnicas para aceder à realidade social e registar a informação necessária.

Dividimos o estudo em três fases: a caracterização do percurso de vida dos jovens nas dimensões familiar, educação, da saúde e social, através da análise documental dos processos individuais, a segunda fase passou pela elaboração de biogramas, resultado de uma entrevista narrativa e a última fase foi uma entrevista acerca da consciência dos jovens e a sua autoperceção para o futuro.

A metodologia utilizada na primeira fase do estudo, correspondente à caracterização dos jovens institucionalizados no Centro Educativo dos Olivais, passa pelo recurso aos processos de cada jovem através de uma sistematização estruturada da informação neles contida. Uma sistematização que pressupôs a construção pré-definida de uma base de dados com os indicadores que se pretendiam analisar. A pesquisa nestes registos oficiais traz a vantagem de que são relatórios e pesquisas realizadas por vários profissionais, acarretando uma diversidade de informação. Posteriormente, os dados foram introduzidos no programa estatístico denominado de SPSS, onde foi possível a análise dos dados recolhidos e encontrar pontos comuns nas vidas dos jovens a nível familiar, da educação, do convívio de grupo de pares, da rede formal e de saúde (Coutinho, 2014; Fonseca, 2004).

Na segunda fase, para elaborar o biograma e compreender os significados das experiências foram realizadas entrevistas narrativas, com uma única questão em que cada jovem conta a sua própria história e descreve a sua trajetória de vida. A informação foi complementada com a análise dos processos individuais de cada jovem. A entrevista narrativa é uma ferramenta que explora acontecimentos marcantes da vida e do contexto

social do entrevistado. A partir do seu ponto de vista, aprofunda-se a sua trajetória e a representação que faz e o significado que atribui. Neste sentido, a função da entrevista narrativa passa pela "construção histórica da realidade e a partir do relato de fatos do passado promover o futuro" (Muylaert et al., 2014, p.195). Estas perguntas abertas trazem a vantagem de dar liberdade de resposta aos jovens e, assim, "reconstruir a história do desenvolvimento do indivíduo, designadamente o seu percurso em termos de comportamento antissocial" (Fonseca, 2004, p.50).

Na entrevista, o investigador começou por se apresentar e explicar o teor e objetivo do estudo. Solicitou em seguida a colaboração e autorização para dar início à respetiva entrevista. O jovem contou a sua história e o investigador ouviu de forma compreensiva, sem limite de tempo, procurando através da narrativa compreender a história de cada jovem, a sua individualidade e as experiências contadas na primeira pessoa. Para ouvir a história foi lançada uma única questão "Quais os momentos marcantes da tua vida?". Escutou-se ativamente e em simultâneo foi-se construindo o biograma, também como estratégia para encorajar e estimular o mesmo. Cada entrevista demorou cerca de uma hora e meia.

A abordagem biográfica é um método qualitativo que tem como objetivo perceber os fenómenos psicológicos, sociais e antropológicos, tendo por base a história do indivíduo. A partir dos anos 30 do século XX, a biografia foi utilizada na área dos comportamentos desviantes por Shaw no estudo da delinquência juvenil e, posteriormente, Sutherland na história de vida de um criminoso, expandindo esta metodologia para a área criminal. Como complemento a uma análise documental, a biografia consiste num autorrelato da história de vida do indivíduo em que se pretende compreender os significados e a perspetiva que atribui aos momentos mais marcantes. Assentando numa perspetiva longitudinal, procura-se ter uma visão temporal dos acontecimentos e mudanças ao longo do percurso da vida dos sujeitos e o impacto que resultou em alguma das escolhas. Agra e Matos (1997) definem o biograma como uma visualização clara e objetiva das trajetórias dos sujeitos a nível da família, do trabalho, da escola, do relacionamento social e com a dimensão concreta relacionada com o objeto de estudo (Agra & Matos, 1997; Pina, 2012; Tinoco e Pinto, 2001)

Na terceira fase foi utilizada a entrevista semiestruturada[1] para compreender a consciencialização dos jovens acerca dos seus atos e a autoperceção do futuro. Na

[1] Anexo 1 – Entrevista aos jovens do CEO

entrevista será importante que o sujeito e o entrevistador estejam em contacto para que a informação adicional possa ser acrescentada no decorrer das questões. Para que haja uma boa preparação e organização, as entrevistas fazem-se acompanhar de ferramentas que auxiliem a sua concretização, ferramentas essas que poderá ser o guião da entrevista[2]. Este guião contém a ordem que as questões deverão ser colocadas e o que se pretende com elas – o objetivo. Além do domínio da técnica utilizada é necessário que o entrevistador desenvolva uma empatia com o entrevistado para o sucesso da entrevista. Só assim se constrói uma relação de confiança que permite o entrevistado estar à vontade para falar e responder com sinceridade às perguntas colocadas (Charles, 1998, cit. por Coutinho, 2014). As entrevistas trazem as vantagens de serem possíveis aplicar a quase todos os níveis etários e fornecem uma segurança para um investigador com menos experiência, contudo tem a desvantagem de não haver uma relação entrevistador-entrevistado muito próxima e, consequentemente, a fraca recolha de informação (Fonseca, 2004). Efetivamente verificou-se tal desvantagem durante as entrevistas em que foram frequentes as respostas fechadas dadas pelos jovens, mesmo com a insistência do entrevistador a tentar recolher mais informação.

Numa investigação é necessário discutir e analisar os dados para dar sentido aos resultados recolhidos e compreender o material conseguido. A análise de dados é um "processo de busca e de organização dos materiais acumulados, com o objetivo de aumentar a sua própria compreensão desses mesmos materiais e de lhe permitir apresentar aos outros aquilo que encontrou" (Bogdan & Biklen, 1994, p.205).

Nesta investigação serão utilizadas como metodologias de análise de dados a análise documental, SPSS e análise de conteúdo. A análise de conteúdo sendo "um conjunto de técnicas de análise de comunicações" (Bardin, 2011, p. 33), analisa dados em forma de texto. Utilizado várias vezes como método de análise de entrevistas, tem como objetivo quantificar as palavras-chave encontrando regularidades e, com isso, realizar inferências. A análise deverá ser sistemática de modo a criar unidades de análise e categorias que podem ser aspetos da teoria a testar. O SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) é um "software de manipulação, análise e apresentação de resultados de análise de dados de utilização predominante nas Ciências Sociais e Humanas" (Maroco, 2007, p.21).

[2] Anexo 2- Guião da entrevista

3.5- Modelo de Análise

O modelo de análise é um instrumento de investigação com o intuito de orientar o investigador a estruturar o seu trabalho de forma coerente. É composto por conceitos, dimensões e componentes articulados entre si, de modo a criar um quadro de análise (Quivy & Campenhoudt, 2005). Arellano e Santoyo (2009) definem, por sua vez, como mapa conceptual, sendo "uma representação gráfica a partir de conceitos que formam redes em que os elementos conceptuais estão ligados a relações que podem ser associativas, causais ou temporárias" (p.41). Este mapa pretende reunir ideias para posteriormente desenhar uma estrutura, representando graficamente o conhecimento.

Assim, como objeto do estudo foi possível identificar o conceito de "Percurso de vida". Para tentar perceber este conceito é necessário criar indicadores, ou seja representações observáveis, que possibilitarão medir as dimensões. As dimensões deste estudo correspondem aos fatores de risco da vida do jovem, isto é, dimensão pessoal, familiar, da saúde, social e educação. Para medir estas dimensões foram criados indicadores como apresente a tabela seguinte.

Tabela 3
Modelo de análise do estudo

Conceito	Dimensões	Componentes	Indicadores
Percurso de vida	**Pessoal**		Acontecimentos marcantes da vida Atitude perante o crime Representação da instituição Expectativas de vida
	Familiar	Estrutura Familiar	Número de elementos Tipos de família
		Funcionamento da família	Papel educativo parental Antecedentes familiares
		Nível Socioeconómico	Situação socioprofissional dos pais/responsáveis

Saúde	Consumos Doenças
Social	Rede formal Rede informal Atividades estruturadas
Educação	Nível de escolaridade Aproveitamento escolar Processos disciplinares

Fonte: Elaboração própria

A caracterização centrou-se na dimensão pessoal, onde se procurou perceber que significados o jovem constrói acerca dos acontecimentos que ocorreram no seu passado, como se posiciona em relação à sua situação atual e que perspetivas tem para o seu futuro. A dimensão familiar foca-se no número de elementos, no tipo de família, funcionamento das práticas educativas e antecedentes familiares de comportamentos desviantes e a situação socioeconómica através das fontes de rendimento. A dimensão da saúde conta com os indicadores dos consumos e problemas de foro psíquico, a dimensão social relaciona-se com o grupo de suporte dos jovens bem como o tipo de convívio de pares e, por fim, a dimensão da educação que engloba todo o percurso do jovem na escola.

Parte III – Investigação Empírica

Capítulo 4. Apresentação dos dados

4.1- Caracterização dos percursos de vida dos jovens do CEO

O estudo possui três fases. A primeira fase, como referimos anteriormente, corresponde à caracterização do percurso de vida dos jovens institucionalizados no Centro Educativo dos Olivais. Nesta fase serão apresentados dados estatísticos acerca de 33 jovens e serão analisados os dados acerca das várias dimensões, como família, educação, social, saúde que permitirá entender qual o caminho que os jovens percorreram para se encontrarem na situação atual. Através da análise documental,

informação retirada dos processos individuais, foi possível construir uma base de dados em SPSS para análise.

Tabela 4
Frequência da idade dos jovens do CEO

Idade dos jovens					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	14	4	12,1	12,1	12,1
	15	6	18,2	18,2	30,3
	16	10	30,3	30,3	60,6
	17	11	33,3	33,3	93,9
	19	1	3,0	3,0	97,0
	20	1	3,0	3,0	100,0
	Total	33	100,0	100,0	

Tabela 5
Média da idade dos jovens do CEO

Estatísticas descritivas					
	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Idade dos jovens	33	14	20	16,12	1,341
N válido (de lista)	33				

Os 33 jovens do CEO são do sexo masculino (100%), devido à entrada em vigor da Portaria nº 1200-B/2000 de 20 de dezembro. As idades variam entre os 14 e os 20 anos, sendo que a média é de 16 anos.

Tabela 6
Habilitações literárias dos jovens do CEO

Habilitações Literárias					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	4º ano	2	6,1	6,3	6,3
	5º ano	6	18,2	18,8	25,0
	6º ano	15	45,5	46,9	71,9
	7º ano	3	9,1	9,4	81,3
	8º ano	4	12,1	12,5	93,8
	9º ano	2	6,1	6,3	100,0
	Total	32	97,0	100,0	
Ausente	0	1	3,0		
Total		33	100,0		

Como a tabela 6 aponta, as habilitações literárias dos jovens vão do 4º ano até ao 9º ano, sendo que o 6º ano é mais frequente. Estas habilitações não são estáticas, pois o programa do CE integra atividades letivas e cursos profissionais para os jovens continuarem a escolarização e terem ferramentas para quando reintegrarem na sociedade ser possível a integração no mercado de trabalho. ´

Na tabela pode-se verificar um "ausente", sendo uma informação desconhecida acerca de um jovem.

Tabela 7
Delitos cometidos pelos jovens do CEO

Delitos Frequências				
		Respostas		
		N	Percentagem	Percentagem de casos
Delitos cometidos pelos jovens[a]	Roubo Simples	6	7,6%	18,2%
	Roubo Qualificado	4	5,1%	12,1%
	Furto Simples	8	10,1%	24,2%
	Furto Qualificado	10	12,7%	30,3%
	Ofensa à Integridade Física	16	20,3%	48,5%
	Crime de Dano	8	10,1%	24,2%

	Crime de Injúria	7	8,9%	21,2%
	Crime de Incêndio em Co-Autoria	1	1,3%	3,0%
	Crime de Violação	2	2,5%	6,1%
	Ameaça	9	11,4%	27,3%
	Tráfico de Estupefacientes	1	1,3%	3,0%
	Coação	4	5,1%	12,1%
	Coação Sexual	1	1,3%	3,0%
	Introdução em Lugar Vedado	2	2,5%	6,1%
Total		79	100,0%	239,4%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Os delitos apresentados são o conjunto de delitos que se verificou na análise dos processos, sendo que um jovem cometeu um ou mais delitos. Os delitos "Ofensa à integridade física" e "Furto qualificado" são os mais notados, seguindo o "Furto Simples" e "Crime de dano" e a "Ameaça". Os menos frequentes são "Crime de incêndio" e "Coação Sexual". A percentagem de casos conta com 239,4%, o que significa que em média cada jovem cometeu aproximadamente 2 delitos.

Tabela 8
Tipos de famílias dos jovens do CEO

Tipos de famílias					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Família Adoptiva	1	3,0	3,0	3,0
	Família Reconstituída	13	39,4	39,4	42,4
	Família Monoparental	4	12,1	12,1	54,5
	Família Nuclear	8	24,2	24,2	78,8
	Família Alargada	4	12,1	12,1	90,9
	Família de Co-habitação	2	6,1	6,1	97,0
	Família Flutuante	1	3,0	3,0	100,0

Total	33	100,0	100,0

Estes jovens fazem parte de diversas famílias, algumas delas, consideradas pela sociedade, como tradicionais, as chamadas famílias nucleares. No total de 33 jovens, 8 (24,2%) fazem parte de famílias nucleares em que coabitam com os progenitores. A maioria dos jovens provém, no entanto, de famílias reconstituídas (39,4%), ou seja, os progenitores do jovem não vivem juntos e coabitam com uma nova família.

Tabela 9
Práticas educativas dos jovens do CEO

Práticas Educativas				
		Respostas		
		N	Percentagem	Percentagem de casos
Práticas parentais[a]	Supervisão inadequada	31	21,2%	96,9%
	Dificuldade em controlar o comportamento	32	21,9%	100,0%
	Disciplina inadequada	28	19,2%	87,5%
	Práticas parentais inconsistentes	27	18,5%	84,4%
	Má qualidade de relação com a mãe	13	8,9%	40,6%
	Má qualidade de relação com o pai	15	10,3%	46,9%
Total		146	100,0%	456,3%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

O papel dos pais ou tutores é fundamental para a educação de uma criança. Quando educados de forma incorreta, pode resultar em comportamentos desviantes e associação a pares pouco convencionais, devido à fraca supervisão.

Na tabela 9, nota-se uma maior quantidade de jovens marcados por uma supervisão inadequada (N=31), pais que possuem dificuldades em controlar o seu comportamento (N=32), com disciplina inadequada (N=28) e com práticas parentais inconsistentes (N=27) em que os progenitores anulam mutuamente a autoridade sobre o

filho. Menos de 50%, embora muito próximo desse valor, dos jovens mantêm má qualidade de relação com o pai (46,9%) e/ou a mãe (40,6%).

Tabela 10
Antecedentes familiares dos jovens do CEO

Antecedentes criminais e de consumos					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Familiares sem antecedentes criminais nem de consumo	11	33,3	34,4	34,4
	Familiares com antecedentes criminais	9	27,3	28,1	62,5
	Familiares com antecedentes de consumo	8	24,2	25,0	87,5
	Familiares com antecedentes criminais e de consumo	4	12,1	12,5	100,0
	Total	32	97,0	100,0	
Ausente	0	1	3,0		
Total		33	100,0		

A tabela 10 mostra que 11 jovens não têm historial de consumos e comportamentos desviantes na família, traduzindo-se em apenas 33,3% da amostra. A maior parte dos jovens (N=21) possui pelo menos um historial ou de consumos ou de crimes na família, e 4 destes apresentam ambos os casos (12,1%).

Tabela 11
Figuras de referência dos jovens do CEO

Figura de Referência					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nenhuma	11	33,3	33,3	33,3
	Mãe	6	18,2	18,2	51,5
	Pai	4	12,1	12,1	63,6
	Pais	5	15,2	15,2	78,8
	Avós	5	15,2	15,2	93,9
	Irmã(o)	1	3,0	3,0	97,0
	Padrinhos	1	3,0	3,0	100,0
	Total	33	100,0	100,0	

As figuras de referência dos jovens passam pelos seus familiares, como os pais, os avós, irmãos e padrinhos (N=22). Contudo 33,3% dos jovens (N=11) não vêm em qualquer pessoa uma figura de referência. A mãe e o pai surgem como a figura de referência para 18,2% (N=6) e 12,1% (N=4), respetivamente.

Tabela 12
Consumos de substâncias e/ou álcool dos jovens do CEO

Consumos de substâncias e/ou álcool					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Não	13	39,4	39,4	39,4
	Sim	20	60,6	60,6	100,0
	Total	33	100,0	100,0	

Mais de metade dos jovens do CEO (N=20) consumiu na sua vida substâncias e/ou álcool em grupo de pares pouco convencionais ou com familiares. Já 39,4% nunca consumiram qualquer tipo de substâncias nem álcool.

Tabela 13

Perturbação psicológica dos jovens do CEO

Perturbação Psicológica					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	22	66,7	66,7	66,7
	Sim	11	33,3	33,3	100,0
	Total	33	100,0	100,0	

São 33,3% dos jovens (N=11) que apresentam perturbações psicológicas como por exemplo, “perturbação de hiperatividade com défice de atenção”, “perturbação mista dos comportamentos e das emoções com sintomatologia do agir”, “distúrbio do comportamento”, “Síndrome de Asperger”, “instabilidade emocional”, “quadro de perturbação do controlo”, “perturbação de oposição e desafio e epilepsia” e “traços marcados de personalidade de Cluster B – anti-social”.

Aos restantes 66,7% (N=22) não foram diagnosticadas nenhumas complicações a nível de saúde mental.

Tabela 14

Convívio com grupo de pares dos jovens do CEO

Convívio com Grupo de Pares					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Grupo de pares convencionais	1	3,0	3,0	3,0
	Grupo de pares desviantes	32	97,0	97,0	100,0
	Total	33	100,0	100,0	

Uma maioria esmagadora dos jovens do CEO convive no seu quotidiano com grupo de pares pouco convencionais marcados por atos desviantes e consumos de substâncias (97%).

Apenas um jovem não pertence a grupos desviantes, pois o seu problema são jogos de computador, apostas online, resultando em atos agressivos para com os seus pais quando contrariado e castigado.

Tabela 15
Atividade estruturada dos jovens do CEO

Atividade Estruturada					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	27	81,8	81,8	81,8
	Sim	6	18,2	18,2	100,0
	Total	33	100,0	100,0	

Grande parte dos jovens do CEO não tinha nenhuma atividade estruturada no seu dia-a-dia (81,8%), sendo que apenas 6 jovens (18,2%) mantinham rotina de atividades nos seus tempos livres, tais como o futebol, o karaté e o *kickboxing*.

Tabela 16
Retenções na escola dos jovens do CEO

Retenções na Escola					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Sem retenções	7	21,2	21,2	21,2
	Com retenções	26	78,8	78,8	100,0
	Total	33	100,0	100,0	

As taxas de retenção na escola, segundo a tabela 16, são elevadas. A maioria dos jovens (78,8%) chumbou pelo menos uma vez a nível escolar, sendo que as retenções destes jovens vão de uma a quatro retenções. Apenas 7 jovens não apresentam qualquer retenção, apresentando a escolaridade correspondente à sua idade. Estas retenções podem ser explicadas com a tabela 18 (Percurso Escolar dos jovens de CEO)

Tabela 17
Processos e medidas disciplinares dos jovens do CEO

Processos e Medidas Disciplinares					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Sem medidas e processos	17	51,5	51,5	51,5
	Com medidas e/ou processos	16	48,5	48,5	100,0
	Total	33	100,0	100,0	

Em relação aos processos e medidas sancionatórias aplicadas na escola, os resultados apresentam-se equilibrados, não havendo grande significância. Os dados referem que 51,5% (N=17) dos jovens não sofreram medidas na escola ao contrário dos restantes 48,5% (N=16) devido ao seu mau comportamento.

Tabela 18
Percurso escolar dos jovens do CEO

Percurso Escolar Frequências				
			Respostas	
		N	Percentagem	Percentagem de casos
PerEscolar[a]	Disrupção Comportamental	21	18,6%	65,6%
	Absentismo Escolar	28	24,8%	87,5%
	Desmotivação	19	16,8%	59,4%
	Défice de Aprendizagem	7	6,2%	21,9%
	Baixo Rendimento	17	15,0%	53,1%

	Desrespeito pela Autoridade	15	13,3%	46,9%
	Abandono Escolar	6	5,3%	18,8%
Total		113	100,0%	353,1%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Como a tabela 18 apresenta, o percurso escolar dos jovens deste centro é pautado por vários problemas, como o mau comportamento, as faltas às aulas, a desmotivação, a dificuldade de aprendizagem, o baixo rendimento, o desrespeito pelos professores e funcionários da escola e, por fim, o abandono escolar. O absentismo escolar é o que apresenta em maior frequência (N=28), traduzindo-se em 87,5% dos jovens que faltam às aulas. A disrupção comportamental e a desmotivação pelas atividades letivas são também dos problemas mais patentes, seguindo o baixo rendimento. O abandono escolar é o menos frequente, contando com apenas 18,8% dos jovens (N=6).

4.2- Percursos de vida

A segunda fase traduz-se numa entrevista narrativa com apenas uma questão onde contam a sua própria história e descrevem a sua trajetória de vida, com o objetivo de compreender os significados das experiências dos jovens a partir da sua perspetiva e representação. A partir destes relatos foi possível a construção dos biogramas e o impacto que cada acontecimento teve no seu percurso e escolhas.

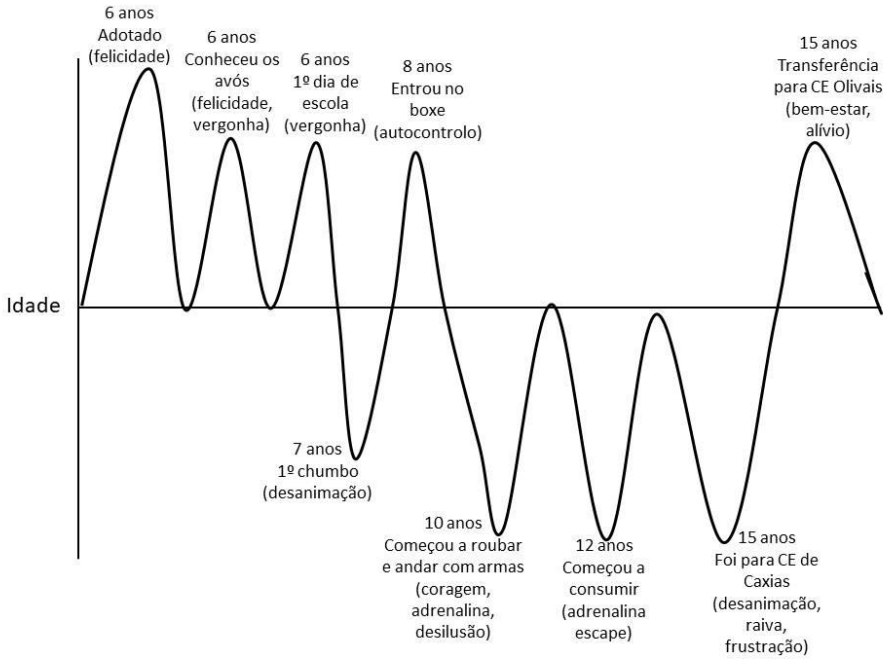

Figura 1. Biograma Jovem 1.

Este indivíduo faz a representação dos momentos marcantes de uma forma equilibrada. Consegue encontrar tanto pontos positivos como negativos na sua vida. Aos 6 anos afirma ter encontrado uma família de adopção que cuidasse dele, referindo que se sentiu bastante contente. Como primeiro momento negativo recorda-se da primeira vez que reprovou na escola aos 7 anos, sentindo-se desanimado para continuar, contudo nas seguintes reprovações afirma que "é só mais uma", demonstrando indiferença. Aos 8 anos entra para uma atividade estruturada, o boxe, onde encontra um autocontrolo dos seus atos e a "ter um maior limite". Quanto aos delitos praticados, afirma ter sido aos 10 anos quando começou a roubar e a possuir armas, o que lhe dava uma maior coragem e adrenalina. Sentiu da primeira vez alguma dificuldade em agredir com arma branca, mas nas seguintes já agredia sem medos. Afirma ter sido negativo, porque sente que só o prejudicou. Mais tarde, começa a consumir, o que para ele era uma escapatória para os problemas e uma adrenalina por consumir com os amigos. Porém, afirma que foi um erro, porque não encontra nenhum benefício em consumir. Aos 15 anos foi apanhado a roubar e foi para o Centro Educativo Padre António Oliveira, em Caxias. Afirma ter sofrido de abuso de poder por parte de agentes, sentindo frustração e raiva. Com a mesma idade, foi transferido para o Centro Educativo dos Olivais, porém sentiu-se aliviado e bem porque veio "para perto da família".

Na informação técnica consta ainda um momento negativo para o jovem que foi a morte do avô paterno, a sua figura de referência que mantinha relação próxima, constituindo um trauma.

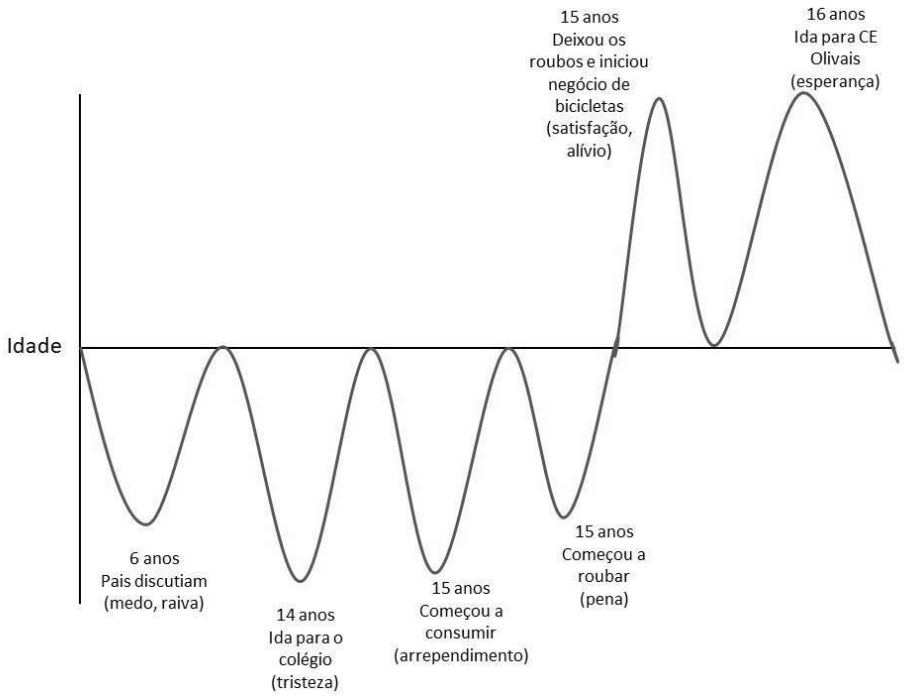

Figura 2. Biograma Jovem 2.

O jovem, desde os seus 6 anos, assistia a discussões entre os pais, gerindo um sentimento interno de medo e raiva. Acrescenta-se a falta de controlo do comportamento do menor por parte dos progenitores, resultando na institucionalização. Sentiu-se triste, pois foi afastado da sua família. Juntamente ao convívio com pares desviantes, começa a consumir e a roubar. Afirma ter sido em contexto social e que sente arrependimento por ter consumido ("vício que nem é bom") e pena por ter assaltado as pessoas, tendo sido por "necessidade" para não ser colocado de parte dos amigos. Assegura ainda que sentiu receio roubar na primeira vez, mas depois agradou os benefícios que isso lhe trazia, passando a roubar cada vez mais para ganhar mais dinheiro e comprar o que desejava: "se um dia roubasse 50 euros, no dia seguinte já não me contentava com menos de 100". Após muitos roubos, decide colocar um fim nesses atos e começa um negócio de recuperação de bicicletas, que posteriormente colocava à venda. Contudo, no ano seguinte entra no Centro Educativo dos Olivais pelos delitos que cometeu anteriormente. Esta entrada foi vista como um ponto de partida e esperança

de recomeçar uma nova vida, afirmando que “valeu a pena, queria ter vindo desde o início”.

No processo do jovem consta ainda que os pais se separaram, reprovou várias vezes na escola e sofreu medidas sancionatórias, não tendo feito nenhuma referência a tais acontecimentos.

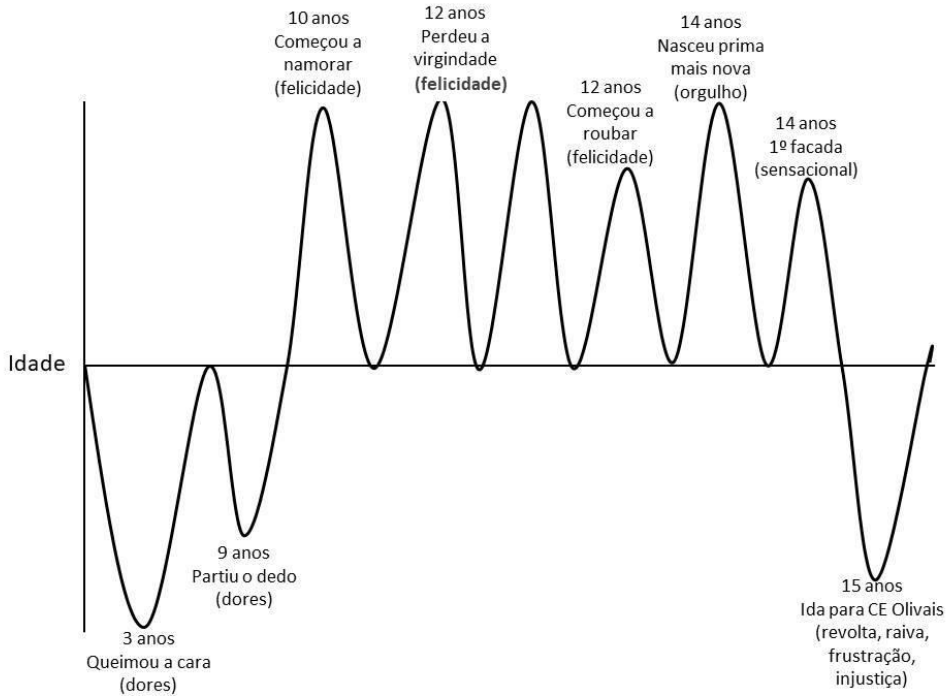

Figura 3. Biograma Jovem 3.

Os acontecimentos negativos que este jovem apresenta estão ligados à dor física (momentânea) e não a situações que o possam ter marcado e influenciado o seu crescimento. Começa por referenciar que queimou a cara aos 3 anos, sentindo dor, e aos 9 anos partiu um dedo. Este último momento resultou de um conflito na escola, o que era recorrente e não apenas um ato isolado. Ou seja, desvalorizou o seu comportamento escolar em que não aceitava as regras impostas e focou-se apenas na consequência que sofreu. Nos acontecimentos positivos começa por referenciar, a nível amoroso, que esteve feliz com o namoro que teve, perdendo a virgindade nesse mesmo relacionamento. Afirma que cresceu (“descobri o mundo e senti-me crescido”) e estava feliz. Quanto aos delitos, iniciou aos 12 anos e com eles o absentismo e o mau aproveitamento escolar e referencia-os como positivos e causa de boas emoções, como a adrenalina e o sensacionalismo. Apenas admitiu que foi negativo no sentido que dececionou e desiludiu a mãe. Aos 15 anos vai para o Centro Educativo dos Olivais,

sentindo revolta, raiva, frustração e injustiça, o que mostra uma desvalorização dos seus atos e pouco sentido crítico do seu comportamento.

A informação técnica consta ainda alguns momentos negativos que ocorreram na vida do jovem, tais como a separação dos pais devido aos conflitos que mantinham, o pai não acompanhar a educação do filho, e a realização atividades diárias na escola como sanção do seu mau comportamento.

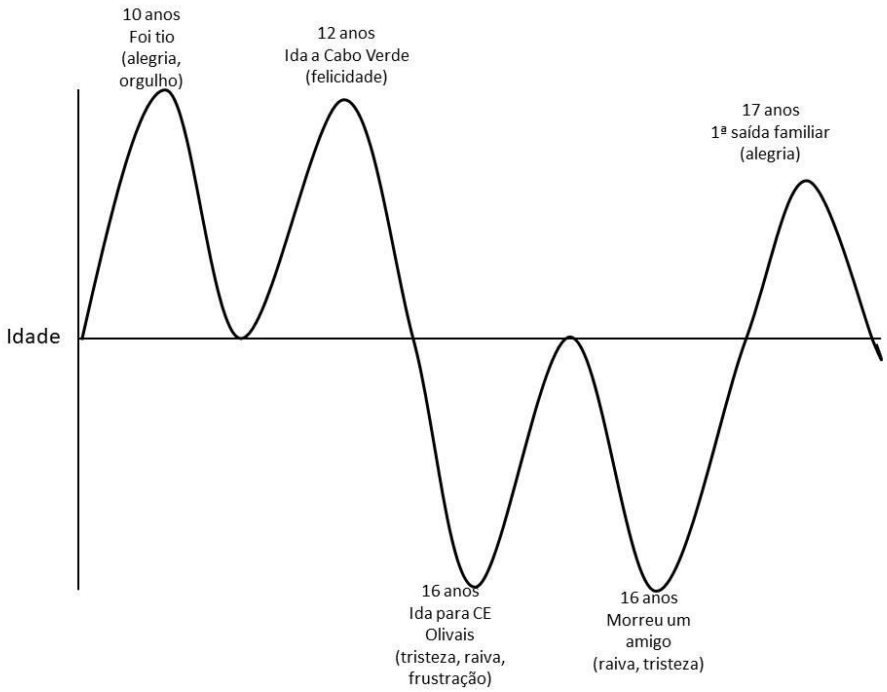

Figura 4. Biograma Jovem 4.

No biograma acima podemos verificar que a representação que o jovem faz acerca do seu percurso acontece maioritariamente no decorrer do cumprimento de medida de internamento no Centro Educativo. O jovem consegue encontrar coisas positivas que acontecem dentro da instituição, como a primeira saída familiar, sentindo-se contente. Ainda nos momentos positivos realça a área familiar, ficando feliz quando foi tio e quando conheceu a família de Cabo Verde, de quem tem muito orgulho. Pode-se concluir que desvalorizou por completo as retenções escolares e os delitos que praticou, não os referenciando na entrevista.

Na informação jurídica consta ainda que o jovem integrava uma atividade estruturada, o futebol.

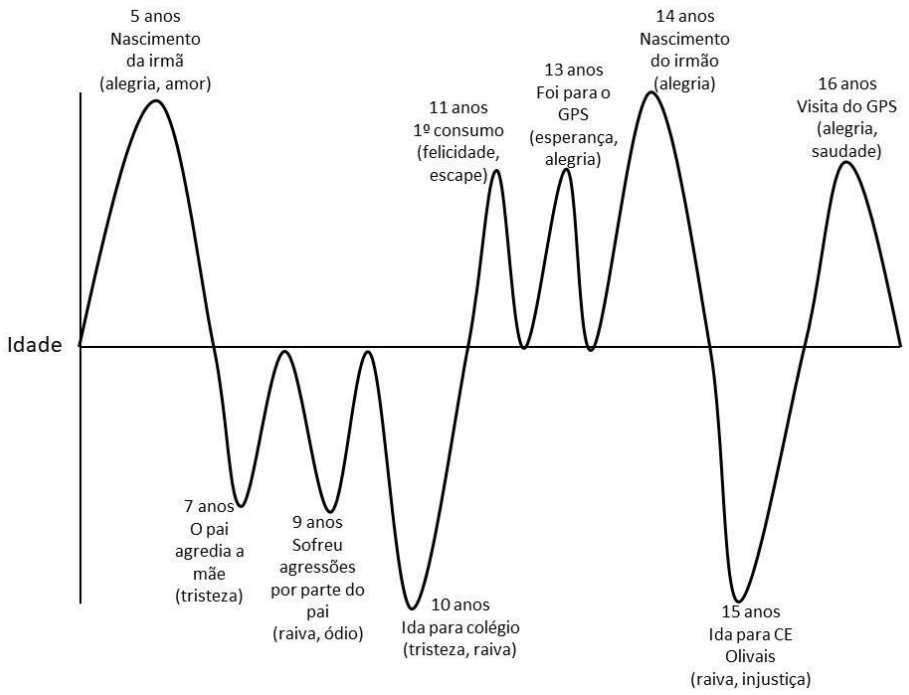

Figura 5. Biograma Jovem 5.

Este jovem começa por referenciar o nascimento da sua irmã quando tinha 5 anos e as emoções predominantes foram o amor e a alegria. Contudo, aos 7 anos assistia a agressões à mãe, por parte do pai, resultado de consumos de álcool o que gerou tristeza. Aos 9 anos, o jovem passou a ser o alvo da violência por parte do pai, causando raiva e ódio pelo mesmo. Um ano mais tarde foi institucionalizado, ao início ainda ficou triste, mas depois viu como uma situação positiva pois percebeu que assim estava longe dos conflitos e dos abusos por parte do pai. Aos 11 anos, começa a consumir com pares pouco convencionais, justificando que era uma escapatória. Dois anos depois entra no programa "Gerar Percursos Sociais – GPS", um programa de prevenção e reabilitação direccionado para jovens em risco de exclusão ou com comportamentos desviantes, que lhe deu algum conforto, alegria e esperança para um futuro melhor. A somar aos acontecimentos positivos teve o nascimento do irmão, uma alegria e orgulho enorme por ser rapaz. Aos 15 anos, vai para o Centro Educativo do Olivais em que afirma que se sentiu injustiçado. Mostra que desvaloriza a gravidade dos seus atos e uma não assunção da responsabilidade. Durante o cumprimento da medida ficou muito feliz quando recebeu uma visita do GPS. Apesar de se ter sentido feliz, sentiu também "um misto de tristeza por causa das saudades".

Da informação técnica sabe-se que o pai foi detido devido a condução não habilitada, sofreu também maus-tratos por parte do padrasto, foi expulso da escola

devido ao comportamento perturbador e desviante, onde praticava pequenos furtos de material e dinheiro e frequentou uma atividade estruturada, o futebol, mas devido às faltas regulares acabou por ser expulso.

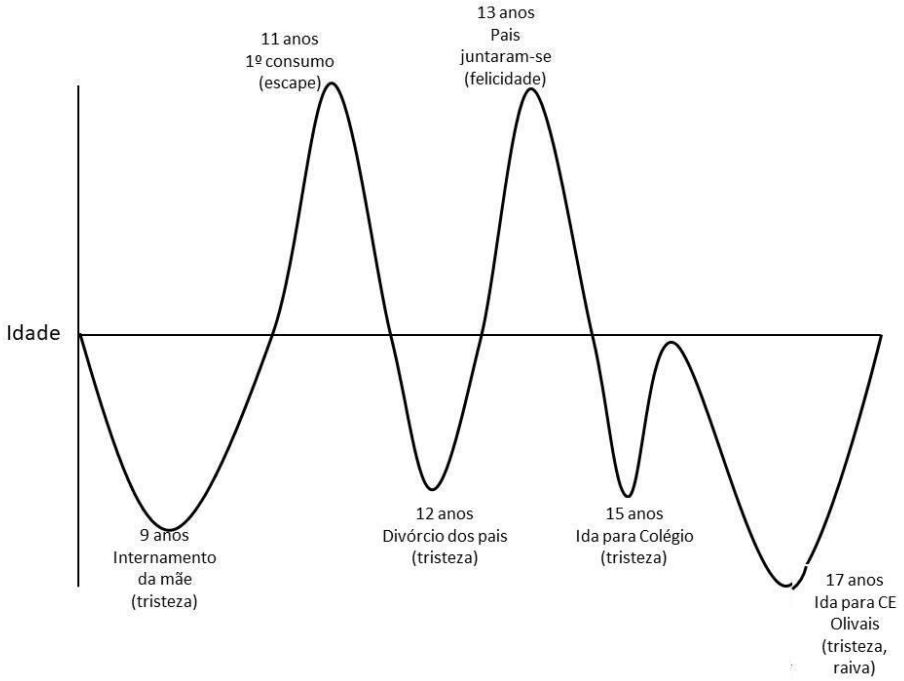

Figura 6. Biograma Jovem 6.

O panorama é maioritariamente negativo, começando aos 9 anos com o internamento da mãe. Aos 11 anos envereda no mundo dos consumos, o qual representa de forma positiva, sentindo como uma escapatória. Aos 12 anos, vê os seus pais a divorciarem-se. Não se sentiu muito mal, pois eles vinham a ter alguns conflitos e por isso não foi uma total surpresa. Contudo, no ano seguinte há uma reconciliação que causou uma grande felicidade no jovem. Não há nenhuma referência aos delitos cometidos, mostrando uma não assunção da responsabilidade. Aos 15 anos, vai para uma casa de acolhimento onde é afastado da família, causando assim tristeza. Dois anos mais tarde, vai para o Centro Educativo dos Olivais, originando raiva e tristeza.

De acordo com informação dos processos, o jovem teve várias retenções ao longo do seu percurso escolar, tendo sido inclusive suspenso do estabelecimento de ensino.

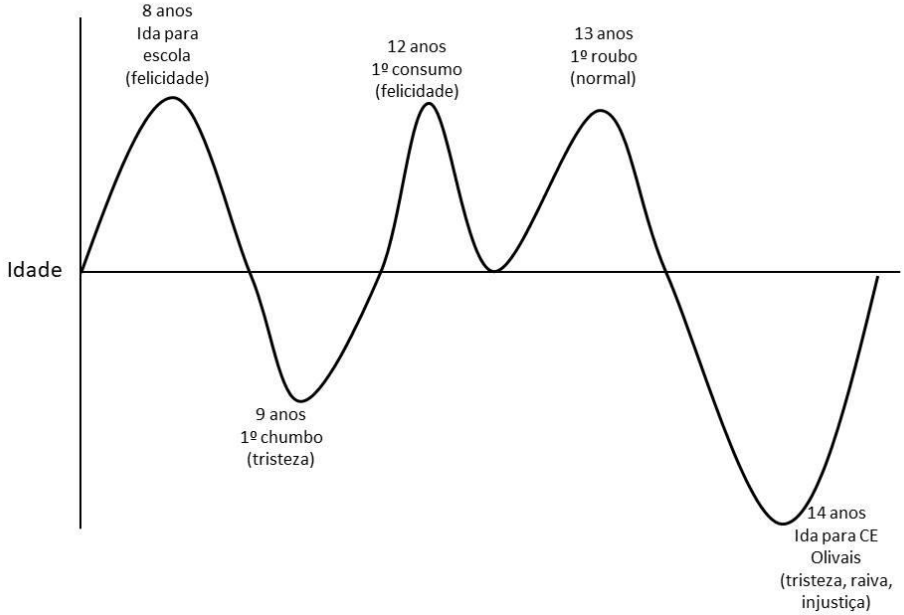

Figura 7. Biograma Jovem 7.

Quando deparado com questões acerca do seu percurso de vida, responde que não se lembra de nada, contudo ao longo da conversa e com algum esforço lembrou-se de alguns momentos que mais o marcou. Começa por afirmar que aos 8 anos sentia-se feliz por ir para a escola, contudo não se refere às aulas mas sim ao convívio com os colegas. Aos 9 anos, devido ao absentismo escolar que apresentava, sofreu uma retenção ao qual refere que se sentiu triste, desvalorizando as seguintes reprovações. Aos 12 anos começa a consumir álcool e drogas, mostrando pouco sentido crítico ao representar como um momento positivo. O mesmo acontece quando refere que um ano mais tarde pratica o primeiro roubo e se sente normal, normalizando os delitos. Quando se refere à entrada no Centro Educativo, desresponsabiliza-se dos seus atos, referindo que se sentiu injustiçado.

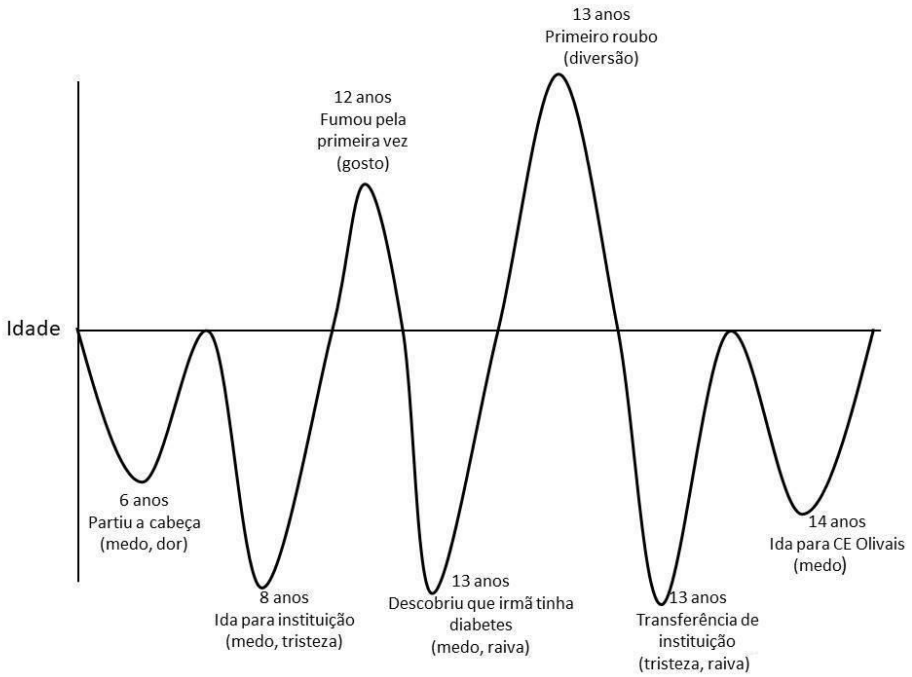

Figura 8. Biograma Jovem 8.

Apesar de mostrar momentos profícuos neste biograma, estes correspondem apenas à representação que o jovem faz acerca dos acontecimentos, porque como podemos verificar esses momentos positivos relacionam-se com os consumos e os delitos em que os representa como uma diversão e um gosto. Acerca dos momentos negativos afirma ter partido a cabeça aos 6 anos e dois anos mais tarde foi para uma instituição, onde sentiu medo e tristeza por estar afastado dos pais. Aos 13 anos descobre que a irmã era diabética. Sentiu medo por perder a irmã e raiva, culpabilizando os outros. Aos 13 anos é transferido para outra instituição, sentindo raiva e tristeza porque o retiraram "da beira dos irmãos". Um ano mais tarde vai então para o Centro Educativo com medo porque estava afastado da família.

No processo indica que o jovem desde que foi institucionalizado no Centro Educativo teve uma aproximação com a mãe bastante positiva e construtiva e reprovou na escola.

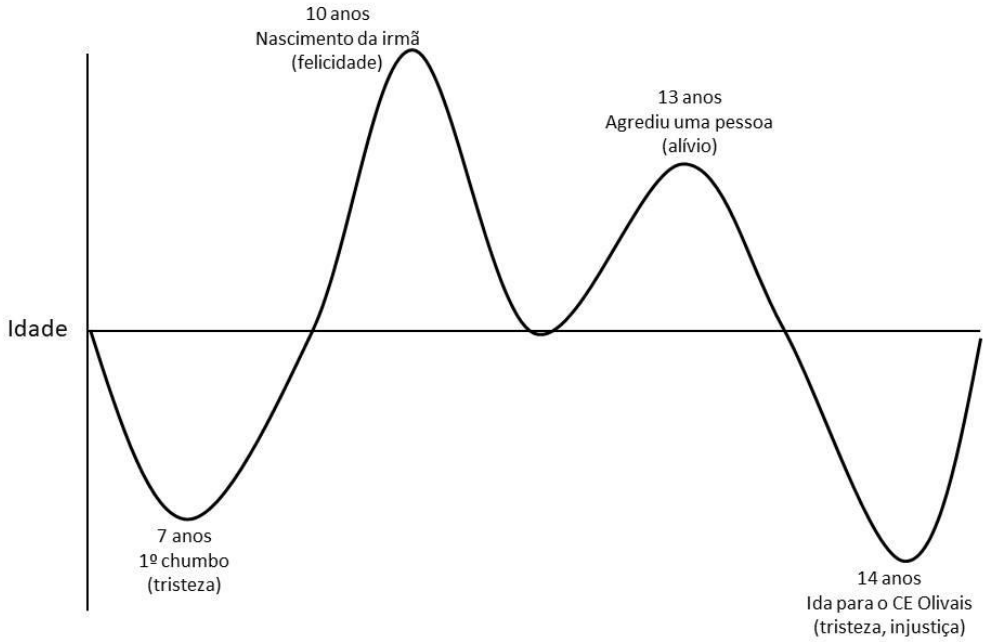

Figura 9. Biograma Jovem 9.

Este jovem refere que não teve muitos momentos que o marcaram ao longo da sua vida. Quando questionado acerca de reprovações afirma que se sentiu triste quando reprovou pela primeira vez. Ficou muito feliz com o nascimento da irmã. Quanto ao mau comportamento, representa-o como positivo, referindo que sentiu um alívio quando agrediu uma pessoa. Justifica esta agressão como um modo de defesa de ameaças que recebia, por isso quando foi para o Centro Educativo sentiu-se injustiçado e triste.

Na informação técnica sabe-se que o pai se desinteressou e desinvestiu na relação pai-filho, com custos emocionais para si e frequentava uma atividade estruturada, o futebol.

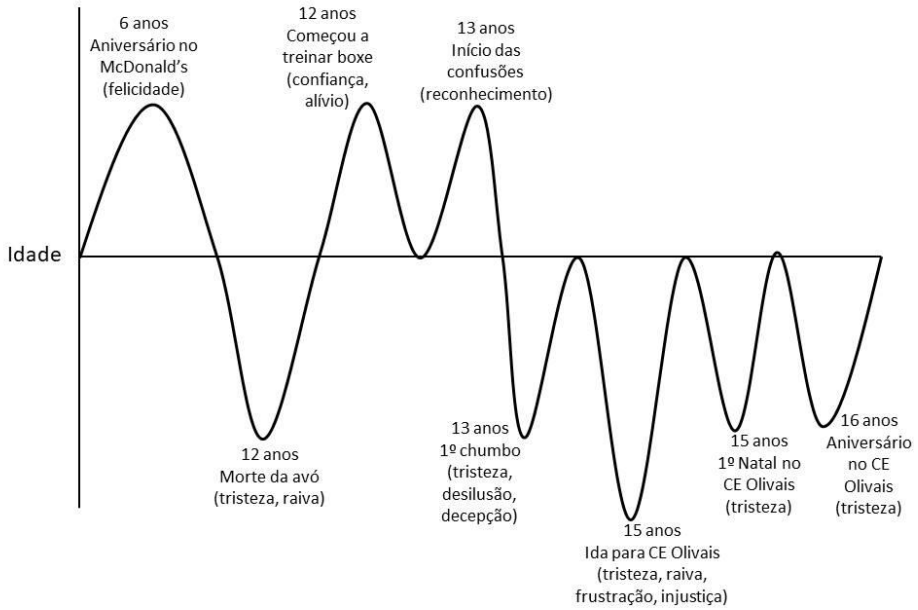

Figura 10. Biograma Jovem 10.

Neste biograma predominam os momentos negativos, contudo um dos momentos que o jovem representa como positivo é na verdade um acontecimento que influencia de forma negativa na vida do indivíduo. O jovem começa por se lembrar, com felicidade, do aniversário que teve num restaurante de *fast-food*. Aos 12 anos, ficou bastante triste e com raiva quando recebe a notícia da morte da sua avó com quem tinha uma relação bastante próxima. Entrou numa atividade estruturada, o boxe, que lhe deu confiança e alívio para descarregar as suas energias negativas. Representando como positivo, refere que começou a entrar em discussões que lhe dava reconhecimento entre os colegas. Devido ao mau comportamento que começa a desenvolver, reprova na escola, sendo uma desilusão. Aos 15 anos vai para o Centro Educativo com os sentimentos de injustiça, frustração, raiva e tristeza. Nos anos seguintes vai-se sentindo sempre triste devido ao facto de passar datas significativas (Natais e aniversários) dentro do Centro Educativo, longe da família.

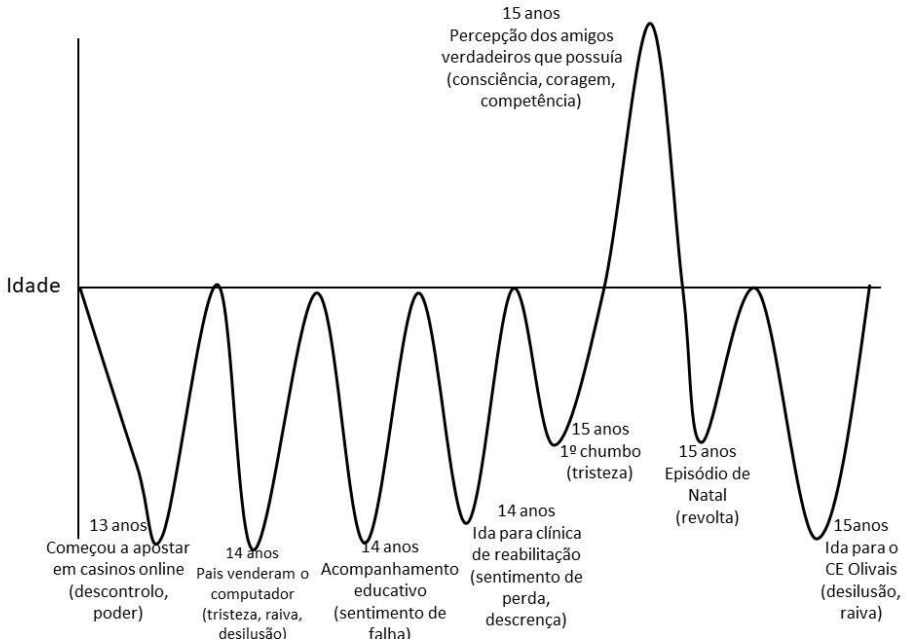

Figura 11. Biograma Jovem 11.

Olhando para esta representação, pode-se verificar um panorama bastante negativo da vida do jovem. Desde cedo, desenvolveu um problema de vício no jogo que lhe prejudicou bastante. É um jovem com bastante sentido crítico, pois representa os seus atos como negativos. Devido ao vício, descontrolou-se ao ponto de roubar dinheiro aos pais para apostar no jogo, e consequentemente os pais recorreram ao castigo de vender o seu computador. Com raiva, exalta-se e tem comportamentos agressivos e disruptivos. Com este comportamento, é inserido num acompanhamento educativo e sente que falhou perante a família. Para o tratamento do seu vício é internado numa clínica de reabilitação, continuando com o sentimento de falha e perda. Apesar de não mostrar interesse pelas atividades escolares, nunca perturbou nem faltou às aulas, contudo com os acontecimentos que ocorriam na sua vida reprova um ano. Quando estava internado na clínica, o jovem teve a perceção da grande rede de suporte que tinha, dando-lhe mais força e coragem para enfrentar o tratamento. Posteriormente, foi passar o Natal com a família, submetendo-os a um permanente stress com o seu comportamento disruptivo e acabou assim por estragar o espírito de família. Nesse mesmo ano, vai para o Centro Educativo com o sentimento de raiva e desilusão.

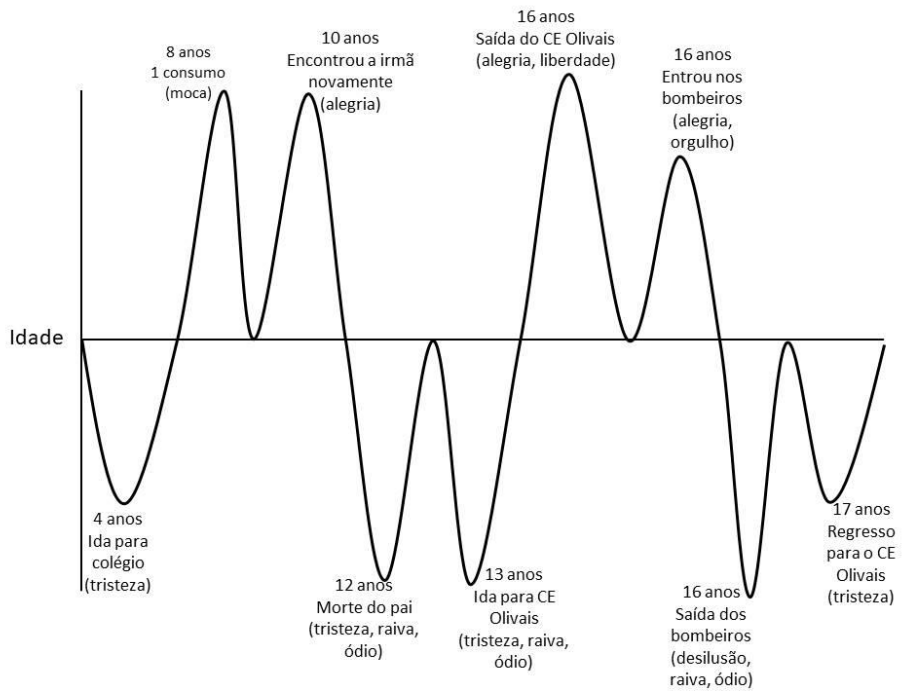

Figura 12. Biograma Jovem 12.

A distribuição dos momentos parece bastante equilibrada, contudo ficou marcado mais por aspetos negativos. Começa por referenciar que ficou triste por ir para um colégio aos 4 anos. Aos 8 anos tem o seu primeiro consumo, ao que responde que se sentiu bem com os efeitos do consumo. Aos 10 anos, voltou a estar com a irmã, tendo sido um momento de bastante felicidade, pois é a sua figura de referência. Com 12 anos recebe a notícia da morte do seu pai, gerindo sentimentos bastantes negativos como a tristeza, a raiva e o ódio. Um ano mais tarde dá entrada no Centro Educativo, demonstrando os mesmos sentimentos. Não referiu qualquer momento durante o seu internamento que o tenha marcado significativamente. Três anos depois sai em liberdade e entra nos bombeiros com muito orgulho. Pouco tempo depois sai dos bombeiros devido ao seu comportamento disruptivo ao que se sentiu desiludido, com raiva e ódio. Regressa então aos 17 anos ao Centro Educativo, referindo que "apesar de voltar, estava mais contente por saber que vinha para o Centro Educativo dos Olivais, porque já conhecia".

No processo sublinha que o pai do jovem maltratava a família, a experiência de institucionalização foi bastante negativa, pois suspeita-se de que o jovem foi vítima de abuso sexual. Aproximou-se da mãe após a morte do pai e reprovou na escola várias vezes.

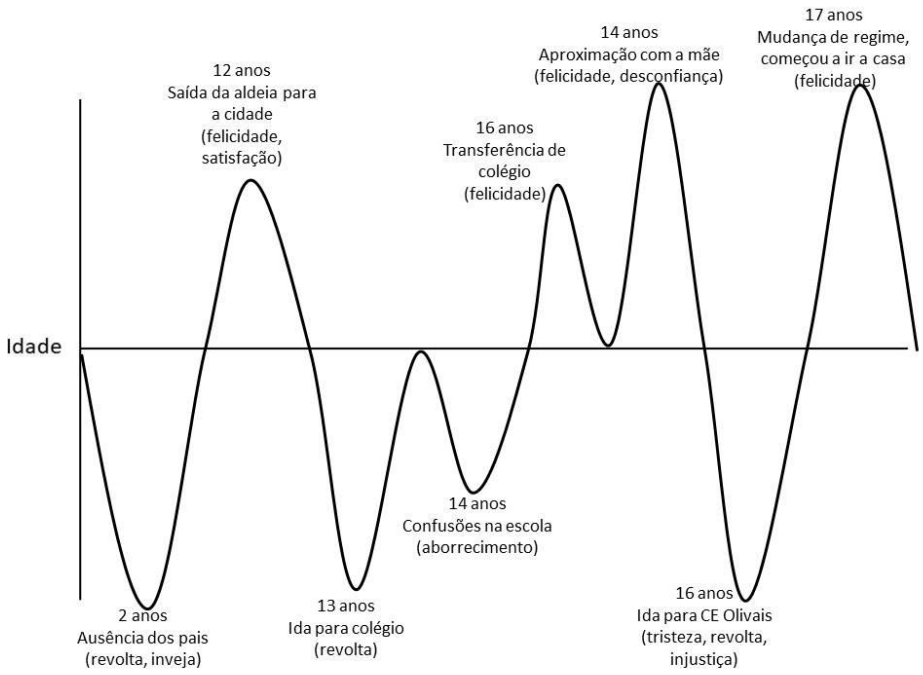

Figura 13. Biograma Jovem 13.

O jovem sofreu bastante com a ausência dos pais quando cresceu, sentindo-se, conforme foi crescendo, bastante revoltado e com inveja pelos outros terem pais que cuidassem deles. Aos 12 anos, sai da cidade e vai para a aldeia para satisfação do jovem, pois justifica que na aldeia estava mais longe de problemas. Contudo, isto não se verificou, uma vez que foi para um colégio devido ao seu comportamento de risco, mostrando-se revoltado por ter sido afastado da família e ter pessoas que não conhecia a dar-lhe ordens. Aos 14 anos, começam os conflitos na escola em que o jovem sente necessidade de se defender dos outros porque não queria confusões. Quando foi transferido de colégio sentiu-se bastante contente "porque as coisas começaram a correr bem". Nesse mesmo ano aproxima-se da mãe e apesar de se sentir feliz, esteve sempre "de pé atrás" e desconfiado. Com a mesma idade, mostra-se bastante revoltado e injustiçado quando vai para o Centro Educativo. Aos 17 anos muda de regime e adquire bastantes oportunidades e o benefício de poder ir a casa e estar com a família. Em momento algum o jovem fala acerca dos seus atos ilícitos.

No diagnóstico social está presente ainda a informação de que reprovou na escola devido ao absentismo escolar e teve hábitos de consumo de substâncias aditivas.

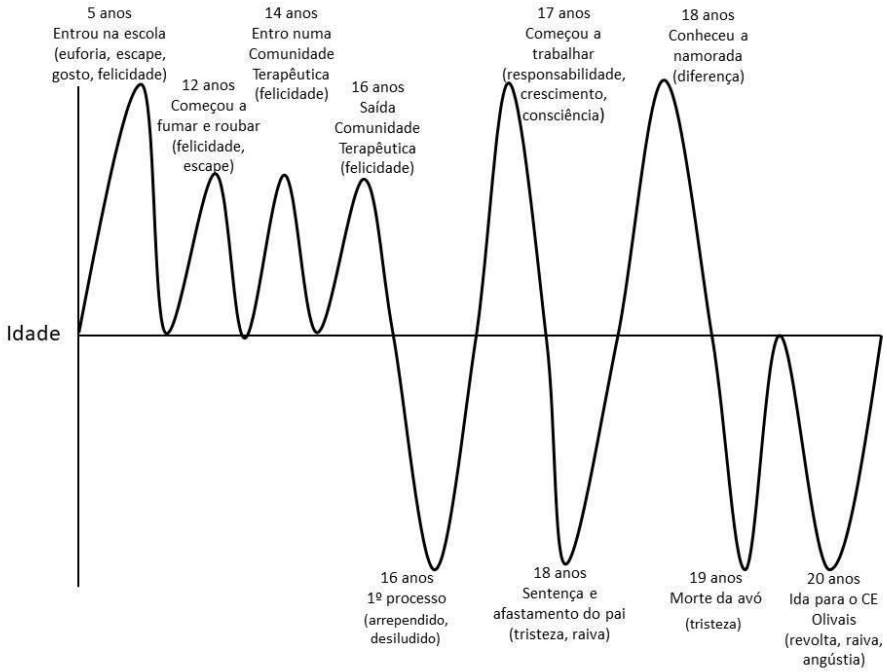

Figura 14. Biograma Jovem 14.

O jovem ficou muito contente e eufórico quando entrou na escola, aos 5 anos, porque era uma escapatória dos maus-tratos que recebia em casa por parte dos pais. Aos 12 anos, começa a fumar também como forma de esquecer os seus problemas. O jovem recebe o seu tratamento em comunidade terapêutica de forma muito positiva com consciência de que tem um problema de consumo. Quando saiu ficou muito feliz pois começou a construir a sua relação com o seu pai, que ficou com a sua guarda após o tratamento. Aos 16 anos recebe o primeiro processo penal, mostrando-se arrependido e desiludido. Um ano mais tarde começa a trabalhar, ganhando sentido de responsabilidade e consciência que lhe fez crescer. Aos 18 anos recebe então a sua sentença com raiva e tristeza e é afastado do pai devido à institucionalização. Com a mesma idade começa a namorar, referindo ter começado "a ser uma pessoa diferente". Com 19 anos, recebe a notícia da morte da avó, consequência de um acidente de carro com o pai. Aos 20 anos, vai para o Centro Educativo com um sentimento de revolta, raiva e angústia, mas sempre consciente do que fez.

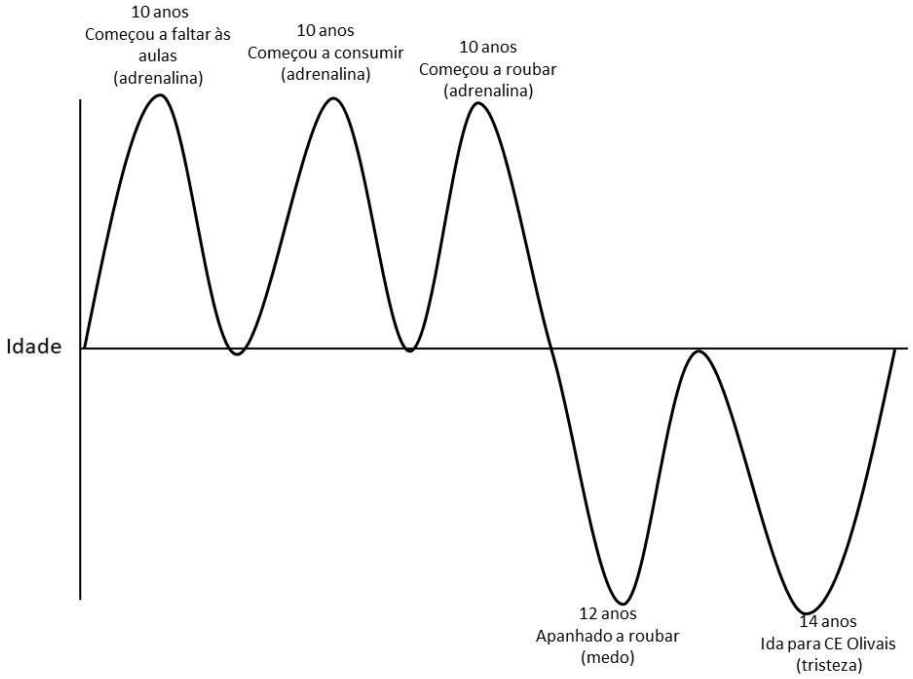

Figura 15. Biograma Jovem 15.

O jovem não teve capacidade de apontar aspetos positivos que se tenham passado na sua vida, focando-se apenas nos negativos. Apesar de se verificar linhas positivas, corresponde apenas à representação que ele faz.

Aos 10 anos começa um processo desviante. Começa por faltar às aulas, em grupo começa a consumir e a roubar para sustentar o seu vício. Ele representa isto como positivo, afirmando que sentia muita adrenalina ao fazê-lo. Está dois anos neste registo até que é apanhado e fica com medo e assutado. Consequentemente vai para o Centro Educativo. Afirma que ficou muito triste e que agora sente raiva por estar lá dentro.

O jovem apresentou uma linha que correspondia apenas à sua área penal, ou seja, todo o processo desde o início do comportamento desviante até à sua medida de internamento. Contudo ainda tem alguns momentos que possam ser considerados marcantes na vida de um indivíduo que influencia o seu comportamento e desenvolvimento, como os abusos físicos que sofreu do pai, suspensões e abandono escolar.

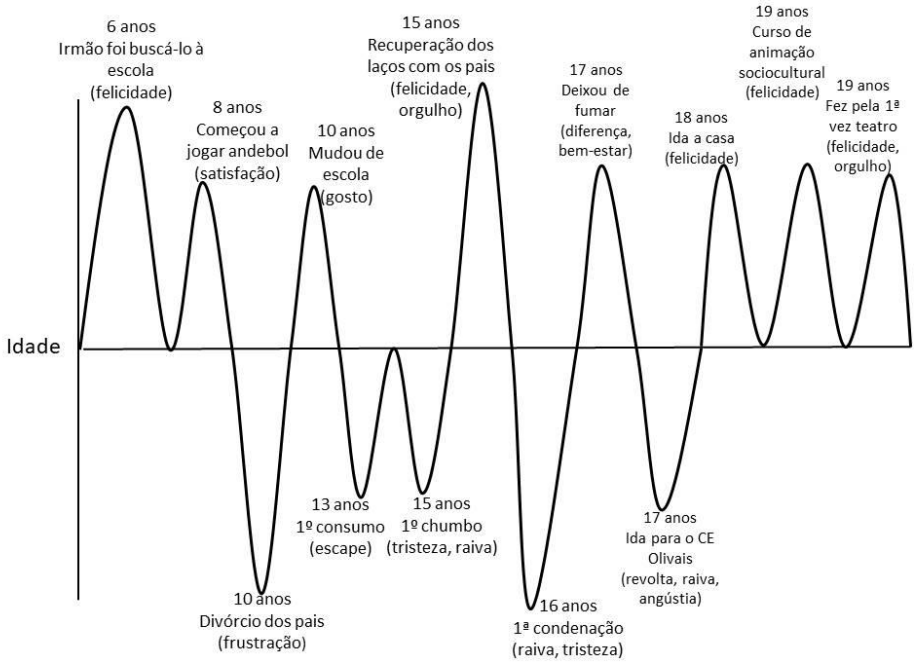

Figura 16. Biograma Jovem 16.

Este jovem, prestes a sair do Centro Educativo, tem uma visão positiva do seu percurso de vida. Começa por nomear um acontecimento com o irmão, aos 6 anos, em que o vai buscar à escola, que para felicidade do jovem lhe diz que vão para uma casa nova. Aos 8 anos, começa a frequentar uma atividade estruturada, o andebol. Aos 10 anos, recebe a notícia com frustração do divórcio dos pais. Com a mesma idade muda de escola, em que na altura achou que seria bom para ele. Contudo, aos 13 anos começa a consumir como uma escapatória e apesar de ter sido bom na altura, refere como um momento negativo. Consequência dos consumos, começa a faltar às aulas e reprova o ano, para sua desilusão. Igualmente aos 15 anos, recupera os laços com os pais, o que o deixou bastante feliz e orgulhoso. Aos 16 anos, é pela primeira vez condenado, sentindo-se com raiva e triste. Antes de ir para o Centro Educativo, o que o deixou revoltado e angustiado, deixa de fumar para o seu bem-estar. Durante a sua medida foi conquistando algumas etapas como as idas a casa, momentos bastantes felizes, enveredou pelo curso de animação sociocultural uma área que aprecia bastante e orgulha-se de ter descoberto um talento para o teatro.

O jovem representou tudo o que de relevante se passou na sua vida, não havendo nenhuma informação a adicionar.

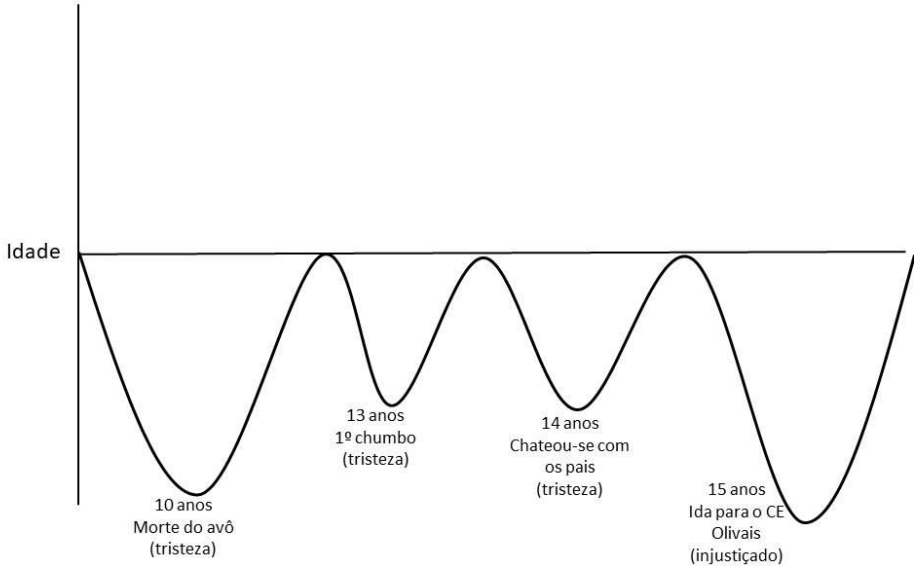

Figura 17. Biograma Jovem 17.

Este jovem não encontrou momentos positivos no seu passado. Manteve uma postura hostil e pouco colaborativa e refere que não se lembra de muita coisa e começa por referir que a morte do seu avô foi bastante negativo pois tinham uma relação forte. Aos 13 anos reprova na escola, e como foi a primeira vez ficou triste. Aos 14 anos, refere que se chateou com os pais, não querendo aprofundar a razão da discussão. Aos 15 anos, veio injustamente, segundo ele, para o Centro Educativo e não sentiu mais nada porque "já não havia mais nada a fazer".

No processo consta ainda que consumia, não tendo feito referência aos consumos durante a entrevista nem ao delito cometido, desvalorizando a sua gravidade.

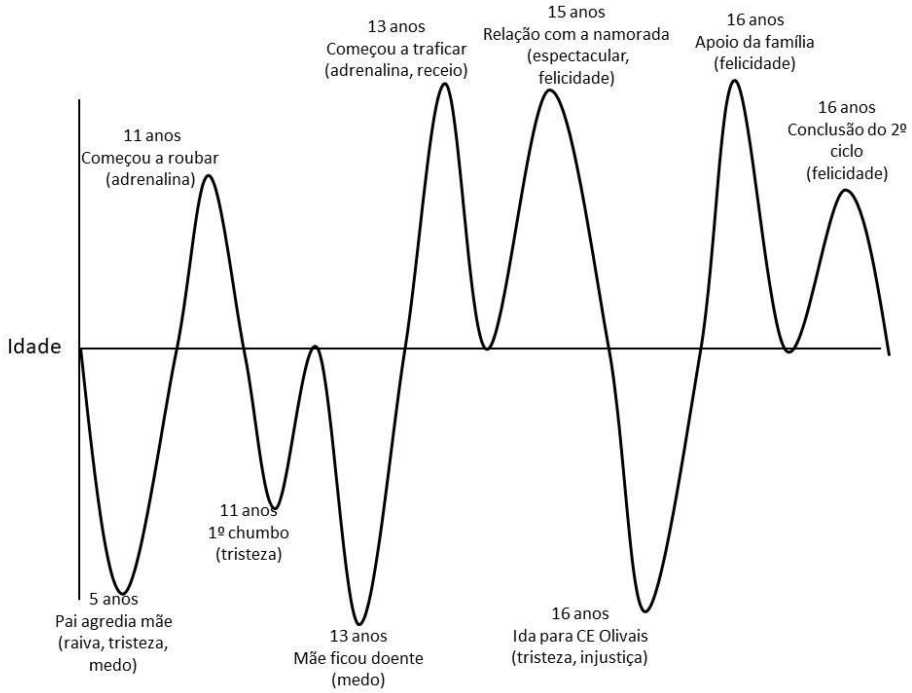

Figura 18. Biograma Jovem 18.

O jovem começa por relembrar que aos 5 anos o pai tinha episódios de violência para com a mãe, o que o entristecia, raiva e causava medo. Aos 11 anos começa a roubar, representando como adrenalina e que se sentia bem a fazê-lo. Consequentemente, reprova o ano, e como sendo a primeira reprovação sentiu-se triste. A mãe ficou doente quando este tinha 13 anos, o que foi bastante negativo pois estava com muito medo que a mãe falecesse. Aos 13 anos, começa a traficar com o misto de adrenalina e medo de ser apanhado. Ficou muito feliz com o relacionamento que teve com a namorada aos 15 anos. Aos 16 anos, vai para o Centro Educativo, triste e injustiçado. E é dentro do Centro Educativo que ganha consciência de que a família o apoia bastante e gosta muito dele mesmo depois de tudo. Ficou também bastante feliz com a conclusão do 6º ano dentro do centro.

Este jovem, desvalorizou os consumos, não se referindo a eles, representa acontecimentos prejudiciais para a sua vida de forma bastante positiva e leviana. Referiu apenas que reprovou o ano, omitindo o facto de que abandonou a escola.

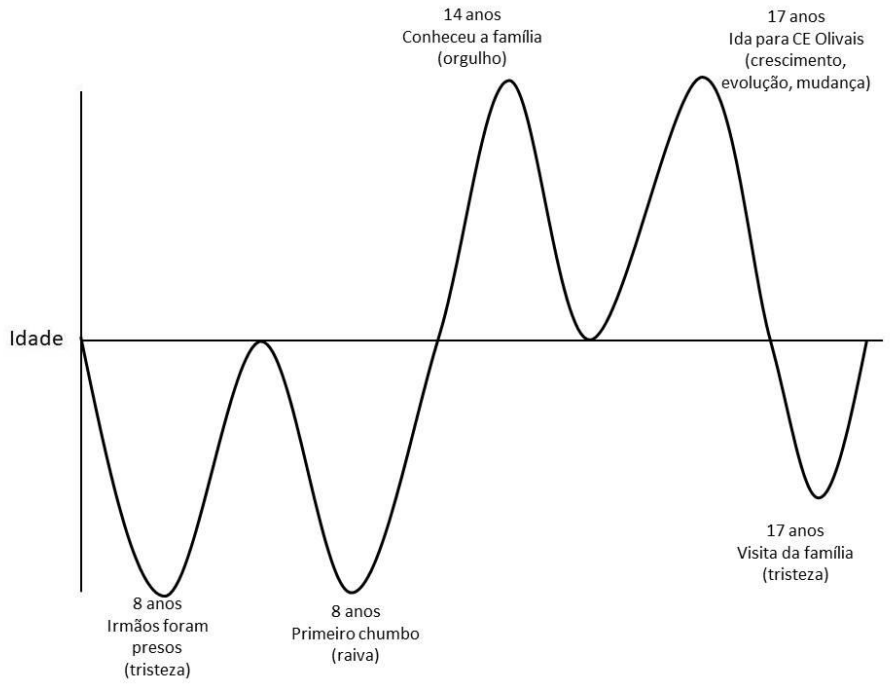

Figura 19. Biograma Jovem 19.

Este jovem durante a entrevista mostrou-se reticente a falar do que fez, evitando contacto visual e afirma que não se lembra dos crimes que cometeu, mostrando vergonha. Desta forma, não nomeou muitos acontecimentos e os que mencionou, maioritariamente são negativos.

Aos 8 anos ficou triste quando os seus irmãos foram todos presos. Com a mesma idade reprova o ano, sentindo raiva. Conheceu a família aos 14 anos, tendo sido um momento bastante marcante e de orgulho. Vê a ida para o Centro Educativo de uma forma positiva pois acredita que é uma oportunidade de crescer e mudar afirmando que mudou o rumo da sua vida. Sente-se sempre triste quando os familiares o vêm visitar porque não gosta que os familiares o vejam lá dentro.

Na informação técnica consta que o pai mantinha episódios de violência devido a excessos de consumo de álcool.

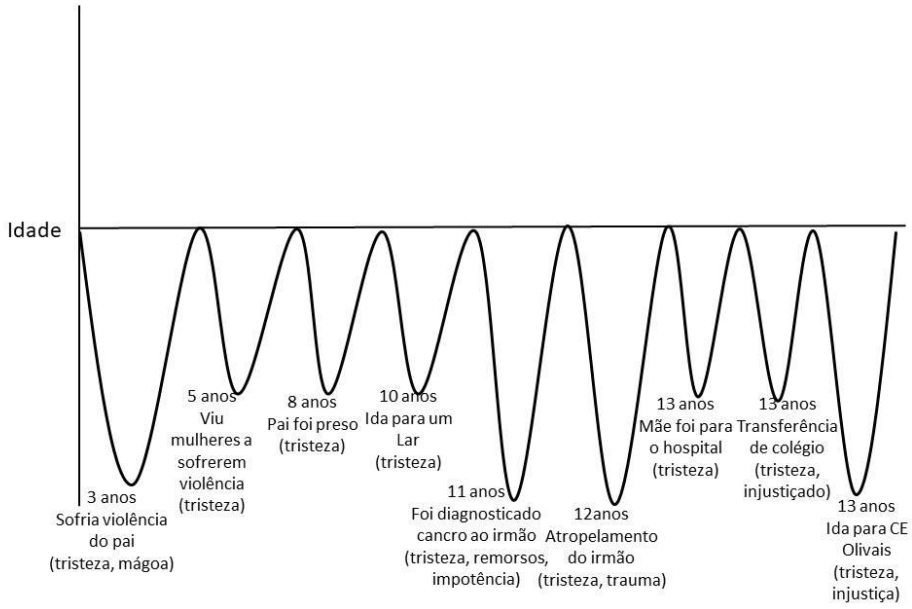

Figura 20. Biograma Jovem 20.

Este jovem não teve capacidade de nomear um único momento positivo, contudo nomeou bastantes acontecimentos negativos. Aos 3 anos de idade sofria abusos físicos por parte do pai, ficando magoado com o pai. Aos 5 anos refere que viu mulheres a sofrerem violência. Quando questionado para explicar, afirma serem prostitutas a entrarem numa carrinha e uns homens a agredi-las. De notar, a violência que estes jovens assistem desde pequenos. Aos 8 anos, o seu pai foi preso. Aqui nota-se um discurso incoerente, pois afirma que quando sofria violência que pensava várias vezes matar o progenitor, apesar de ser seu pai, contudo quando foi preso afirma que "apesar de tudo era meu pai". Aos 10 anos fica triste pois vai para um lar de infância e juventude. No ano seguinte descobriu que o irmão tinha cancro, sentindo remorsos e impotência "porque queria ajudar e não podia". Um ano depois, o mesmo irmão é atropelado, ficando traumatizado pois assistiu ao atropelamento. A sua mãe também vai para o hospital, marcando-o de forma negativa. Aos 13 anos troca de instituição, refere que se sentiu injustiçado porque já se tinha integrado e que estava a ter um comportamento mais adequado é que o tiram de onde estava. Com a mesma idade, vai para o Centro Educativo, sentindo-se igualmente injustiçado pois afirma que já devia ter sido castigado, e que naquela altura já não se portava mal.

Desvaloriza os consumos que mantinha (estupefacientes e álcool) e não menciona em tempo algum os delitos cometidos e reprovações na escola.

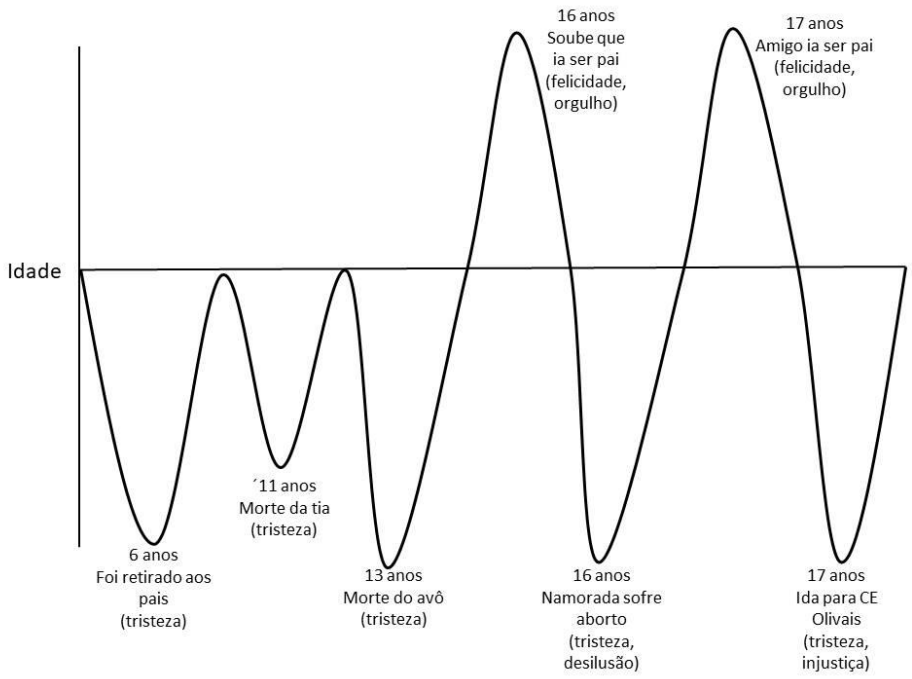

Figura 21. Biograma Jovem 21.

O jovem lembra-se que aos 6 anos foi retirado aos pais, sentindo-se bastante triste. Aos 11 anos recebe a notícia do falecimento da tia. Dois anos mais tarde o avô morre, foi bastante doloroso porque tinha uma relação de coabitação e era um laço muito forte. Recebeu a notícia da namorada de que ia ser pai, estava bastante contente e orgulhoso, até que a namorada lhe diz que sofreu um aborto. Esta experiência não deixou que não sentisse orgulho pelo amigo quando soube que ia ser pai. Aos 17 anos vai para o Centro Educativo com sentimento de tristeza e injustiça. Com este sentimento e ao não referir os delitos cometido e reprovações na escola, mostra uma desvalorização e desculpabilização pelos seus erros.

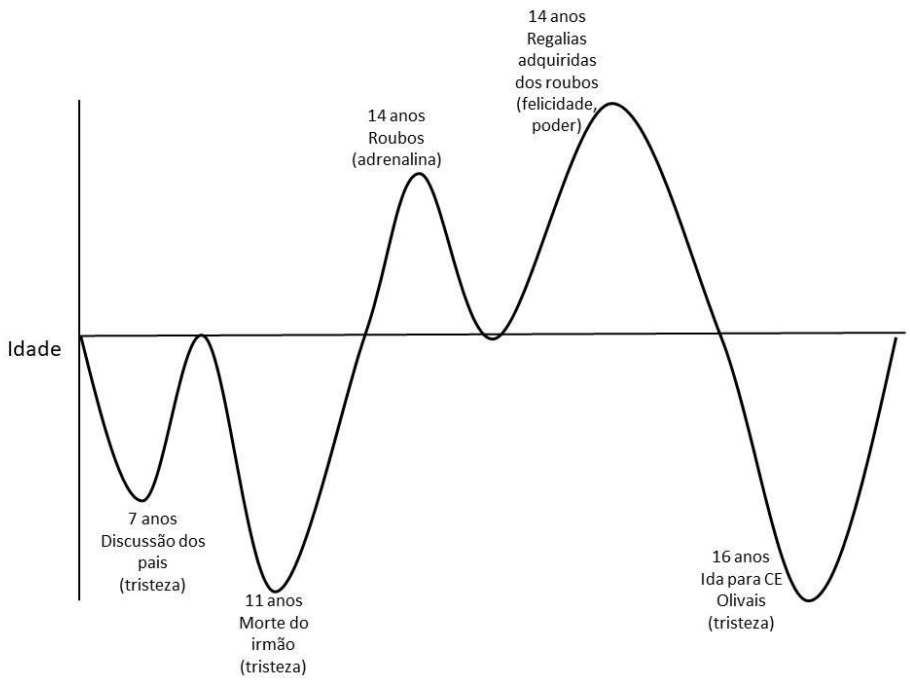

Figura 22. Biograma Jovem 22.

Os pais deste jovem discutiam bastante, o que o deixava bastante triste ao assistir às sucessivas discussões. Aos 11 anos recebe com bastante tristeza a notícia do falecimento do irmão, tendo sido um momento bastante negativo. Refere ainda que sentia adrenalina quando começou a roubar e que com isso tinha acesso a bens e poder, desvalorizando os seus atos. Depois de algumas oportunidades dadas pela polícia, foi apanhado novamente a roubar e vai para o Centro Educativo.

No processo consta que mantém uma relação conflituosa com o padrasto, o pai não mantém contacto com o filho, reprovou na escola e posteriormente abandona, e consumia estupefacientes.

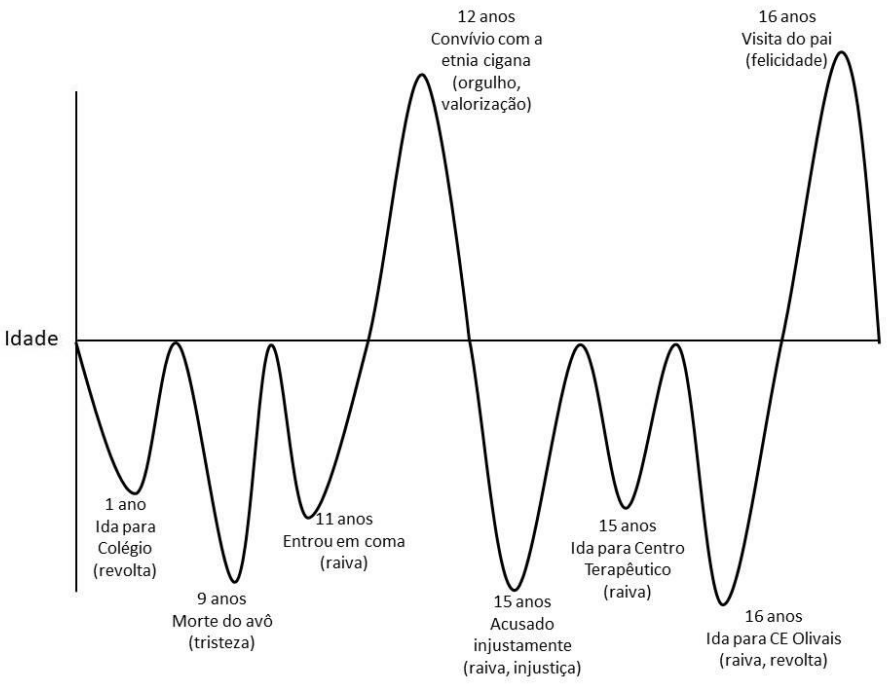

Figura 23. Biograma Jovem 23.

Este jovem ao longo da entrevista manteve um registo de vitimização e revolta perante tudo e todos. Uma vez que se encontrava em castigo no quarto, o seu discurso mostra-se bastante negativo.

Quando era muito novo foi institucionalizado, contudo só quando ganhou consciência é que desenvolveu o sentimento de revolta. Aos 9 anos, o avô falece e refere que se sentiu tão mal que não tinha vontade de comer e quando o obrigaram tentou suicídio. Aos 11 anos sofria abusos físicos dos colegas da instituição e num episódio em que estava a ser agredido, atirou-se de uma janela e entrou em coma. Aos 12 anos, começou a conviver com a etnia cigana em que lhe davam atenção e valorização e sentia-se bem com isso. Aos 15 anos, sofre uma acusação grave de cúmplice num abuso sexual, em que se diz inocente. Devido aos consumos de estupefacientes e álcool vai para um centro terapêutico contra a sua vontade, porque acreditava que não tinha problema nenhum. Concluído o processo de que foi acusado, foi constituído culpado e vai para o Centro Educativo revoltado e enraivecido. Um momento positivo já durante a medida, foi a visita do pai, em que sentiu uma aproximação do pai e a demonstração de o receber após a sua saída.

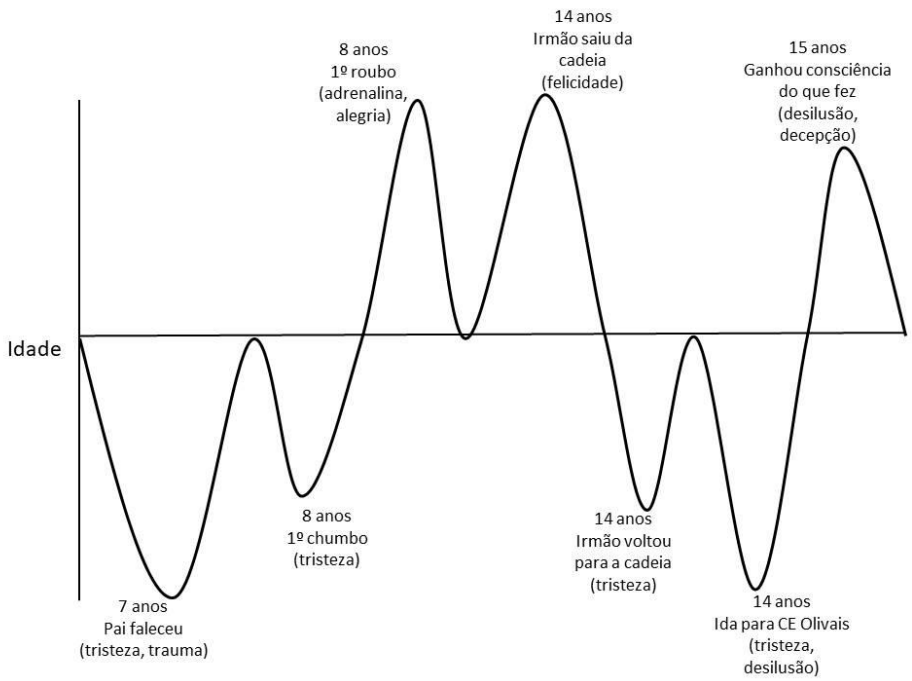

Figura 24. Biograma Jovem 24.

O pai do jovem faleceu nos seus 7 anos, tendo sido um trauma, visto que era a sua figura de referência. Referiu que se sentiu triste quando chumbou pela primeira vez. Representa o roubo como um momento positivo de adrenalina e alegria, desvalorizando as consequências do ato. Aos 14 anos vê o seu irmão a sair e a entrar no estabelecimento prisional, desestabilizando-o. Com a mesma idade vai para o Centro Educativo, desiludido e triste. Já a cumprir medida de internamento afirma que ganhou consciência de tudo o que fez e está desiludido e decepcionado, contudo apesar destes sentimentos serem negativos, sente que foi muito bom e é importante para o seu percurso no cumprimento da medida, estando por isso representado como positivo.

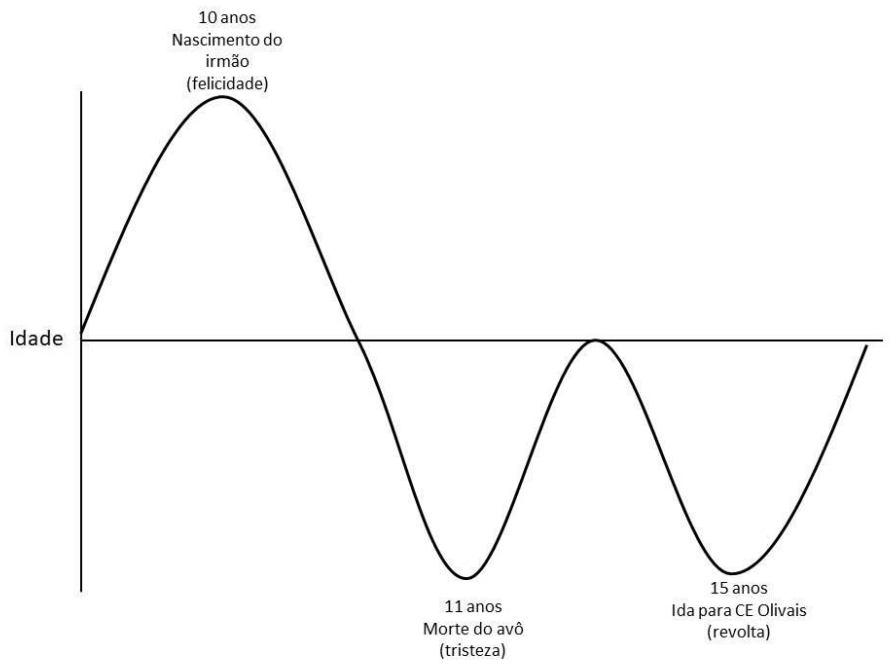

Figura 25. Biograma Jovem 25.

Este jovem manteve uma postura hostil e pouco colaborante durante a entrevista e afirmou que não se lembrava de nada. Após alguma ajuda nomeou o nascimento do irmão como um momento bastante feliz, a morte do avô como um momento triste e a ida para Centro Educativo em que se sentiu revoltado.

Os pais deste jovem estão separados, e não tem contacto regular com o pai, reprovou algumas vezes na escola, frequentou uma atividade estruturada – o futebol, consumia estupefacientes. Desta forma, desvalorizou todos estes momentos que podem ser marcantes para qualquer jovem. Desculpabiliza-se dos delitos cometidos, acabando por nem os mencionar nem refletir acerca deles.

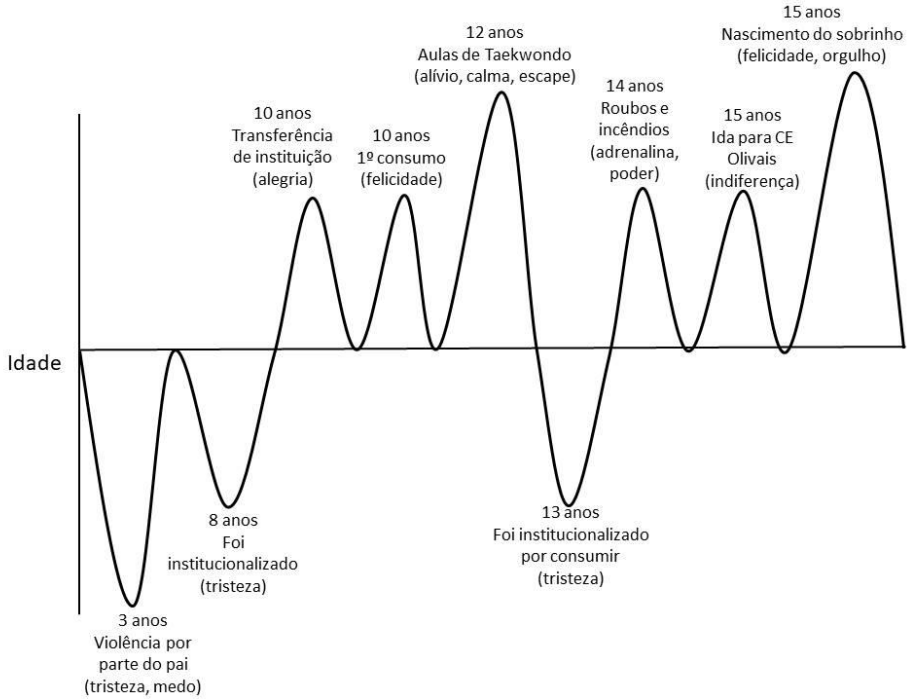

Figura 26. Biograma Jovem 26.

O jovem aos 3 anos sofria abusos físicos por parte do pai que o deixavam triste e com medo. Consequentemente, é institucionalizado aos 8 anos, que o marcou de forma negativa, pois foi separado da família. Aos 10 anos é transferido de instituição para mais perto de casa que o deixou contente. Com a mesma idade começa a consumir, afirmando que o deixava feliz e sorridente. Dois anos mais tarde entra no Taekwondo, uma "forma de aliviar o stress, descarregar energias, ficando mais calmo". Aos 13 anos é institucionalizado por consumir, separando-se novamente da família. Aos 14 anos, começa a roubar e provocar incêndios, dando-lhe adrenalina e poder. Aos 15 anos vai então para o Centro Educativo em que mostra pouco *insight*, uma vez que afirma que foi indiferente e ainda entrou a sorrir. Durante a medida de internamento nasce a sua sobrinha, motivo de orgulho e felicidade.

No processo consta que frequentou também o kickboxing, mais um desporto violento, e sucessivas retenções na escola.

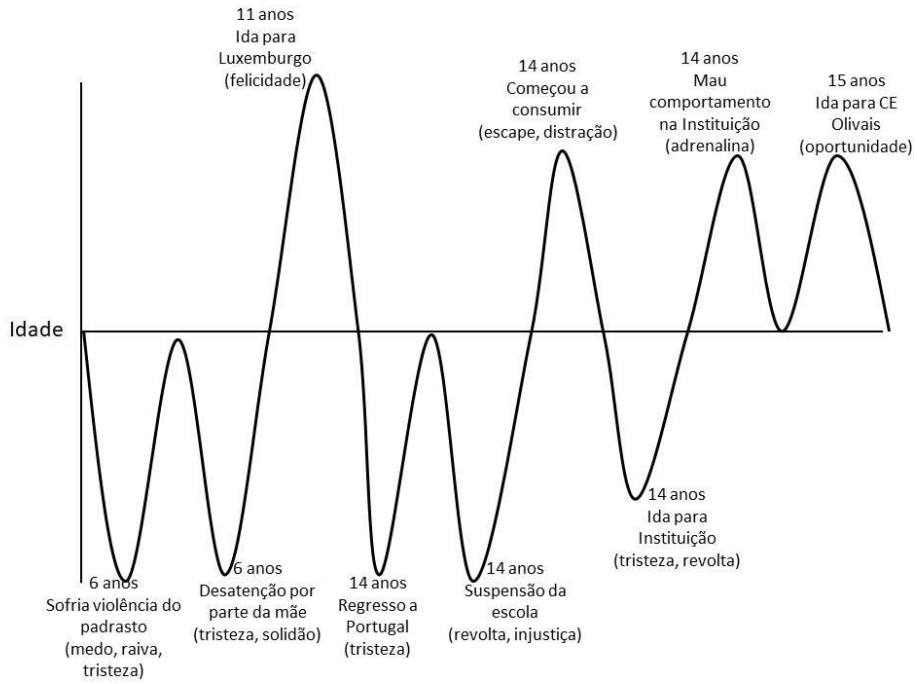

Figura 27. Biograma Jovem 27.

Desde os 6 anos até aos 11 anos o jovem sofria abusos físicos do padrasto e a mãe "estava sempre no café", desenvolvendo sentimentos de medo, raiva, tristeza e solidão. Assim, aos 11 anos vai morar com o pai para o Luxemburgo, onde foi muito positivo pois foi educado por este e aprendeu regras. Contudo, aos 14 anos volta para Portugal, onde afirma que começaram novamente os problemas. Ficou bastante triste pois a mãe afirmava que a vida dela estava muito melhor antes de o jovem ter vindo para Portugal, mostrando completo desprezo pelo filho. Devido aos comportamentos disruptivos, foi suspenso da escola, acabando por abandonar mais tarde. Começou a consumir, como uma escapatória e distracção dos seus problemas, e consequentemente sofre medida de promoção e proteção onde é acolhido numa instituição. Sentiu-se triste e revoltado e começou a ter comportamentos agressivos e disruptivos nessa instituição, dando-lhe adrenalina uma vez que não queria lá estar. Após estes comportamentos, vai para o Centro Educativo e encara como uma oportunidade de melhorar o seu comportamento.

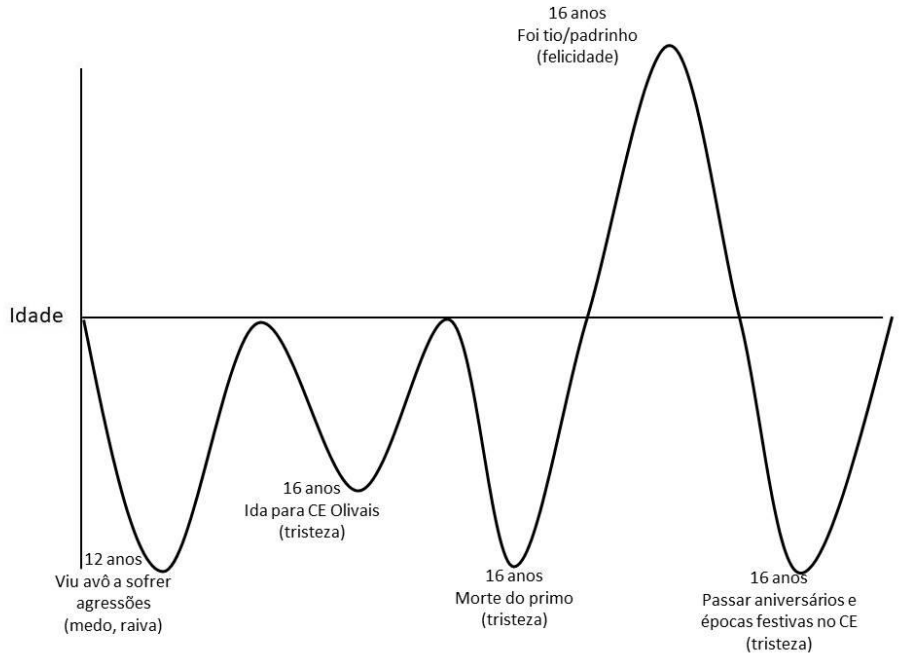

Figura 28. Biograma Jovem 28.

Este jovem afirma lembrar-se apenas de acontecimentos mais recentes e remete para quando tinha 12 anos que viu o seu avô, figura de referência, a sofrer agressões, ficando com medo. Afirma ter sido tão marcante ao ponto de que, sempre que há alguma confusão, não se lembra de nada. Aos 16 anos vai para o Centro Educativo e o primo falece, ficando bastante triste. Com a mesma idade foi padrinho, ficou muito feliz com o nascimento da sobrinha. Afirma ficar triste quando passa datas festivas dentro do centro.

Este jovem não se refere aos roubos e agressões, pois afirma que não se lembra de muita coisa, nem a retenções na escola.

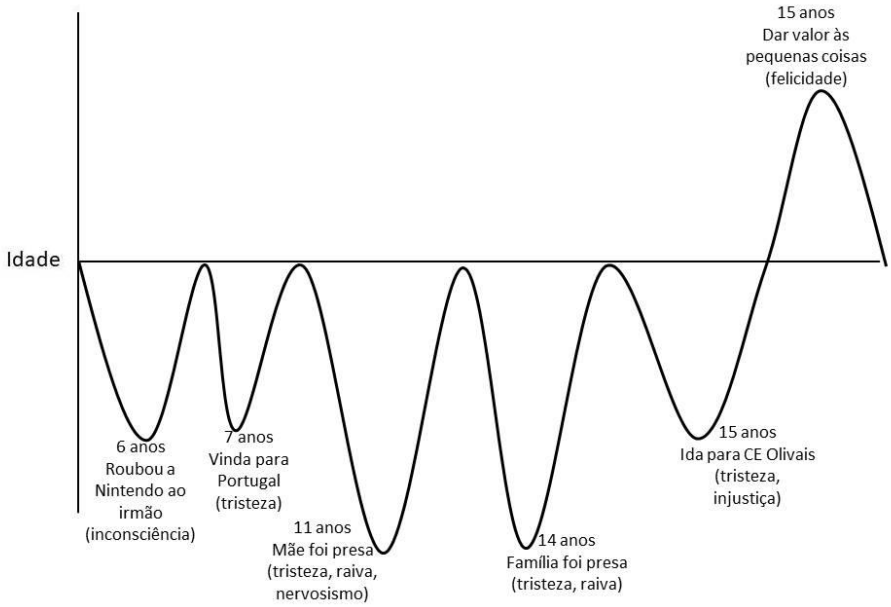

Figura 29. Biograma Jovem 29.

Apesar de dizer que foi inconsciente, lembra-se de que aos 6 anos roubou a Nintendo ao irmão. Aos 7 anos vem para Portugal, ficando bastante triste. Aos 11 anos a mãe foi detida, deixando nervoso e triste. Três anos mais tarde vê o resto da família a ser detida também. Percorre o mesmo caminho quando também vai para o Centro Educativo, com sentimento de injustiça. Durante o cumprimento da medida afirma começar a dar valor às pequenas coisas.

Este jovem tem um percurso de vida complicado e bastante negativo, marcado por familiares com antecedentes criminais, absorvendo esta prática de vida e enveredando pelo mesmo caminho. Foi institucionalizado numa casa de acolhimento e consumia estupefacientes, momentos que não mencionou, bem como os delitos.

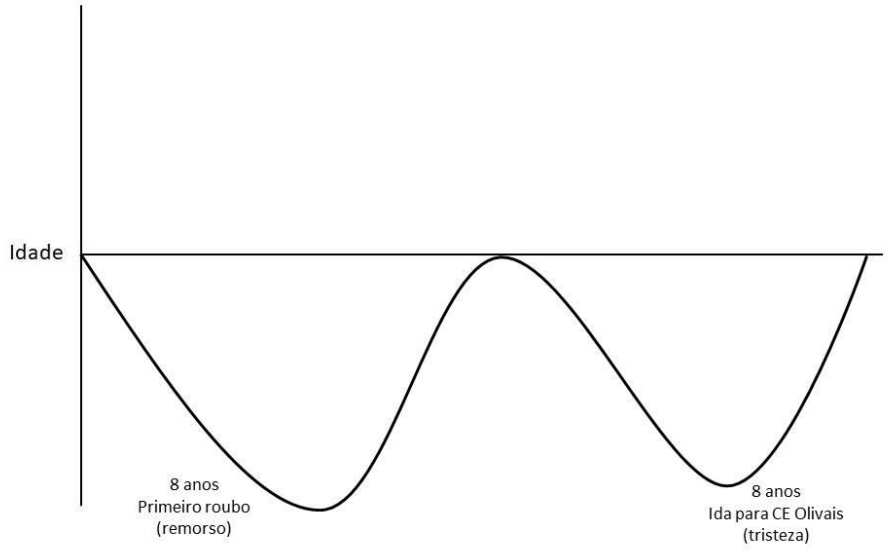

Figura 30. Biograma Jovem 30.

Este jovem é um caso especial, pois tem 14 anos mas afirma ter 9 anos. Quando questionado como poderia ter só aquela idade, responde que nasceu em 2010. De salientar que o jovem não tem consciência de que há uma data de nascimento e muda a sua idade consoante muda o ano civil. Afirma também que já tentou fazer este exercício de pensar na sua linha de vida, mas não conseguiu. Justifica que não se lembra de nada, além de ter vindo para Portugal com o irmão e um amigo do pai e de ter sido apanhado a roubar, sentindo-se com remorso. Classifica a sua ida para o CE como um momento de tristeza.

Na sua informação técnica menciona um determinado nome da mãe, contudo apareceu uma senhora completamente diferente à sua procura afirmando-se como sua mãe.

4.3- Assunção da responsabilidade e perspetiva de futuro

As entrevistas colocadas aos jovens do centro educativo tinham como principal objetivo perceber se existe alguma consciencialização e responsabilização do comportamento infracional e se estes jovens auto percecionam o seu futuro a nível pessoal, profissional e da sua formação.

Como já foi referido anteriormente, o método para analisar os dados recolhidos das entrevistas foi a análise de conteúdo em que "à medida que se vai lendo os dados, repetem-se ou destacam-se certas palavras, frases, padrões de comportamento, formas dos sujeitos pensarem e acontecimentos" (Bogdan & Biklen, 1994, p. 221). A grelha[3] realizada serve de base para analisar e discutir os dados recolhidos. Após esta análise foi então exequível criar as categorias e padrões de resposta.

No que respeita à questão de perceber se os jovens assumem ou não os atos que cometeram, foi possível criar dentro da categoria "Responsabilização" duas subcategorias: "Responsabiliza-se" e "Não se responsabiliza", em que na primeira foram registadas 25 jovens que admitiram abertamente o que os levou a estar em medida de internamento e na segunda subcategoria 5 jovens que não se responsabilizaram. Podemos ver que estes cinco jovens responderam Efetivamente à pergunta, contudo ocultaram ou mentiram sobre o verdadeiro motivo para ali estarem.

A segunda pergunta, relativa à categoria das "Motivações", possui três subcategorias, nomeadamente a "Pessoal", a "Social" e a "Familiar". Na motivação pessoal, com 20 respostas registadas, encontram-se todos os jovens que cometeram o ato por incentivo próprio e sozinho por razões de impulso do momento, para consumir, auto defesa, entre outros. A motivação social, com 7 unidades registadas, refere-se a atos cometidos em grupo, influenciado pela pressão do grupo e procura da aceitação social. Por último, foram registadas 3 unidades por razões de problemas em contexto familiar.

Nesta segunda pergunta nota-se uma quantidade significativa de repostas curtas e sem justificação, tais como "sei lá" ou "porque me apeteceu". Walters (1990), inspirado nos trabalhos de Yochelson e Samenow (1989), apresenta, como uma das oito distorções cognitivas do delinquente, a auto desculpabilização em que o indivíduo apresenta justificações para o seu ato completamente irrelevantes e não apresenta nenhum argumento que justifique tal delito cometido. Tais respostas também podem ser justificadas com a indolência cognitiva, onde o indivíduo não se esforça em pensar ou argumentar, originando isto tudo a quebra e violação das regras e normas sociais.

Analisando as motivações dos jovens para terem cometido o delito, verifica-se que a maioria justificou-se com a motivação pessoal que passa por dinheiro, consumos ou impulsos do temperamento. Outras motivações passam pelo campo social onde há

[3]Anexo 3- Grelha de análise de conteúdo das entrevistas

uma grande influência do grupo de pares e o campo familiar onde os jovens justificam-se pelo mau ambiente familiar. Todas estas motivações são vistas por Bee e Boyd (2011, cit. por Lippert Junior & Trindade, 2019) como comportamentos de jovens com pensamentos concretos, isto é, jovens que encontram a solução para um problema no momento da ação ("aqui e agora") e não têm a capacidade para parar, refletir e encontrar outras hipóteses que tragam consequências mais favoráveis, como os jovens que atingem o pensamento formal têm. Esta incapacidade de pensar em possibilidades mostra que o jovem não se desenvolveu completamente.

Na categoria da "Descentração", procurou-se tentar perceber se os jovens tinham capacidade para se colocarem no lugar da outra pessoa e perceber também o que sentiram no momento do delito. Assim, conta-se com três subcategorias, nomeadamente, "Capacidade de reconhecer a posição das vítimas", com registo de 12 respostas, "Distanciamento das vítimas", em que 14 jovens não têm qualquer sensibilidade pelo outro e responderam com alguma incerteza e de forma superficial, como por exemplo "talvez dor" ou "sei lá". Por fim, quando questionados com o sentimento que tiveram, notou-se um "Egocentrismo", com 20 unidades de registo.

Na tabela é possível ver que há mais jovens com dificuldades em se "descentrar", que estão distantes dos sentimentos das vítimas[4] e nota-se um egocentrismo perante o ato infracional. Isto pode ser percebido através da teoria de Piaget (1975) que relaciona a capacidade da criança se colocar no lugar do outro com o seu desenvolvimento cognitivo. No estágio pré-operatório, a criança é egocêntrica e não tem a capacidade de se colocar no lugar do outro, existindo uma incapacidade em perceber que as outras pessoas possuem pensamentos e crenças diferentes (Cole & Cole, 2003, cit. por Lippert Junior & Trindade, 2019; Piaget, 1975).

Visto que o limite de idade do estágio pré-operatório é de 12 anos e os jovens institucionalizados entrevistados são mais velhos pode-se entender que não fizeram a total evolução dos estágios e as alterações psicológicas a nível do pensamento e raciocínio (Sprinthall & Collins, 2003).

Na categoria "Posição face aos atos cometidos", foi possível verificar dois padrões de resposta, ou seja, 19 jovens mostraram uma "Desvalorização" pelos atos que cometeram. Apesar de alguns terem referido que não ganharam nada, pode-se notar que

[4] Entende-se por vítima a "pessoa, grupo, entidade ou comunidade que experimente uma injúria, um dano ou uma perda, devido a qualquer causa" (Costa, 2019, p.45).

responderam que perderam apenas a liberdade, mostrando uma falta de reflexão pessoal. Por outro lado, 11 jovens possuem uma "Consciência" pelo que perderam e valorizaram bastante o pensamento e a confiança dos outros.

Na "Motivação/Aceitação para o cumprimento da pena", a maior parte dos jovens (22) estavam "Motivados" e positivos em relação ao que o internamento tinha para oferecer. Viram como um ponto de mudança de atitudes, comportamento e pensamentos. Apenas 8 sujeitos não aceitam o facto de terem sido castigados, justificando ser ainda cedo para notar alguma diferença e mostraram-se "Desmotivados/Indiferentes" em relação à medida e sentem-se injustiçados e revoltados.

Para avaliar o "Juízo Crítico/Pensamento Consequencial", foi questionado acerca dos comportamentos que mantêm lá dentro e se têm de os mudar. A "Capacidade crítica de mudança" foi notada em 19 jovens que referem ainda possuir competências para melhorar o seu comportamento, enquanto se contou 11 jovens "Sem capacidade de reflexão" que afirmam que têm um bom comportamento, quando na realidade não o têm ou afirmam que não vale a pena mudar.

A última categoria conta com o "Planeamento de estratégias de mudança" isto é, se estes jovens já refletiram acerca da sua mudança e se perspetivam o seu futuro a nível pessoal, social e profissional. Assinalou-se 19 jovens já com "Estratégias definidas" para quando terminarem a sua medida de internamento, e que as respostas mais frequentes passaram pela continuação dos estudos tirar cursos (as áreas mais referidas foram a informática, mecânica, eletricidade, culinária e exército), e inclusive um jovem afirmou querer ir para a universidade. A carta de condução é igualmente um objetivo escolhido, bem como reatar os laços com a família e amigos. Por outro lado, 11 jovens não têm quaisquer caminhos a seguir, referindo que quando saírem vão ver o que podem fazer, outros ainda não pensaram e um jovem afirma que o objetivo de vida será estar o mais tempo possível em liberdade.

Marcas do Passado: conclusão

"Os resultados provêm dos factos observados no decurso da colheita dos dados; estes factos são analisados e apresentados de maneira a fornecer uma ligação lógica com o problema da investigação proposto." (Fortin, 1999b, p.330).

Atendendo aos resultados, podemos criar um perfil de um jovem institucionalizado em centro educativo. Neste sentido, podemos caracterizar como um jovem na média dos 16 anos, com uma família reconstituída, práticas educativas marcadas por uma fraca supervisão e dificuldade em controlar o comportamento do jovem, com familiares com historial de consumos e práticas criminais, sem contacto de referência, com consumos de substâncias psicoativas, convívio com pares pouco convencionais, sem qualquer atividade que dê uma estrutura na sua vida, com um percurso escolar pautado de absentismo escolar, disrupção comportamental e retenções.

A tabela 8 aponta um número elevado de famílias reconstruídas (N=17) e um número reduzido de famílias nucleares, ou tradicionais (N=8).

A separação não é um fenómeno rápido, isolado e precipitado. Tem origem em conflitos interparentais e que se arrasta até ao momento da ruptura, trazendo com ela algumas implicações como a instabilidade, difícil adaptação por parte dos filhos, fraca socialização da criança sem os dois progenitores, afastamento tanto de familiares como de amigos, uma mudança nos modos de vida, uma exposição à hostilidade entre os pais, entre outras. Estas crianças estão mais predispostas a situações de depressão baixa autoestima e ansiedade, do que crianças que não assistem a episódios de divórcio dos pais na sua vida (Fonseca, 2006; Milheiriço & Oliveira, 2012)

Contudo, por vezes esta separação pode ser vista de uma forma bastante positiva, como por exemplo em casos de violência familiar. O divórcio é enfrentado e ultrapassado de diferentes formas, estando dependente de fatores de proteção e de risco existentes, da percepção que as crianças têm e o impacto a nível emocional, cognitivo e comportamental.

Os fatores de proteção durante o processo do divórcio passam pelo suporte familiar, o suporte social com as amizades e capacidades da criança em se adaptar às mudanças para continuar com a sua autoestima e os seus interesses. Assim, a relação entre estes sistemas vai definir se as mudanças serão positivas ou negativas. Os fatores de risco assentam na ausência das figuras vinculativas e de referência na vida da criança perdendo a confiança e a relação de vinculação. Outro fator menos benéfico é a idade, pois a criança não tem ainda maturidade para enfrentar estes conflitos familiares e quando se encontra na adolescência reage com tristeza e raiva apesar da consciência dos acontecimentos e ter uma rede de suporte alternativa aos pais (Milheiriço & Oliveira, 2012).

Tratando-se de conflitos parentais, a violência por vezes está bem presente e a criança acaba por sofrer e testemunhar essa violência, resultando numa aprendizagem e níveis de agressão elevados para com os pares, baixa auto estima, comportamento depressivo que mais tarde pode resultar em delinquência. Porém, outros autores não encontram qualquer correlação entre os conflitos interparentais e a assunção de comportamentos agressivos e/ou delinquentes.

Sani (2003) defende que se os conflitos dos progenitores forem adequadamente resolvidos, a criança adquire competências de resolução de conflitos (cit. por Milheiriço & Oliveira, 2012).

Na tabela 9, a fraca supervisão parental é um dos tópicos mais frequentes (N=31), seguido da dificuldade em controlar o comportamento da criança (N=32). Assim, a supervisão parental é fundamental para o sucesso da criança, uma vez que, há um maior controlo no que a criança faz. Esta supervisão e o interesse dos pais contribuem também para que as crianças desenvolvam competências pró-sociais, não adotem comportamentos desviantes, não se associem a grupo de pares problemáticos e evitar o consumo de substâncias. Consequentemente, este interesse dos pais e a boa comunicação familiar resultam no sucesso da criança. Ao contrário do que acontece quando existe uma fraca união familiar, sem qualquer tipo de supervisão e interesse ou os pais possuírem antecedentes de comportamentos antissociais.

Contudo, o estilo parental deverá ser equilibrado. Baumrind (1968) sustenta, em relação à forma como os pais expressam a sua tolerância e autoridade para com as suas crianças, três tipos de estilos parentais, nomeadamente o autoritário, o permissivo e o autoritativo.

O estilo autoritário é mais rígido e controlador em que os pais procuram ensinar aos filhos que devem ser perfeitos. Esta educação tem como base os castigos, punições violentas, autoridade, um ambiente familiar frio, distante e sem afetividade. As crianças por norma caracterizam-se como submissos, dependentes, pouco responsáveis e sem objetivos. No pólo oposto temos o estilo permissivo marcado por falta de exigência, não existe qualquer tipo de castigo nem poder para atingir os níveis educacionais, mas sim o uso de persuasão e razão nas relações com as crianças. Estas, apesar de serem independentes e auto confiantes, possuem pouca responsabilidade. No meio-termo estão as famílias autoritativas. Aglomera as características dos dois estilos atrás explicadas. Utilizam limites para a educação dos filhos, com razão e regras de forma equilibrada. Os castigos e punições, bem como as recompensas são ponderados ao nível do

comportamento da criança. Possuem a responsabilidade de pais e ao mesmo tempo são sensíveis às necessidades dos filhos. Há um ambiente familiar baseado no amor, felicidade, respeito mútuo dando a autoconfiança, autocontrolo, curiosidade e satisfação que a criança necessita (Baumrind, 1968; Topor, 2010).

A elevada frequência de retenções, apresentadas na tabela 16, pode ser explicadas pelo percurso escolar que os jovens mantêm. O insucesso, absentismo ou abandono escolar, tal como, o baixo rendimento o desrespeito pela figuras de autoridade e o mau comportamento são bastante frequentes, como podemos ver nos resultados da tabela 18.

O insucesso escolar é influenciado por vários fatores da vida do jovem, como o fator social, familiar e escolar. É necessário que o próprio jovem tenha motivação para o estudo, o sentido de responsabilidade, compromisso e esforço. A família deve criar um bom clima familiar em que haja uma boa comunicação e um interesse pelo percurso escolar do filho. Por sua vez, a função da escola passa por criar condições favoráveis ao estudo como estar bem estruturado o seu funcionamento, professores bem formados e utilizar metodologias de ensino criativas e inovadoras para as novas exigências da sociedade. Assim, é criada uma triangulação harmoniosa para que exista sucesso escolar. A personalidade da criança, um ambiente familiar com vínculos afetivos e, por fim, objetivos específicos para o ano letivo (Fernández et al., 2011, cit. por Barradas, 2012).

Um dos fatores para não se verificar a necessária harmonia família é a violência doméstica que está muito presente nas famílias portuguesas e que, muitas vezes, poderá levar à morte. Esta violência surge sob várias formas de abuso, como físico, psicológico e/ou sexual, por uma pessoa com o objetivo de controlar e dominar a outra pessoa "no contexto de uma relação de familiaridade, afinidade ou intimidade presente ou passada", não sendo necessário estarem em coabitação (Matos, 2016, cit por Sani, 2019, p. 163). Consequentemente, as crianças acabam por ficar expostos a estes abusos, por parte dos pais maioritariamente, interferindo negativamente no seu desenvolvimento físico, emocional e cognitivo. Podem surgir sinais de medo, angustia, receio perante a repetida exposição aos variados abusos, originando em disrupções a nível do cuidar, vinculação, comunicação e promoção de autonomia (Strunge-Apple, Davies, & Cummings, 2006, cit. por Sani, 2019).

Há igualmente uma predisposição para estas crianças adotarem comportamentos desviantes, consumo de substâncias e até probabilidade de experienciarem relacionamentos de intimidade pautados por violência (Sani, Nunes, & Caridade, 2017).

Em relação aos antecedentes dos familiares, a tabela 10 mostra que 21 jovens assistiram na sua família comportamentos de consumo de substâncias e/ou atos criminais, e apenas 11 jovens sem historial de comportamentos antissociais. Estes jovens ficam mais propensos a cometerem atos delinquentes, pois a socialização primária é também realizada através da transmissão de valores e os comportamentos são interiorizados e replicados (McCord, s.d, cit por Fonseca 2001).

Atendendo aos crimes e ao consumo de drogas podemos ver que estamos perante três dos quatro grupos tipificados por Loeber (1988). Os delinquentes versáteis, os delinquentes violentos exclusivos e os delinquentes aquisitivos exclusivos. O primeiro grupo refere-se a delinquentes com consumos de droga, crimes violentos e contra propriedade. O segundo grupo inclui apenas os crimes marcados por violência. O terceiro grupo pratica apenas crimes contra propriedade. Não se identifica no estudo o quarto grupo, dos delinquentes consumidores de drogas exclusivos, pois este grupo apenas consome álcool e drogas e não apresenta comportamentos antissociais (Loeber, 1988).

Analisando o panorama geral da linha de vida dos jovens institucionalizados, consegue-se perceber que são percursos marcados maioritariamente por acontecimentos negativos, como mortes, separações, agressões e abusos físicos, desresponsabilização parental, pais com consumos, reprovações, institucionalizações em casas de acolhimento, e lares de infância e juventude, acontecimentos que se transformam em fatores de risco para o desenvolvimento do indivíduo.

Por outro lado, também podemos ver que os delitos cometidos ou os consumos de estupefacientes são representados pelos jovens como acontecimentos positivos.

Quando questionados acerca do que sentiam quando consumiam ou cometiam algum delito, 11 jovens (36,7%) justificaram-se com a “adrenalina”, a necessidade, a posse de algo que desejavam, a legítima defesa ou até a obtenção de um estatuto de poder e reconhecimento. Esta excitação pelo cometimento de uma infração pode ser explicada por Farrington (1996, 1998), quando numa das etapas da ação delinquente menciona a motivação. Isto é, o jovem sente desejo por algo com o intuito de ganhar algum estatuto perante os colegas ou apenas para se divertir nalgum momento de aborrecimento (cit. por Gonçalves, 2000). Estes motivos de passagem ao ato são

também explicados por Cusson (1998, cit. por Born, 2003), que os divide por finalidades: ação, apropriação, agressão e domínio. A ação refere-se ao momento do ato que se dá devido ao aborrecimento em que se encontra e a procura pelo "prazer" ou "adrenalina". A apropriação corresponde tanto à necessidade imediata (expediente), justificada apenas por um jovem que dizia que roubava para dar de comer à família, ou por desejo de algo. Pode-se recorrer à agressão tanto para esta apropriação como para se defenderem. Por fim, o domínio, vai ao encontro do papel que o indivíduo quer desempenhar no grupo e assim recorrer ao delito para ganhar poder e admiração pelos pares.

Farrington (1996, 1998) explica também as respostas em que os jovens desvalorizam o delito cometido, nomeando sentimentos positivos, ou até se sentem injustiçados quando sofrem a medida de internamento. Tal situação deve-se ao facto de as crenças que estes jovens interiorizaram aquando a sua socialização é de que os atos ilegais não são errados. Isto deve-se às práticas educativas dos pais em que adoptam uma supervisão inadequada, práticas educativas inconsistentes (um dos progenitores autoritário e o outro permissivo, anulando-se mutuamente) ou inadequadas (maioritariamente castigos físicos).

É possível verificar 14 jovens (46,7%) que consumiram substâncias aditivas e álcool. Ao contrário da linha de pensamento comum em que o jovem tem motivação para consumir estupefacientes e/ou álcool, Becker (1964) defende que a motivação vem depois da curiosidade ou oportunidade que o jovem teve quando se deparou pela primeira vez com a substância. Esta motivação surge então depois, devido à vontade de pertencer a um grupo e à influência que esse mesmo grupo exerce sobre o indivíduo. Com os valores desviantes do grupo, o jovem aprende as técnicas do consumo em grupo, tornando-se primeiro num fumador ocasional e posteriormente num fumador regular. Para atingir o consumo regular, terá que perder o medo de se deslocar com drogas e não ter medo de ser apanhado. Depois terá de assumir o seu consumo perante a família e o meio social e, finalmente, aprender os "novos bons valores" incutidos pelo grupo em que entre eles está o pensamento de que é bom consumir. Este consumo e atos desviantes surgem de ligações e associações a pares delinquentes e é mais frequente com jovens que apresentam alguns fatores de risco, como práticas educativas desajustadas, familiares com antecedentes desviantes, meio social problemático, entre outros (Becker, 1964; Jessor & Jessor, 1977, cit. por Born, 2003).

Cruzando as respostas com os respetivos processos, é possível salientar que 18 jovens (60%) praticavam os delitos em grupo, maioritariamente roubos e consumo de droga e a tabela 14 reforça que 97% (N=32) dos jovens mantinham convívio com pares pouco convencionais Estes comportamentos são praticados em bandos com objetivos variados, entre eles, para se afirmarem perante um grupo de pares da sua masculinidade e coragem (subcultura do conflito), para adquirirem bens que desejavam (subcultura criminal), para obterem um prazer imediato de "adrenalina" como foi bastante referido e para uso de drogas (subcultura de retirada), em que maioritariamente jovens de famílias desfavorecidas têm uma preocupação em procurar a excitação através da experiência de consumos de álcool e estupefacientes, considerando-os muitas vezes como uma escapatória para os problemas. Estas subculturas supramencionadas permitiram definir alguns bandos existentes. Os bandos conflituais têm comportamentos e atitudes direcionadas para a violência, bastante marcada nas suas relações sociais. Contudo a delinquência não é obrigatória. Utilizam esta violência para demonstrarem poder e para pôr à prova quem realmente merece pertencer ao grupo. Os bandos criminosos têm já um comportamento delinquente incorporado, uma vez que é um grupo marcado por furtos e tráfico. Têm uma dinâmica bastante rígida em que as tarefas e as figuras de poder estão bem definidas. A violência é um meio para atingir o fim, a delinquência. Por fim, existem os bandos marginais, predominantemente toxicodependentes em que não há um líder nem uma estrutura coesa. O fim é o consumo e tráfico de drogas e só recorrem à delinquência para obterem mais droga (Cloward & Ohlin, 1960; Miller, 1958, cit. por Gonçalves, 2000; Mucchielli & Robert, 2002, cit. por Born, 2003).

À medida que o investigador foi avançando na construção dos biogramas, reparou que os jovens não referiram como aspetos positivos as conquistas que tiveram no seu internamento, como por exemplo o nível de escolarização e/ou aquisição de um curso que lhes permitirá um futuro melhor e mais promissor. Há uma desvalorização, pois quando questionados com isso respondem "já que aqui estou" ou "porque tenho de fazer", mostrando ainda uma irresponsabilidade pelas escolhas para o seu futuro. Outro obstáculo sentido é o da repetição e distinção de sentimentos. Utilizam um mesmo sentimento para tudo ou por sentirem uma dificuldade em distinguir sentimentos ou por não quererem se esforçar para responder.

Ao analisar os biogramas, é possível identificar que a institucionalização é um acontecimento presente em 11 jovens (36,7%). Consultando os processos as

justificações passam pela incapacidade dos pais controlarem o mau comportamento do filho ou até a incapacidade de educarem o jovem por negligência parental.

Quando a família não tem a capacidade de garantir as necessidades básicas do jovem, o Estado intervém através de medidas de promoção e proteção de menores. Estas situações de risco e perigo trazem diversas consequências como atrasos no desenvolvimento da criança, dificuldades de aprendizagem, depressão, baixa auto estima, problemas de comportamento, entre outras (Strecht, 2000).

A institucionalização traz consigo também diversas consequências. Goffman (1961) elenca algumas dessas consequências que advêm das instituições totalitárias como as prisões, os conventos ou hospitais pediátricos, mas que se aplicam no acolhimento residencial das crianças e jovens. Sendo instituições fechadas para o exterior, há um corte entre os jovens e as suas vidas sociais a que estavam habituados, deixam de ter privacidade e liberdade. Isto também resulta num "desculturamento" em que os jovens não têm contacto com a sua cultura e tornam-se indiferentes como pessoas (a mortificação do "eu").

Outro problema que surge é o abuso de poder existente, como 2 jovens (6,7%) referiram ter sofrido. Há uma divisão entre os jovens que são considerados fracos e inferiores e as figuras de autoridade com poder.

Para combater todos estes pontos nefastos para o jovem, as instituições de acolhimento devem oferecer o máximo de condições que promova o desenvolvimento pessoal e social, bem como, a sua autonomia através da estabilidade, segurança, relações sociais no exterior[5], processos de socialização com a ajuda dos profissionais (Raymond, 1996; Sousa, 2013).

[5] Devem inserir os jovens em escolas no exterior para não perderem o contacto com o exterior e estarem em contacto com outras realidades e contextos.

Bibliografia

Agnew, R. (ed.) *Criminological theory: past to present: essential readings* (3rd Ed.) Los Angeles. California: Roxbury Publishing.

Agra, C. & Matos, A. (1997). Trajetórias Desviantes. Lisboa: Droga.

Alarcão, M. (2006). *(Des) Equilíbrios Familiares.* (3ª Ed.). Coimbra: Quarteto.

Almeida, L.S. & Freire, T. (2008). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação* (5ª Ed.). Braga: Psiquilíbrios.

Amaro, F. (2019). Criminologia *e Reinserção Social*. In: Amaro, F. & Costa, Dália (coord.) (2019). *Criminologia e Reinserção Social*. Lisboa: Pactor.

Anitua, G. I. (2008). *Histórias dos pensamentos criminológicos*. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, p. 498. Consultado a 5 de Agosto de 2019, em https://deusgarcia.files.wordpress.com/2018/06/66-histc3b3ria-dos-pensamentos-criminolc3b3gicos-gabriel-ignacio-anitua.pdf

Arellano, J. & Santoyo, M. (2009). *Investigar com Mapas Conceptuales*. Madrid: Narcea.

Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo* (4ª ed.). Lisboa: Edições 70.

Barradas, M., T., C. (2012). Envolvimento parental e Sucesso escolar - Estudo de caso. Dissertação de Mestrado em Ciências da Família, Universidade Católica Portuguesa. Consultado a 21 de Agosto de 2019, em https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/13432/3/ENVOLVIMENTO%20PARENTAL%20E%20SUCESSO%20ESCOLAR%20-%20ESTUDO%20DE%20CASO.pdf

Baumrind, D. (1968). Authoritarian vs authoritative parental control. Adolescence, 3, 255-272.

Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação. Uma introdução à teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora.

Born, M. (2003). *Psicologia da delinquência*. Lisboa: Climepsi Editores.

Caniço, H., Bairrada, P., Rodríguez, E., Carvalho, A. (2010). Novos Tipos de Família. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. Consultado a 20 de Outubro de 2018 em https://www.researchgate.net/publication/295704260_Novos_tipos_de_familia_-_plano_de_cuidados,

Carrilho, L. (2000). *Influências Familiares no Desenvolvimento de Trajetórias desviantes em adolescentes institucionalizados.* Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.

Cohen, A. K. (1955). *Delinquent Boys. The Culture of the Gang*. New York: The Free Press

Constituição da República Portuguesa (1976). Diário da República nº 86/1976- I série A. Lisboa

Coutinho, C. P. (2014). *Metodologias de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática* (2ª ed.). Coimbra: Almedina

Cressey, D. R. (1964). *Delinquency, Crime and Differential Association*. Netherlands: The Hague.

Cunha, C. (2014). *Fatores de risco e protetores da delinquência juvenil com medida tutelar educati*va. Dissertação de mestrado em psicologia apresentada à Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa.

Decreto- Lei nº 323-D/2000 de 20 de Dezembro. Diário da República nº292/2000- I série A. Lisboa: Ministério da Justiça

Epifânio, R. (2001). *Direito de Menores*. Coimbra: Almedina

Espírito Santo, A. L. (2014). *Jovens e Comportamentos Delinquentes: "Ponte"- Programa de prevenção face à recidiva*. Dissertação de Mestrado. Consultado a 4 de Março de 2019 http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/6332/Tese%20da%20Yara_Janeiro%20F inal%20-%20TE%C3%93RICA%201.pdf?sequence=1

Ferreira, A. G. & Lima, C. C. (2004). *Menores em risco social e delinquentes no século XIX e princípios do século XX à luz da legislação portuguesa*. Em: Faria Filho, L. M. (org) (2004). *A Infância e sua Educação – materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil)*. Belo Horizonte: Autêntica.

Ferreira, P. (1997). *Delinquência Juvenil – Família e Escola*. Análise Social, vol. 32, (143), pp. 913 – 924.

Fonseca, A. C. (2001) *A evolução do comportamento anti-social.* In Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra (Ed.) Problemas emocionais e comportamento anti-social. Coimbra: FCT.

Fonseca, A. C. (2004). Comportamento Anti-Social e Crime: da infância à idade adulta. Coimbra: Almedina.

Fonseca, A. C. (2006). *Psicologia Forense*. Coimbra: Almedina

Fortin, M. (1999a). Os *Objetivos da Investigação e as suas Questões ou Hipóteses*. Em: *O Processo de Investigação* (1ª ed.), pp.99-110. Loures: Lusociência.

Fortin. (1999b). *Apresentação e Interpretação dos Resultados. Em O Processo de Investigação* (1ª edição), pp.329-338. Loures, Portugal: Lusociência. "Obra originalmente publicada em 1996".

Glueck, S. & Glueck, E. (1950). *Unraveling juvenile delinquency*, Cambridge, MA, Harvard University Press.

Godinho, T. J. (2015). Contributos para a compreensão do processo de empatia e do seu desenvolvimento. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Évora. Consultado a 17 de novembro de 2019 em https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/14535/11/Doutoramento%20-%20T%C3%A2nia%20Godinho.pdf. Recuperado a 13 de Janeiro de 2020.

Gonçalves, R. A. (2000). *Delinquência, crime e adaptação à prisão*. Coimbra: Quarteto.

González, M. P. (1997). *Orientaciones Teóricas Fundamentales en Psicologia de los Grupos*. Barcelona: Herder.

Gottfredson, M. & Hirschi, T. (1990). *A general theory of crime.* Stanford University Press: Stanford.

Hirschi, T. (1969). *Causes of delinquency*. University of California Press: Berkeley

Janczura, R. (2012). *Risco Social ou Vulnerabilidade Social?.* Textos e Contextos (Porto Alegre).11:301-308

Kingston, B., Huizinga, D., & Delbert, E. (2009). *A Test of Social Disorganization in High-Risk Urban Neighborhoods.* Youth and Society, 41, 53-79

Lei nº 147/99 – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Risco. Diário da República nº 204/1999- I série A. Lisboa

Lei nº 166/99- Lei Tutelar Educativa. Diário da República nº215/1999- I série A. Lisboa

Levine, J.M. & Moreland, R.L. (2006). *Small groups: An Overview*. In John M. Levine & Richard L. Moreland (Eds.). *Small Groups: Key Readings* (pp. 1-10). New York: Psychology Press.

Loeber, Rolf (1988). *Natural histories of conduct problems, delinquency and associated substance use: Evidence for developmental progressions.* In B.B Lahey e A.E. Kazdin (sd.)*Advances in clinical child psychology* (Ed.2). New York: Plenum Press;

Maroco, J. (2007). Análise *Estatística com utilização do SPSS* (3ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.

Matos, A. C. (2002). *Adolescência.* Lisboa: Climepsi.

Meyer, R. G. (1992). *Abnormal behaviour and the criminal justice system*. N.Y: Lexington, Macmillan.

Milheiriço, A. R., & Oliveira, J. P. (2012). *Ruturas conjugais: Perceção de conflitos interparentais e estratégias de coping nos adolescentes*. Ousar Integrar, *12*, 59-75.

Miller, W. B. (1958). *Lower class culture as a generating milieu of gang delinqueny*. Journal of Social Issues 14, 5-19.

Ministério da Justiça e Ministério do Trabalho e da Solidariedade (1999). *Reforma do Direito de Menores*. Lisboa: Ministério da Justiça e Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

Moffit, T. E. (1993). *Adolescence-limited and life-course persistent antisocial behavior: a developmental taxinomy*. Psychological Review, 100, pp. 674-701

Muylaert, C. J., Sarubbi, V., Gallo, P. R., Neto, M. L. R & Reis, A. O. A. (2014). *Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa*. Revista Escola Enfermagem da Universidade de S. Paulo, 48, pp. 193-199.

Negreiros, J. (2001). Delinquências Juvenis: trajetórias, intervenção e prevenção. Lisboa: Editorial Notícias

Negreiros, J. (2008). *Delinquências Juvenis*. Porto: Livpsic.

Neves, A. C. (2019). *O Risco de Reincidência Criminal*. In: Amaro, F. & Costa, D. (2019). *Criminologia e Reinserção Social*. Lisboa: Pactor.

Oliveira, J. H. B. (2005). *Psicologia da Educação – Aprendizagem – Aluno*. (1º vol.). Porto: Legis Editora.

Pais, M (2012). *Delinquência juvenil: Ausência de Vínculos e Adopção de Comportamentos Desviantes*. Monografia apresentada para a obtenção do Grau de Licenciado do Curso de Criminologia. Consultado a 7 de fevereiro de 2019 em https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3362/3/T_21283.pdf

Pena, M. J. (2013). A relação profissional no quadro da intervenção do assistente social. Lisboa: Universidade Lusíada. Consultado a 14 de Janeiro de 2020 http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/1078/1/IS_n41_3.pdf, recuperado a 13 de Janeiro de 2020.

Piaget, J. (1975). A *Construção do Real na Criança.* Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Pina, M. (2012). Aplicação do Biograma-97 AM" em Contexto Prisional Suiço. In Agra, C. A. Criminologia: um arquipélago interdisciplinar. U. Porto Editorial.

Pinto, H. P. (2017). Teoria da Anomia segundo Robert King Merton e a sociedade criminógena: seria o delito uma resposta à frustração de não ser bem sucedido na vida?. Revista da Esmal, nº 6, pp. 39.51.

Portaria nº1200-B/2000 de 20 de Dezembro. Diário da República n~262/2000- I série B. Lisboa: Ministério da Justiça

Prates, F. C. (2001). Adolescente *Infrator: a prestação de serviços à comunidade.* Curitiba: Juruá.

Raymond, M. T. (1996). Reflexões *sobre o acompanhamento em instituições de adolescentes difíceis*. Revista Infância e Juventude, 2, p. 21-140.

Rodrigues, A. M. & Duarte-Fonseca, A. C. (2003). *Comentário da Lei Tutelar Educativa.* Coimbra: Coimbra Editora.

Rodrigues, A. S. (2004). A definição do conceito de grupo e suas implicações no funcionamento do sistema. O caso das Equipas Cirúrgicas. Dissertação de Doutoramento. Consultado a 5 de Agosto de 2019, em https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/22788/2/29879.pdf

Rodrigues, S. (2016). *Fatores de Risco da delinquência juvenil e a interveção reeducadora: Um estudo num Centro Educativo*. Dissertação de Mestrado. Consultado a 11 de Março de 2019 em https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/89367/2/170381.pdf

Sani, A., Nunes L. & Caridade, S. (2017). *Child Exposure to domestic violence: the risk of drug abuse and dating violence*. In Ortiz, M. (s.d). *Domestic violence: Prevalence risk factors and perspective*. New York: Nova Science Publishers, Inc.

Silvestre, H. C., & Araújo, J. F. (2012). *Metodologia para a Investigação Social.* Lisboa: Escolar Editora.

Sousa, C. A. (2013). *Um lar, uma família: a voz das instituições que acolhem crianças e jovens.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Mestrado.

Sprinthall, N. A. & Collins, W. A. (2003). *Psicologia do Adolescente: Uma Abordagem Desenvolvimentalista.* Tradução de Cristina Maria Coimbra Vieira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Strecht, P. (2000). Crescer *Vazio – Repercussões Psíquicas de Abandono, Negligência e Maus-Tratos em Crianças e Adolescentes* (3ª Ed.). Lisboa: Assírio e Alvim

Trillo, V. (2011). *Grupo de Amigos, Género y Delincuencia Juvenil.* Tese de Doutoramento apresentada à Facultad de Psicología, Departamento de Psicología Social, Básica y Metodología da Universidad de Santiago de Compostela.

Topor, D. R., Shelton, T. L., Keane, S. P., Calkins, S. (2010). Parent Involvement and Student Academic Performance: a multiple mediational analysis. Journal of Prevention and Intervention Community, 38 (3), 183-197.

Walgrave, L. (1992). *Délinquance systematisée des jeunes et vulnerabilité sociétale: Essai de construction d'une théorie intégrative.*. Genebra: Médecine et hygiéne.

Anexos

Apêndice 1- Entrevistas aplicadas aos jovens do CEO

Entrevista no Centro Educativo dos Olivais

No âmbito do Mestrado de Serviço Social, na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, o aluno Fabrice da Costa, sob a orientação da Professora Doutora Jaqueline Marques, está a desenvolver uma investigação acerca da delinquência juvenil, da consciência pelo crime cometido e da perspetiva da vida futura após saída em liberdade.

Para concretizar o estudo, solicitamos a tua participação no preenchimento deste instrumento de recolha de informação. A participação é voluntária, ficando salvaguardado o direito de recusa, sem que daí advenha qualquer prejuízo. A privacidade e sigilo da informação serão totalmente salvaguardados e respeitados.

Assim, solicito o teu consentimento por escrito, em como aceitas participar neste estudo.

(Assinala com um X)

Aceito participar neste estudo ☐

Não aceito participar neste estudo ☐

Código de identificação (duas primeiras consoantes do nome e apelido)**: _____**

Idade: _____

Habilitações literárias: _____

Local de residência:_____

1- Quais as principais razões para estares a cumprir medida de internamento?

_____

_____

_____

_____

2- O que te levou a cometer isso?

_____

_____

_____

_____

3- O que achas que sentiu a pessoa? E tu, como te sentiste?

_____
_____
_____
_____

4- Encontras algum benefício para ti? E prejuízo?

_____
_____
_____

5- Achas que o cumprimento de medida te pode ajudar para vida futura? Se sim, como? Se não, porquê?

_____
_____
_____

6- Que planos tens para a tua vida aquando a tua saída?

_____
_____
_____

7- Achas que deves mudar o teu comportamento?

_____
_____
_____

8- Desejas acrescentar mais alguma informação que não foi dita anteriormente?

_____

Apêndice 2- Guião da entrevista

Início	Objetivos		Observações
Apresentação e fundamentação da entrevista	• Apresentar o investigador • Apresentar a investigação e os seus objetivos • Perguntar ao entrevistado para comparticipar	• Apresentar o investigador para o entrevistado e explicar os objetivos da investigação, de modo a justificar • Explicar que o processo será anónimo e solicitar autorização para os resultados serem divulgados	
Parte I	**Objetivos**		**Observações**
Caracterização do entrevistado	• Identificar o entrevistado através de código de identificação • Caracterizar o entrevistado	• Código de Identificação • Idade • Habilitações literárias • Local de residência	
Parte II	**Objetivos**		**Observações**
Fatores Individuais	• Percecionar a assunção da responsabilidade e valorização dos motivos da medida de internamento • Conhecer as motivações (pessoais e/ou sociais)para cometer um crime • Perceber se a delinquência está como condição ou se é esporádica/pontual	• "Quais as principais razões para estares a cumprir medida de internamento?" • "O que te levou a cometer isso?"	Por influência de amigos ou vontade própria? Tentar perceber se foi premeditado

Parte III	Objetivos		Observações
Atitude face à vítima de reparação	• Avaliar o posicionamento do menor face à vítima • Avaliar o posicionamento do menor face aos atos praticados	• "O que sentiu a outra pessoa? E tu?" • "Encontras algum benefício para ti? E prejuízo?"	Descentração Posição face aos atos praticados
Parte IV	**Objetivos**		**Observações**
Atitude face ao cumprimento da medida de internamento e ao seu comportamento	• Compreender a motivação/ aceitação para o cumprimento da medida • Compreender a consciência do seu comportamento dentro da instituição	• "Achas que o cumprimento da pena te pode ajudar para a ida futura? Se sim, como? Se não, porquê?" • "Achas que deves mudar o teu comportamento?"	Motivação/ aceitação para o cumprimento da medida Juízo crítico e pensamento consequencial
Parte V	**Objetivos**		**Observações**
Perspetivas de vida para o futuro	• Perceber se o menor tem algum planeamento do seu futuro a nível pessoal, profissional e/ou laboral	• "Que planos tens para a tua vida aquando a tua saída?"	Planeamento de estratégias de mudança
Parte VI	**Objetivos**		**Observações**
Acontecimentos marcantes na vida	• Explicar o que é um biograma • Identificar acontecimentos positivos e negativos ao longo da vida do jovem	• "Quais os acontecimentos marcantes ao longo da tua vida?"	Construção de um biograma.

Encerramento	Objetivos		Observações
Finalizar a entrevista	• Identificar informações omitidas durante a entrevista	• "Desejas acrescentar mais alguma informação que não foi dita anteriormente?"	

Anexo 3- Entrevistas

Entrevista J1

1- Quais as principais razões para estares a cumprir medida de internamento?
"Roubava, assaltava, acho que é só isso."

2- O que te levou a cometer isso?
"Foram as companhias a partir do 5º ano."

3- O que achas que sentiu a pessoa? E tu, como te sentiste?
"Sentiam-se assustadas, tristes. Sentia que roubei, mas precisava. Adrenalina a fazer isso."

4- Encontras algum benefício para ti? E prejuízo?
"Tinha dinheiro. Sentia que se fosse apanhado era mais um processo e preocupação para os meus pais. Perdi liberdade."

5- Achas que o cumprimento de medida te pode ajudar para vida futura? Se sim, como? Se não, porquê?
"Sim, porque já me deram muitas oportunidades e esta é a última e tenho de aproveitar"

6- Que planos tens para a tua vida aquando a tua saída?
"Ir para o ginásio, estudar, sair à noite ao fim de semana. Fazer o 9º ano e depois o 12º e quando tiver 18 anos quero ir para a tropa. Quero tirar a tatuagem da mão. Tenho medo de me juntar aos meus amigos e perder-me outra vez."

7- Achas que deves mudar o teu comportamento?
"Finalmente estou na fase 4 e quero manter o meu comportamento. Melhorei bastante."

Entrevista J2

1- Quais as principais razões para estares a cumprir medida de internamento?
"Roubava, assaltava, acho que é só isso."

2- O que te levou a cometer isso?
"Droga."

3- O que achas que sentiu a pessoa? E tu, como te sentiste?
"Talvez medo."

4- Encontras algum benefício para ti? E prejuízo?
"Só perdi a liberdade."

5- Achas que o cumprimento de medida te pode ajudar para vida futura? Se sim, como? Se não, porquê?
"Sim, ajudou-me a pensar, pensar naquilo que quero ser, se é isto que eu quero levar."

6- Que planos tens para a tua vida aquando a tua saída?
"Trabalhar [na área da pintura de automóvel], ter uma vida honesta, normal."

7- Achas que deves mudar o teu comportamento?
"Não preciso de mudar mais"

Entrevista J3

1- Quais as principais razões para estares a cumprir medida de internamento?
"Roubos e ofensa à integridade física."

2- O que te levou a cometer isso?
"Apeteceu-me."

3- O que achas que sentiu a pessoa? E tu, como te sentiste?
"Dores. Roubava e ainda lhes batia. Sentia-me grande, porque batia nos outros."

4- Encontras algum benefício para ti? E prejuízo?
" [Prejuízos] Muitos. Não estar com a minha família, tirou-me a liberdade."

5- Achas que o cumprimento de medida te pode ajudar para vida futura? Se sim, como? Se não, porquê?
"Sim, saio daqui com o 9º ano feito, já dá para arranjar emprego e tenho mais consciência daquilo que faço."

6- Que planos tens para a tua vida aquando a tua saída?
"Trabalhar [como segurança], tirar um curso."

7- Achas que deves mudar o teu comportamento?
"Agora tenho um bom comportamento. Já mudei o suficiente. Só tenho de mudar as atitudes (controlar ainda o autocontrolo)."

Entrevista J4

1- Quais as principais razões para estares a cumprir medida de internamento?
"Agressões."

2- O que te levou a cometer isso?
"Estavam a provocar-me e bati-lhe."

3- O que achas que sentiu a pessoa? E tu, como te sentiste?
" [As vítimas] sentiam dor. [Eu] Nada. Igual."

4- Encontras algum benefício para ti? E prejuízo?
"Só perdi a liberdade."

5- Achas que o cumprimento de medida te pode ajudar para vida futura? Se sim, como? Se não, porquê?
"Sim, a ter mais juízo e procurar uma vida melhor."

6- Que planos tens para a tua vida aquando a tua saída?
"Arranjar um trabalho."

7- Achas que deves mudar o teu comportamento?
"Já melhorei. Consigo melhorar mais."

Entrevista J5

1- Quais as principais razões para estares a cumprir medida de internamento?
"Agressão, drogas, tentativa de matar uma pessoa e fugitivo."

2- O que te levou a cometer isso?
"Consumo, porque gosto de consumir. Fui apanhado com erva. Agressão porque era a minha diversão. E tentativa [de homicídio] porque meteu-se com a minha mãe."

3- O que achas que sentiu a pessoa? E tu, como te sentiste?
"Mal, mas também me senti mal quando ele tentou fazer alguma coisa com a minha mãe."

4- Encontras algum benefício para ti? E prejuízo?
"Ganhei o respeito dele. E perdi a minha liberdade."

5- Achas que o cumprimento de medida te pode ajudar para vida futura? Se sim, como? Se não, porquê?

"Sim, corrigindo os meus erros."

6- Que planos tens para a tua vida aquando a tua saída?
"Ter uma vida melhor, ajudar a minha mãe e os meus irmãos. Estar junto da minha mulher e dos meus filhos. Da minha família. Voltar para o GPS."

7- Achas que deves mudar o teu comportamento?
"Acho que devo melhorar. A gente tem sempre alguma coisa para melhorar."

Entrevista J6

1- Quais as principais razões para estares a cumprir medida de internamento?
"Não cumpri [acompanhamento] tutelar educativo, porque cometi crime."

2- O que te levou a cometer isso?
"Más influências."

3- O que achas que sentiu a pessoa? E tu, como te sentiste?
"Medo."

4- Encontras algum benefício para ti? E prejuízo?
Não ganhei nada. Não perdi nada."

5- Achas que o cumprimento de medida te pode ajudar para vida futura? Se sim, como? Se não, porquê?
"Sim, aprender a conviver com os outros."

6- Que planos tens para a tua vida aquando a tua saída?
"Ter uma vida normal como os outros."

7- Achas que deves mudar o teu comportamento?
"Tenho que continuar com o [comportamento] que tenho agora. Mas vou melhorando pouco a pouco."

Entrevista J7

1- Quais as principais razões para estares a cumprir medida de internamento?
"Processos de terrorismo."

2- O que te levou a cometer isso?
"Efeito de drogas e revolta de estar num colégio."

3- O que achas que sentiu a pessoa? E tu, como te sentiste?
Devem-se ter sentido mal. Normal."

4- Encontras algum benefício para ti? E prejuízo?
Não ganhei nada. [Perdi] Liberdade."

5- Achas que o cumprimento de medida te pode ajudar para vida futura? Se sim, como? Se não, porquê?
"Sim, fez-me mudar a minha mentalidade."

6- Que planos tens para a tua vida aquando a tua saída?
"Arranjar trabalho, no que der."

7- Achas que deves mudar o teu comportamento?
"Não, está bom."

Entrevista J8

1- Quais as principais razões para estares a cumprir medida de internamento?
"Roubo."

2- O que te levou a cometer isso?
"Foi só mesmo divertimento."

3- O que achas que sentiu a pessoa? E tu, como te sentiste?
"Sei lá o que sentiam, nunca lhes perguntei. Mais lá para a frente comecei-me a sentir mal, porque imaginava que poderia ser os meus familiares."

4- Encontras algum benefício para ti? E prejuízo?
"Divertimento. Perdi a minha liberdade."

5- Achas que o cumprimento de medida te pode ajudar para vida futura? Se sim, como? Se não, porquê?
"Não sei, porque não sei como vou estar lá para a frente. Só no fim é que posso dizer se ajuda."

6- Que planos tens para a tua vida aquando a tua saída?
"Não tenho nenhum plano."

7- Achas que deves mudar o teu comportamento?
"Já me ando a portar melhor. Com um pouco de esforço posso melhorar. Não disparar logo, ser menos agressivo e ter mais calma."

Entrevista J9

1- Quais as principais razões para estares a cumprir medida de internamento?
"Portei-me mal, fiz coisas que não deveria ter feito. Agredi pessoas."

2- O que te levou a cometer isso?
"Não sei. Foi do momento, ameaçaram-me."
3- O que achas que sentiu a pessoa? E tu, como te sentiste?
"Não sei. Alívio, porque depois ia estar sempre a moer na mesma coisa."

4- Encontras algum benefício para ti? E prejuízo?
"[Ganhei] Alívio. Perdi liberdade."

5- Achas que o cumprimento de medida te pode ajudar para vida futura? Se sim, como? Se não, porquê?
"Sim, por causa do meu comportamento e da minha maneira de estar."

6- Que planos tens para a tua vida aquando a tua saída?
"Quero ir para a escola. Acabar o 9º ano e depois ver no que dá."

7- Achas que deves mudar o teu comportamento?
"O meu comportamento está bom, não tenho de mudar."

Entrevista J10

1- Quais as principais razões para estares a cumprir medida de internamento?
"Agressões."

2- O que te levou a cometer isso?
"Confusões. Provocaram-me."

3- O que achas que sentiu a pessoa? E tu, como te sentiste?
"Sentiram-se mal. Senti-me bem, mas agora arrependo-me claro."

4- Encontras algum benefício para ti? E prejuízo?
Não tive nenhum benefício. Tive prejuízo, vir para aqui ter acompanhamento educativo."

5- Achas que o cumprimento de medida te pode ajudar para vida futura? Se sim, como? Se não, porquê?
"Sim, já estou mais preparado, já sei como evitar as confusões e já tenho mais autocontrolo."

6- Que planos tens para a tua vida aquando a tua saída?

"Fazer o meu curso [de desporto], arranjar um trabalho e aproveitar a vida."

7- Achas que deves mudar o teu comportamento?
"Sim, porque o meu comportamento não me leva a lado nenhum, só me traz coisas más."

Entrevista J11

1- Quais as principais razões para estares a cumprir medida de internamento?
"Violência doméstica e furto."

2- O que te levou a cometer isso?
"O descontentamento com a família."

3- O que achas que sentiu a pessoa? E tu, como te sentiste?
"Acho que se sentiram muito tristes."

4- Encontras algum benefício para ti? E prejuízo?
"Achava que perdia a confiança dos meus pais e perdi a confiança e a sanidade mental."

5- Achas que o cumprimento de medida te pode ajudar para vida futura? Se sim, como? Se não, porquê?
"Sim, na relação com os meus pais que já está a ser tratado. Na minha autoestima."

6- Que planos tens para a tua vida aquando a tua saída?
"Quero começar a trabalhar [na área da tecnologia/informática] e ir a um festival de música."

7- Achas que deves mudar o teu comportamento?
"Acho que devo continuar com o meu comportamento."

Entrevista J12

1- Quais as principais razões para estares a cumprir medida de internamento?
"Droga, agressão."

2- O que te levou a cometer isso?
"Más companhias."

3- O que achas que sentiu a pessoa? E tu, como te sentiste?
"Sei lá, não sei. Sentia adrenalina no momento."

4- Encontras algum benefício para ti? E prejuízo?
"Ganhava dinheiro. Perdi liberdade."

5- Achas que o cumprimento de medida te pode ajudar para vida futura? Se sim, como? Se não, porquê?
"Não digo que não, não digo que sim. Já é a segunda vez que cá estou. Depende de cada um."

6- Que planos tens para a tua vida aquando a tua saída?
"Sei lá. Tenho muitos. Trabalhar [bombeiro] e ter uma família."

7- Achas que deves mudar o teu comportamento?
"Tenho um comportamento adequado mas devo mudar algumas coisas, como saber ouvir."

Entrevista J13

1- Quais as principais razões para estares a cumprir medida de internamento?
"Porradas, facada."

2- O que te levou a cometer isso?
"Defesa, sei lá."

3- O que achas que sentiu a pessoa? E tu, como te sentiste?
"Não sei. Não senti nada."

4- Encontras algum benefício para ti? E prejuízo?
"Não encontro benefício. [Perdi] liberdade."

5- Achas que o cumprimento de medida te pode ajudar para vida futura? Se sim, como? Se não, porquê?
Não, porque fiquei muito tempo à espera de ir cá para dentro e durante esse tempo comecei-me a portar bem. Mudou que sou menos impulsivo."

6- Que planos tens para a tua vida aquando a tua saída?
"Fazer o 12º ano e arranjar trabalho."

7- Achas que deves mudar o teu comportamento?
"Já tenho um comportamento adequado."

Entrevista J14

1- Quais as principais razões para estares a cumprir medida de internamento?

"Não cumpri o acompanhamento educativo. Tive um processo mas prefiro não falar disso."

2- O que te levou a cometer isso?

"Acho que foi a idade."

3- O que achas que sentiu a pessoa? E tu, como te sentiste?

"Acho que se sentiu mal. Ficou traumatizada. Não gostava que acontecesse comigo nem com ninguém da minha família."

4- Encontras algum benefício para ti? E prejuízo?

"Não ganhei nada. Arrependi-me logo que fui apanhado. Acho que perdi liberdade pessoas que gostava por causa da minha atitude."

5- Achas que o cumprimento de medida te pode ajudar para vida futura? Se sim, como? Se não, porquê?

"Acho que só me pode ajudar a nível pessoal. Não tem nada a ver com o processo"

6- Que planos tens para a tua vida aquando a tua saída?

"Quero ir para a tropa."

7- Achas que deves mudar o teu comportamento?

"Devo sempre melhorar. Moldar a cada situação."

Entrevista J15

1- Quais as principais razões para estares a cumprir medida de internamento?

"Foi [sic] uns processos sobre roubo, danos, agressões. Fui responder por mais quatro processos e faltam responder mais dois. Devo ficar mais tempo."

2- O que te levou a cometer isso?

"Isso foi quando comecei a fumar e como não gostava de pedir dinheiro à minha mãe para comprar *ganza*, ia roubar.

3- O que achas que sentiu a pessoa? E tu, como te sentiste?

"Sei lá, não sei. Sentia-me normal. Não me sentia mal nem arrependido."

4- Encontras algum benefício para ti? E prejuízo?

"Ganhei a aprender com a vida e perdi a liberdade, a minha família e amigos. Estão longe."

5- Achas que o cumprimento de medida te pode ajudar para vida futura? Se sim, como? Se não, porquê?

"Sim, não dar tendências para fazer as mesmas porcarias. Vai mudar o meu comportamento lá fora."

6- Que planos tens para a tua vida aquando a tua saída?

"Vou sair com 16 anos, vou tirar licença de mota. E arranjar part-time a entregar pizza. De resto vou ver com o tempo."

7- Achas que deves mudar o teu comportamento?

"Ao princípio andei bem, mas andei 3 meses a fazer porcaria. Agora estou a mudar a respeitar as pessoas, mudar atitudes, mudar tolerância e calma."

Entrevista J17

1- Quais as principais razões para estares a cumprir medida de internamento?

"Consumo de drogas."

2- O que te levou a cometer isso?

"Motivação pessoal. Devido a problemas pessoais."

3- O que achas que sentiu a pessoa? E tu, como te sentiste?

"Aliviado, mas agora acho que é um escape na altura em que consumia."

4- Encontras algum benefício para ti? E prejuízo?

"Não há benefícios. Prejuízos na área da saúde e emoções.

5- Achas que o cumprimento de medida te pode ajudar para vida futura? Se sim, como? Se não, porquê?

Sim, estou a fazer escola. Tinha conflitos na família, a minha técnica ajudou-me nisso. Estou a aproximar-me dos meus pais."

6- Que planos tens para a tua vida aquando a tua saída?

"Estou a tirar o 12º ano. Quero arranjar part-time. Se não conseguir estudos superiores porque gostava de ir para a universidade [área de Serviço Social, educação física ou animação sociocultural], emigro."

7- Achas que deves mudar o teu comportamento?

"Devo manter a minha postura atual."

Entrevista J18

1- Quais as principais razões para estares a cumprir medida de internamento?
"Não ter cumprido os acordos do tribunal, porque faltava às aulas.

2- O que te levou a cometer isso?
"Para ficar com os meus amigos."

3- O que achas que sentiu a pessoa? E tu, como te sentiste?
"Sentia-me bem. Não ganhei nada. Perdi liberdade."

4- Encontras algum benefício para ti? E prejuízo?
"Não ganhei nada. Perdi liberdade."

5- Achas que o cumprimento de medida te pode ajudar para vida futura? Se sim, como? Se não, porquê?
"Não sei."

6- Que planos tens para a tua vida aquando a tua saída?
"Não sei, não pensei nisso."

7- Achas que deves mudar o teu comportamento?
"Já mudei."

Entrevista J19

1- Quais as principais razões para estares a cumprir medida de internamento?
"Tráfico de droga, injúria e não cumprimento do acompanhamento educativo."

2- O que te levou a cometer isso?
"Não sei, cabeça quente."

3- O que achas que sentiu a pessoa? E tu, como te sentiste?
"Não sei. "Sentia-me normal."

4- Encontras algum benefício para ti? E prejuízo?
"Ganhava dinheiro, organizava a minha vida, independência, mas não estava tanto com a minha família e não dava valor às coisas. Perdi a liberdade e pessoas que mais gosto."

5- Achas que o cumprimento de medida te pode ajudar para vida futura? Se sim, como? Se não, porquê?

"Acho que sim. Ter outra maneira de pensar, ver a vida e não voltar a cometer os mesmos erros."

6- Que planos tens para a tua vida aquando a tua saída?
"Trabalhar [eletricista, mecânico] nalgo que me dê sustento, criar família e ter um carro."

7- Achas que deves mudar o teu comportamento?
"De momento é adequado, mas há coisas que posso melhorar, não ser tão teimoso e não questionar tanto as coisas."

Entrevista J21

1- Quais as principais razões para estares a cumprir medida de internamento?
"Cometi coisas que não devia ter cometido. Envolve roubos e falta de ir à escola."

2- O que te levou a cometer isso?
"Porque desde que comecei a fumar deixei de ir à escola e roubos porque necessitava."

3- O que achas que sentiu a pessoa? E tu, como te sentiste?
"Não sei. Nada."

4- Encontras algum benefício para ti? E prejuízo?
"Não ganhei nada. Perdi liberdade."

5- Achas que o cumprimento de medida te pode ajudar para vida futura? Se sim, como? Se não, porquê?
"Sim, ajuda-me para parar e pensar no futuro."

6- Que planos tens para a tua vida aquando a tua saída?
"Fazer o 9º ano e começar a trabalhar [culinária, mecânico ou eletricista]."

7- Achas que deves mudar o teu comportamento?
"Acho que estou bem assim."

Entrevista J22

1- Quais as principais razões para estares a cumprir medida de internamento?
"Roubos, violência e ameaças."

2- O que te levou a cometer isso?

"A minha infância não foi muito boa. O meu pai trancava-me e casa. Depois foi a doença do meu irmão e o meu pai foi preso."

3- O que achas que sentiu a pessoa? E tu, como te sentiste?

"Sentiam-se mal, com dores. Ao fim sentia-me mal porque as pessoas não tinham culpa."

4- Encontras algum benefício para ti? E prejuízo?

"Ganhava ouro, prata, quase mil euros todos os dias para tirar a minha família da pobreza. Perdi a minha liberdade."

5- Achas que o cumprimento de medida te pode ajudar para vida futura? Se sim, como? Se não, porquê?

"Sim, está-me a fazer bem este tempo. Está-me a refrescar as ideias. Vou ficar limpo. Vai ser bom para mim, posso seguir a minha vida tranquilamente."

6- Que planos tens para a tua vida aquando a tua saída?

"Quero ir para a tropa."

7- Achas que deves mudar o teu comportamento?

"É bom, de vez em quando tenho um conflito mas vou endireitando."

Entrevista J24

1- Quais as principais razões para estares a cumprir medida de internamento?

"Fiz coisas que não devia. Furtos."

2- O que te levou a cometer isso?

"Brincadeiras estúpidas."

3- O que achas que sentiu a pessoa? E tu, como te sentiste?

"Mal. Normal."

4- Encontras algum benefício para ti? E prejuízo?

"Vendia telemóveis. Perdi liberdade."

5- Achas que o cumprimento de medida te pode ajudar para vida futura? Se sim, como? Se não, porquê?

"Sim mudei. Não fiz mais asneiras."

6- Que planos tens para a tua vida aquando a tua saída?
"Trabalhar [cozinha] e voltar a jogar futebol."

7- Achas que deves mudar o teu comportamento?
"Tenho bom comportamento, mas posso mudar atitudes, ser mais responsável, etc."

Entrevista J25

1- Quais as principais razões para estares a cumprir medida de internamento?
"Uns crimes. Roubo."

2- O que te levou a cometer isso?
"O dinheiro."
3- O que achas que sentiu a pessoa? E tu, como te sentiste?
"Mal."

4- Encontras algum benefício para ti? E prejuízo?
"Não ganhei nada. Perdi alguns relacionamentos e liberdade."

5- Achas que o cumprimento de medida te pode ajudar para vida futura? Se sim, como? Se não, porquê?
"Sim, não voltando a cometer os mesmos erros."

6- Que planos tens para a tua vida aquando a tua saída?
"Trabalhar [no exército] e ter uma casa para mim."

7- Achas que deves mudar o teu comportamento?
"Neste momento tenho um bom comportamentos, mas ainda tenho de mudar."

Entrevista J26

1- Quais as principais razões para estares a cumprir medida de internamento?
"Um dos processos é injustamente. Ameaça, roubar algumas coisas e cúmplice de violação."

2- O que te levou a cometer isso?
"Foi a vida."

3- O que achas que sentiu a pessoa? E tu, como te sentiste?

"Nunca ninguém se importou comigo acha que vou ter sentimentos pelos outros? Sentia-me normal."

4- Encontras algum benefício para ti? E prejuízo?

"Ganhava dinheiro e não perdia nada."

5- Achas que o cumprimento de medida te pode ajudar para vida futura? Se sim, como? Se não, porquê?

"Não, porque há três coisas que não há cá dentro: igualdade, sinceridade e reconhecimento."

6- Que planos tens para a tua vida aquando a tua saída?

"Ir para Londres trabalhar na empresa do meu pai [na área da construção e remodulação], ajudar a família, tentar afeiçoar à família que nunca tive."

7- Achas que deves mudar o teu comportamento?

"Não porque não vale a pena. Quando me portei bem não souberam valorizar. Não há igualdade, há injustiça."

Entrevista J27

1- Quais as principais razões para estares a cumprir medida de internamento?

"Roubar."

2- O que te levou a cometer isso?

"Passava dificuldades."

3- O que achas que sentiu a pessoa? E tu, como te sentiste?

"Sentiam-se mal porque secalhar precisavam do dinheiro para comprar remédios e não tinham. Não era justo. Sentia-me bem, mas depois sentia-me mal."

4- Encontras algum benefício para ti? E prejuízo?

"Ganhava porque podia comprar comida mas perdia a amizade das pessoas e depois ao passar na rua metiam-me de parte. Perdi liberdade e muitas coisas."

5- Achas que o cumprimento de medida te pode ajudar para vida futura? Se sim, como? Se não, porquê?

"Sim, calhou bem. Gostei de apanhar medida. Se estivesse lá fora estava pior, podia estar a roubar e alguém me dar um tiro e estar morto ou no hospital. Quando sair vou pedir desculpa às pessoas. É o meu pensamento agora."

6- Que planos tens para a tua vida aquando a tua saída?
"Saio daqui com 16 anos vou para a escola, tirar um curso e estudar para o Porto. Tirar a carta e trabalho caso-me e vivo a minha vida sossegado."

7- Achas que deves mudar o teu comportamento?
"Tenho de continuar com este comportamento lá fora para não me prejudicar e vou me dar bem. Respeitar as pessoas."

Entrevista J28

1- Quais as principais razões para estares a cumprir medida de internamento?
"Fui apanhado a roubar."

2- O que te levou a cometer isso?
"Estava chateado."

3- O que achas que sentiu a pessoa? E tu, como te sentiste?
"Medo. Não senti nada."

4- Encontras algum benefício para ti? E prejuízo?
"Ganhei dinheiro. Perdi liberdade."

5- Achas que o cumprimento de medida te pode ajudar para vida futura? Se sim, como? Se não, porquê?
"Não sei, daqui só quero o 9º ano. Não vou ganhar nada. Posso mudar como posso não mudar. Mas não vou roubar mais."

6- Que planos tens para a tua vida aquando a tua saída?
"Quero ir à escola e tirar a carta. Não tenho mais nada pensado."

7- Achas que deves mudar o teu comportamento?
"Neste momento tenho comportamento adequado. Não tenho que mudar mais nada."

Entrevista J29

1- Quais as principais razões para estares a cumprir medida de internamento?
"Homicídio, crime de incêndio, abuso de confiança e ocultação de cadáver."

2- O que te levou a cometer isso?
"A pessoa que matei era um *chibo,* e não gosto de *chibos.* Fiz juntamente com o meu tio."

3- O que achas que sentiu a pessoa? E tu, como te sentiste?
"Não sei, sofrimento secalhar. Foi-me igual."

4- Encontras algum benefício para ti? E prejuízo?
"Não ganhei nada. Perdi a minha liberdade."

5- Achas que o cumprimento de medida te pode ajudar para vida futura? Se sim, como? Se não, porquê?
"Sim, mostrando que a má vida não é vida para ninguém."

6- Que planos tens para a tua vida aquando a tua saída?
"Trabalhar [na área da mecânica mas não vou conseguir], formar família, ajudar os meus pais."

7- Achas que deves mudar o teu comportamento?
"Acho que devo evoluir mais um bocado. 'tá bom mas falta mais um bocado. Estou preparado para voltar lá para fora."

Entrevista J30

1- Quais as principais razões para estares a cumprir medida de internamento?
"Assalto, espancamento e furto."

2- O que te levou a cometer isso?
"Apeteceu-me. Mais pela pressão do grupo."

3- O que achas que sentiu a pessoa? E tu, como te sentiste?
"Devem ter ficado tristes. Senti-me mal, mas teve de ser."

4- Encontras algum benefício para ti? E prejuízo?
"Ganhava dinheiro mas perdi a liberdade e a desilusão da mãe, dei maus exemplos aos meus irmãos e perdi a confiança de muitas pessoas."

5- Achas que o cumprimento de medida te pode ajudar para vida futura? Se sim, como? Se não, porquê?
"Sim, vou sair daqui com mais regras, uma rotina e outra cabeça."

6- Que planos tens para a tua vida aquando a tua saída?
"Acho que vou para o Luxemburgo. Acabar os estudos, o 13º ano [sic], arranjar emprego [área da manutenção hoteleira, canalizador ou eletricista], arranjar carro e família."

7- Achas que deves mudar o teu comportamento?

"Agora já estou melhor mas não estou a 100%. Mudar algumas atitudes ficar menos stressado com coisas pequenas."

Entrevista J31

1- Quais as principais razões para estares a cumprir medida de internamento?

"Acho que vou para o Luxemburgo. Acabar os estudos, o 13º ano [sic], arranjar emprego [área da manutenção hoteleira, canalizador ou eletricista], arranjar carro e família."

2- O que te levou a cometer isso?

"Ofensas e cenas assim, más companhias e pressão de grupo."

3- O que achas que sentiu a pessoa? E tu, como te sentiste?

"Sentiam-se mal de levar porrada e serem roubadas. Nessa altura sentia-me normal, depois ficava com remorsos, mas passava. Hoje não fazia."

4- Encontras algum benefício para ti? E prejuízo?

"Ganhava as coisas que roubava. Perdi a liberdade."

5- Achas que o cumprimento de medida te pode ajudar para vida futura? Se sim, como? Se não, porquê?

"Sim, entrei com um pensamento mais intolerante. Agora penso mais nas coisas."

6- Que planos tens para a tua vida aquando a tua saída?

"Ter o meu trabalho, tirar a carta de condução, ter um carro, casa e ajudar em casa. Dar alegria aos meus amigos e familiares."

7- Achas que deves mudar o teu comportamento?

"Agora tenho um bom comportamento, mas ainda tenho que melhorar mais coisas. Concentrar-me mais, não me consigo concentrar nas coisas, fico desorientado e stressado."

Entrevista J32

1- Quais as principais razões para estares a cumprir medida de internamento?

"Roubos e cenas assim, tráfico, ofensa à integridade física."

2- O que te levou a cometer isso?

"Sei lá, traficava para fazer o dobro do dinheiro que tinha."

3- O que achas que sentiu a pessoa? E tu, como te sentiste?
"Sei lá, tinham sentimentos. Sentia-me normal".

4- Encontras algum benefício para ti? E prejuízo?
"Ganhava dinheiro e isso. Perdi a minha liberdade."

5- Achas que o cumprimento de medida te pode ajudar para vida futura? Se sim, como? Se não, porquê?
"Para mim é estúpido. Uma pessoa muda se quiser. Posso ficar aqui 5 anos e ser a mesma pessoa. É a minha forma de ser porque quero e não porque me mandam."

6- Que planos tens para a tua vida aquando a tua saída?
"Estar mais tempo possível em liberdade."

7- Achas que deves mudar o teu comportamento?
"Já o estou a fazer. Estou num bom caminho."

Entrevista J33

1- Quais as principais razões para estares a cumprir medida de internamento?
"Roubar."

2- O que te levou a cometer isso?
"Para ver como é."

3- O que achas que sentiu a pessoa? E tu, como te sentiste?
"Sei lá. Sentia-me mal."

4- Encontras algum benefício para ti? E prejuízo?
"Não ganhei nada. Perdi valores como a honestidade e a liberdade."

5- Achas que o cumprimento de medida te pode ajudar para vida futura? Se sim, como? Se não, porquê?
"Mais ou menos. Já percebi que não devo roubar"

6- Que planos tens para a tua vida aquando a tua saída?
"Ainda estou a pensar que trabalho quero. Ainda sou novo."

7- Achas que deves mudar o teu comportamento?
"Já melhorei. Às vezes falho. Com o tempo tentar comportar-me bem."

Apêndice 3-Grelha de análise de conteúdo das entrevistas

Categoria	Sub-categorias	Unidades de registo	Unidades de contexto
Assumpção da responsabili-dade	Responsabilização	25	**J1** – "Roubava, assaltava, acho que é só isso." **J2** – "Roubos e agressões." **J3** – "Roubos e ofensa à integridade física." **J4** – "Agressões." **J5** – "Agressão, drogas, tentativa de matar uma pessoa e fugitivo." **J6** – "Não cumpri [acompanhamento] tutelar educativo, porque cometi crime." **J8** – "Roubo." **J9**- "Portei-me mal, fiz coisas que não deveria ter feito. Agredi pessoas." **J10**- "Agressões." **J11**- "Violência doméstica e furto." **J12**- "Droga, agressão." **J13** – "Porradas, facada." **J15** – "Foi [sic] uns processos sobre roubo, danos, agressões. Fui responder por mais quatro processos e faltam responder mais dois. Devo ficar mais tempo." **J19**- "Tráfico de droga, injúria e não cumprimento do acompanhamento

			educativo.” **J21** – “Cometi coisas que não devia ter cometido. Envolve roubos e falta de ir à escola.” **J22-** “Roubos, violência e ameaças.” **J24** – “Fiz coisas que não devia. Furtos.” **J25**- “Uns crimes. Roubo.” **J27**- “Roubar.” **J28-** “Fui apanhado a roubar.” **J29-** “Homicídio, crime de incêndio, abuso de confiança e ocultação de cadáver.” **J30-** “Assalto, espancamento e furto.” **J31-** “Fui apanhado com espingarda, a dar porrada num jovem e não me recordo de outros processos porque eram muitos. E roubo.” **J32 –** “Roubos e cenas assim, tráfico, ofensa à integridade física.” **J33-** “Roubar.”
	Não responsabilização	5	**J7 –** “Processos de terrorismo.” **J14 –** “Não cumpri o acompanhamento educativo. Tive um processo mas prefiro não falar disso.” **J17 –** “Consumo de drogas.” **J18 –** “Não ter cumprido os

			acordos do tribunal, porque faltava às aulas.” **J26**- “Um dos processos é injustamente. Ameaça, roubar algumas coisas e cúmplice de violação.”
Motivações	Pessoal	20	**J2** – “Droga.” **J3**- “Apeteceu-me.” **J4**- “Estavam a provocar-me e bati-lhe.” **J5**- “Consumo porque gosto de consumir. Fui apanhado com erva. Agressão porque era a minha diversão. E tentativa [de homicídio] porque meteu-se com a minha mãe.” **J7**- “Efeito de drogas e revolta de estar num colégio.” **J8**- “Foi só mesmo divertimento.” **J9**- “Não sei. Foi do momento, ameaçaram-me.” **J10**- “Confusões. Provocaram-me.” **J13**- “Defesa, sei lá.” **J14**- “acho que foi a idade.” **J15**- “Isso foi quando comecei a fumar e como não gostava de pedir dinheiro à minha mãe para comprar *ganza*, ia roubar. **J17**- “Motivação pessoal. Devido a problemas pessoais.” **J19**- “Não sei, cabeça

			quente.” **J21**- “Porque desde que comecei a fumar deixei de ir à escola e roubos porque necessitava.” **J25**- “o dinheiro.” **J26**- “Foi a vida.” **J28**- “Estava chateado” **J29**- “A pessoa que matei era um *chibo,* e não gosto de *chibos.* Fiz juntamente com o meu tio.” **J32**- “Sei lá, traficava para fazer o dobro do dinheiro que tinha.” **J33**- “Para ver como é.”
	Social	7	**J1 –** “Foram as companhias a partir do 5º ano.” **J6**- “Más influências.” **J12**- “Más companhias.” **J18**- “Para ficar com os meus amigos.” **J24**- “Brincadeiras estúpidas.” **J30**- “Apeteceu-me. Mais pela pressão do grupo.” **J31**- “Ofensas e cenas assim, más companhias e pressão de grupo.”
	Familiar	3	**J11-** “O descontentamento com a família.” **J22**- “A minha infância não foi muito boa. O meu pai trancava-me e casa. Depois foi a doença do meu irmão e o meu pai foi preso.”

			J27- “Passava dificuldades.”
Descentração	Capacidade de reconhecer a posição das vítimas	12	**J1-**“[As vítimas] Sentiam-se assustadas, tristes. **J5**- “Mal, mas também me senti mal quando ele tentou fazer alguma coisa com a minha mãe.” **J6**-“Medo.” **J10**- “Sentiram-se mal.” **J11**- “Acho que se sentiram muito tristes.” **J14**- “Acho que se sentiu mal. Ficou traumatizada. Não gostava que acontecesse comigo nem com ninguém da minha família.” **J22**- “Sentiam-se mal, com dores. Ao fim sentia-me mal porque as pessoas não tinham culpa.” **J24**- “Mal.” **J25**-“Mal” **J27**- “Sentiam-se mal porque secalhar precisavam do dinheiro para comprar remédios e não tinham. Não era justo. Sentia-me bem, mas depois sentia-me mal.” **J28**- “Medo” **J31**- “Sentiam-se mal de levar porrada e serem roubadas.”
	Distanciamento das vítimas	14	**J2-**“[As vítimas sentiram] Talvez medo. **J3-**“Dores. Roubava e ainda lhes batia.”

			J4-"[As vítimas] sentiam dor. **J7-** "Devem-se ter sentido mal." **J8-** "Sei lá o que sentiam, nunca lhes perguntei." **J9-** "Não sei." **J12-** "Sei lá, não sei." **J13-** "Não sei. Não senti nada." **J15-** "Sei lá, não sei." **J21-** "Não sei." **J29-** "Não sei, sofrimento secalhar." **J30-** "Devem ter ficado tristes." **J32-** "Sei lá, tinham sentimentos." **J33-** "Sei lá."
	Egocentrismo	20	**J1-** "Sentia que roubei, mas precisava. [Tinha] Adrenalina a fazer isso." **J2-**" [Eu sentia] alguma pena só." **J3-** "Sentia-me grande, porque batia nos outros." **J4-** "[Eu] Nada. Igual." **J7-** "Normal." **J8-** " Mais lá para a frente comecei-me a sentir mal, porque imaginava que poderia ser os meus familiares."

			J9- "Alívio, porque depois ia estar sempre a moer na mesma coisa." **J10**- "Senti-me bem, mas agora arrependo-me claro." **J12**- "Sentia adrenalina no momento." **J15**- "Sentia-me normal. Não me sentia mal nem arrependido." **J17**- "Aliviado, mas agora acho que é um escape na altura em que consumia." **J18**- "Sentia-me bem." **J19**- "Sentia-me normal." **J21**- "Nada." **J24**- "Normal." **J26**- "Nunca ninguém se importou comigo acha que vou ter sentimentos pelos outros? Sentia-me normal." **J28**- "Não senti nada." **J29**- "Foi-me igual." **J30**- "Senti-me mal, mas teve de ser." **J32**- "Sentia-me normal".
Posição face aos atos cometidos	Desvalorização	19	**J1-** "Tinha dinheiro. Sentia que se fosse apanhado era mais um processo e preocupação para os meus pais. Perdi liberdade." **J2-** "Se fosse agora não fazia metade do que fiz. Perdi a minha liberdade" **J4-** "Só perdi a liberdade."

			J5- “Ganhei o respeito dele. E perdi a minha liberdade.” **J6**- “Não ganhei nada. Não perdi nada.” **J7**- “Não ganhei nada. [Perdi] Liberdade.” **J8**- “Divertimento. Perdi a minha liberdade.” **J9**- “[Ganhei] Alívio. Perdi liberdade.” **J10**- “Não tive nenhum benefício. Tive prejuízo, vir para aqui ter acompanhamento educativo.” **J12**- “Ganhava dinheiro. Perdi liberdade.” **J13**- “Não encontro benefício. [Perdi] liberdade.” **J18**- “Não ganhei nada. Perdi liberdade.” **J21**- “Não ganhei nada. Perdi liberdade.” **J24**- “Vendia telemóveis. Perdi liberdade.” **J26**- “Ganhava dinheiro e não perdia nada.” **J28**- “Ganhei dinheiro. Perdi liberdade.” **J29**- “Não ganhei nada. Perdi a minha liberdade.” **J31**- “Ganhava as coisas que roubava. Perdi a liberdade.”

			J32- “Ganhava dinheiro e isso. Perdi a minha liberdade.”
	Consciência	11	**J3**- “ [Prejuízos] Muitos. Não estar com a minha família, tirou-me a liberdade.” **J11**- “Achava que perdia a confiança dos meus pais e perdi a confiança e a sanidade mental.” **J14**- “Não ganhei nada. Arrependi-me logo que fui apanhado. Acho que perdi liberdade pessoas que gostava por causa da minha atitude.” **J15**- “Ganhei a aprender com a vida e perdi a liberdade, a minha família e amigos. Estão longe.” **J17**- “Não há benefícios. Prejuízos na área da saúde e emoções. **J19**- “Ganhava dinheiro, organizava a minha vida, independência, mas não estava tanto com a minha família e não dava valor às coisas. Perdi a liberdade e pessoas que mais gosto.” **J22**- “Ganhava ouro, prata, quase mil euros todos os dias para tirar a minha família da pobreza. Perdi a minha liberdade.” **J25**- “Não ganhei nada. Perdi alguns relacionamentos e liberdade.”

			J27- "Ganhava porque podia comprar comida mas perdia a amizade das pessoas e depois ao passar na rua metiam-me de parte. Perdi liberdade e muitas coisas." **J30**- "Ganhava dinheiro mas perdi a liberdade e a desilusão da mãe, dei maus exemplos aos meus irmãos e perdi a confiança de muitas pessoas." **J33**- "Não ganhei nada. Perdi valores como a honestidade e a liberdade."
Motivação/a-ceitação para o cumprimento de medida	Motivado	22	**J1** – "Sim, porque já me deram muitas oportunidades e esta é a última e tenho de aproveitar" **J2**- "Sim, ajudou-me a pensar, pensar naquilo que quero ser, se é isto que eu quero levar." **J3**- "Sim, saio daqui com o 9º ano feito, já dá para arranjar emprego e tenho mais consciência daquilo que faço." **J4**-"Sim, a ter mais juízo e procurar uma vida melhor." **J5**- "Sim, corrigindo os meus erros." **J6**- "Sim, aprender a conviver com os outros." **J7**- "Sim, fez-me mudar a minha mentalidade." **J9**- "Sim, por causa do meu comportamento e da minha maneira de estar." **J10**- "Sim, já estou mais

			preparado, já sei como evitar as confusões e já tenho mais autocontrolo.” **J11**- “Sim, na relação com os meus pais que já está a ser tratado. Na minha autoestima.” **J14**- “Acho que só me pode ajudar a nível pessoal. Não tem nada a ver com o processo.” **J15**- “Sim, não dar tendências para fazer as mesmas porcarias. Vai mudar o meu comportamento lá fora.” **J17**- “Sim, estou a fazer escola. Tinha conflitos na família, a minha técnica ajudou-me nisso. Estou a aproximar-me dos meus pais.” **J19**- “Acho que sim. Ter outra maneira de pensar, ver a vida e não voltar a cometer os mesmos erros.” **J21**- “Sim, ajuda-me para parar e pensar no futuro.” **J22**- “Sim, está-me a fazer bem este tempo. Está-me a refrescar as ideias. Vou ficar limpo. Vai ser bom para mim, posso seguir a minha vida tranquilamente.” **J24**- “Sim mudei. Não fiz mais asneiras.” **J25**- “Sim, não voltando a cometer os mesmos erros.” **J27**- “Sim, calhou bem. Gostei de apanhar medida.

			Se estivesse lá fora estava pior, podia estar a roubar e alguém me dar um tiro e estar morto ou no hospital. Quando sair vou pedir desculpa às pessoas. É o meu pensamento agora." **J29**- "Sim, mostrando que a má vida não é vida para ninguém." **J30**- "Sim, vou sair daqui com mais regras, uma rotina e outra cabeça." **J31**- "Sim, entrei com um pensamento mais intolerante. Agora penso mais nas coisas."
	Desmotivado/Indi-ferente	8	**J8**- "Não sei, porque não sei como vou estar lá para a frente. Só no fim é que posso dizer se ajuda." **J12**- "Não digo que não, não digo que sim. Já é a segunda vez que cá estou. Depende de cada um." **J13**- "Não, porque fiquei muito tempo à espera de ir cá para dentro e durante esse tempo comecei-me a portar bem. Mudou que sou menos impulsivo." **J18**- "Não sei." **J26**- "Não, porque há três coisas que não há cá dentro: igualdade, sinceridade e reconhecimento." **J28**- "Não sei, daqui só quero o 9º ano. Não vou ganhar nada. Posso mudar como posso não mudar. Mas não vou roubar mais."

			J32- "Para mim é estúpido. Uma pessoa muda se quiser. Posso ficar aqui 5 anos e ser a mesma pessoa. É a minha forma de ser porque quero e não porque me mandam." **J33**- "Mais ou menos. Já percebi que não devo roubar"
Juízo crítico/Pensa-mento consequencial	Capacidade crítica de mudança	19	**J1**- "Finalmente estou na fase 4 e quero manter o meu comportamento. Melhorei bastante." **J3**- "Agora tenho um bom comportamento. Já mudei o suficiente. Só tenho de mudar as atitudes (controlar ainda o autocontrolo)." **J4**- "Já melhorei. Consigo melhorar mais." **J5**- "Acho que devo melhorar. A gente tem sempre alguma coisa para melhorar." **J6**- "Tenho que continuar com o [comportamento] que tenho agora. Mas vou melhorando pouco a pouco." **J8**- "Já me ando a portar melhor. Com um pouco de esforço posso melhorar. Não disparar logo, ser menos agressivo e ter mais calma." **J10**- "Sim, porque o meu comportamento não me leva a lado nenhum, só me traz coisas más." **J12**- "Tenho um comportamento adequado mas devo mudar algumas coisas, como saber ouvir."

			J14- "Devo sempre melhorar. Moldar a cada situação." **J15**- "Ao princípio andei bem, mas andei 3 meses a fazer porcaria. Agora estou a mudar a respeitar as pessoas, mudar atitudes, mudar tolerância e calma." **J17**- "Devo manter a minha postura atual." **J19**- "De momento é adequado, mas há coisas que posso melhorar, não ser tão teimoso e não questionar tanto as coisas." **J24**- "Tenho bom comportamento, mas posso mudar atitudes, ser mais responsável, etc." **J25**- "Neste momento tenho um bom comportamentos, mas ainda tenho de mudar." **J27**- "Tenho de continuar com este comportamento lá fora para não me prejudicar e vou me dar bem. Respeitar as pessoas." **J30**- "Agora já estou melhor mas não estou a 100%. Mudar algumas atitudes ficar menos stressado com coisas pequenas." **J31**- "Agora tenho um bom comportamento, mas ainda tenho que melhorar mais coisas. Concentrar-me mais, não me consigo concentrar nas coisas, fico desorientado e stressado." **J32**- "Já o estou a fazer.

			Estou num bom caminho.” **J33**- “Já melhorei. Às vezes falho. Com o tempo tentar comportar-me bem.”
	Sem capacidade de reflexão	11	**J2-** “Não preciso de mudar mais” **J7**- “Não, está bom.” **J9**- “O meu comportamento está bom, não tenho de mudar.” **J11**- “Acho que devo continuar com o meu comportamento.” **J13**- “Já tenho um comportamento adequado.” **J18**- “Já mudei.” **J21**- “Acho que estou bem assim.” **J22**- “é bom, de vez em quando tenho um conflito mas vou endireitando.” **J26**- “Não porque não vale a pena. Quando me portei bem não souberam valorizar. Não há igualdade, há injustiça.” **J28**- “Neste momento tenho comportamento adequado. Não tenho que mudar mais nada.” **J29**- “Acho que devo evoluir mais um bocado. ‘Tá bom mas falta mais um bocado. Estou preparado para voltar lá para fora.”
Planeamento de estratégias de mudança	Estratégias definidas	19	**J1-** “Ir para o ginásio, estudar, sair à noite ao fim de semana. Fazer o 9º ano e depois o 12º e quando tiver 18 anos quero ir para a

			tropa. Quero tirar a tatuagem da mão. Tenho medo de me juntar aos meus amigos e perder-me outra vez." **J2-** "Trabalhar [na área da pintura de automóvel], ter uma vida honesta, normal." **J3-** "Trabalhar [como segurança], tirar um curso." **J5-** "Ter uma vida melhor, ajudar a minha mãe e os meus irmãos. Estar junto da minha mulher e dos meus filhos. Da minha família. Voltar para o GPS." **J9-** "Quero ir para a escola. Acabar o 9º ano e depois ver no que dá." **J10-** "Fazer o meu curso [de desporto], arranjar um trabalho e aproveitar a vida." **J11-** "Quero começar a trabalhar [na área da tecnologia/informática] e ir a um festival de música." **J12-** "Sei lá. Tenho muitos. Trabalhar [bombeiro] e ter uma família." **J13-** "Fazer o 12º ano e arranjar trabalho." **J15-** "Vou sair com 16 anos, vou tirar licença de mota. E arranjar part-time a entregar pizza. De resto vou ver com o tempo." **J17-** "Estou a tirar o 12º ano. Quero arranjar part-time. Se não conseguir estudos superiores porque gostava de ir para a

			universidade [área de Serviço Social, educação física ou animação sociocultural], emigro.” **J19**- “Trabalhar [eletricista, mecânico] nalgo que me dê sustento, criar família e ter um carro.” **J21**- “Fazer o 9º ano e começar a trabalhar [culinária, mecânico ou eletricista].” **J24**- “Trabalhar [cozinha] e voltar a jogar futebol.” **J25**- “Trabalhar [no exército] e ter uma casa para mim.” **J26**- “Ir para Londres trabalhar na empresa do meu pai [na área da construção e remodulação], ajudar a família, tentar afeiçoar à família que nunca tive.” **J27**- “Saio daqui com 16 anos vou para a escola, tirar um curso e estudar para o Porto. Tirar a carta e trabalho caso-me e vivo a minha vida sossegado.” **J30**- “Acho que vou para o Luxemburgo. Acabar os estudos, o 13º ano [sic], arranjar emprego [área da manutenção hoteleira, canalizador ou eletricista], arranjar carro e família.” **J31**- “Ter o meu trabalho, tirar a carta de condução, ter um carro, casa e ajudar em casa. Dar alegria aos meus amigos e familiares.”
	Estratégias fracas/		**J4**- “Arranjar um trabalho.”

	inexistentes	11	**J6-** "Ter uma vida normal como os outros." **J7**- "Arranjar trabalho, no que der." **J8**- "Não tenho nenhum plano." **J14**- "Quero ir para a tropa." **J18**- "Não sei, não pensei nisso." **J22**- "Quero ir para a tropa." **J28**- "Quero ir à escola e tirar a carta. Não tenho mais nada pensado." **J29**- "Trabalhar [na área da mecânica mas não vou conseguir], formar família, ajudar os meus pais." **J32**- "Estar mais tempo possível em liberdade." **J33**- "Ainda estou a pensar que trabalho quero. Ainda sou novo."

Apêndice 4- Autorização para aplicação das entrevistas

RE: Entrevista Reformulada

AP

Angela Paula Portugal <angela.p.portugal@dgrsp.mj.pt>
qua, 21/11/2018 10:07
Você

Bom dia Fabrice

Parece-me mais adequada agora a entrevista, pelo que a pode aplicar aos jovens do CEO.

Com os melhores cumprimentos,

Ângela Portugal
Directora do Centro Educativo dos Olivais

REPÚBLICA PORTUGUESA
JUSTIÇA

Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
Rua Brigadeiro Correia Cardoso, n.º 73
3000-086 Coimbra
Tel: +351239797607| Fax: +351239797624
angela.p.portugal@dgrsp.mj.pt